



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

**PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM –
CAMPINAS/SP: CONTRADIÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM
PARQUE URBANO CONTEMPORÂNEO**

Daniela Andrade Lacrete

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira

Campinas

2015

DANIELA ANDRADE LACRETA

**“PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ
SALIM – CAMPINAS, SP: PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO DE UM PARQUE URBANO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 09 de dezembro de 2015 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Ivone Salgado
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Vera Tângari
Universidade Federal Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Renata Baesso Pereira pela sua dedicação,
atenção e confiança no meu trabalho.

À CAPES pelo auxílio tornando o mestrado possível.

À EXPOMUS pela pronta atenção e fornecimento de material tão valioso
para esta dissertação.

Aos caros Diretor Antônio Batista Filho e Márcia M. Rebouças do
Instituto Biológico por toda a ajuda.

Ao Sr. José Ari Pichin por compartilhar suas memórias da Fazenda Mato
Dentro.

Ao Dr. Luiz Matthes pelas informações sobre o parque.

Ao Arquiteto Ricardo Hofer pelo auxílio na execução dos mapas.

E ao meu marido, meus pais e avós por todo amor deste mundo.

“Uma vez implantado, o parque se transmuta em formas. Começa o tempo de sua legitimação através da apropriação social das formas pelos usuários. É aqui que termina o paradoxo entre forma e discurso. Para os pesquisadores, as fontes documentais tornam-se escassas. O que acontece uma vez que o parque passa a ser "lido" e "vivido" na paisagem urbana?” (SERPA, 2007, p.76)

“Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.” (JACOBS, 1961, p.98)

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa que buscou compreender os propósitos da administração pública, nas instâncias estadual e municipal, ao implantar, no final da década de 1980, o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, na cidade de Campinas - SP. Projetado pelo escritório Burle Marx, a implantação do Parque Ecológico tinha por objetivo a revitalização de uma antiga fazenda, a recomposição da mata nativa, em áreas ocupadas pelos cafezais e a restauração do casarão, exemplar relevante da arquitetura do período do café. Quadras esportivas, lanchonetes, mirante, restaurante, campos de futebol e áreas de passeio também estavam no escopo do projeto. Além disso, o parque teve importante papel no desenvolvimento e valorização fundiária na região leste de Campinas. Embora o parque já tenha passado por dois processos de tombamento – no nível estadual, pelo valor do seu conjunto arquitetônico, representativo da arquitetura cafeeira e, no nível municipal, por seu valor como parque urbano de concepção inovadora - encontra-se atualmente com uma utilização muito aquém do seu potencial como espaço público. A pesquisa também teve por objetivo traçar um diagnóstico que apresente os potenciais e as fragilidades deste equipamento urbano.

Palavras-chave: Parques, paisagem urbana, espaços verdes, arquitetura paisagística (espaços).

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study that sought to understand the purposes of public administration on the state and municipal levels to deploy, in the late 1980s, the Ecological Park Monsignor Emilio José Salim in the city of Campinas - SP. Designed by Burle Marx office, the implementation of the Ecological Park aimed to revitalize an old farm, restore native forests in areas occupied by coffee plantations and restore the main house, relevant example of the Coffee period architecture. Sports courts, coffee shops, gazebo, restaurant, soccer fields and walking areas were also in the project scope. In addition, the park played an important role in development and land values in the eastern region of Campinas. Although the park is considered a heritage to be preserved - at the state level due to its architectural value (representative set of coffee architecture) and at the municipal level for its value as an innovative urban park design - its current use does not match its potential as a public space. The survey also aimed to outline a diagnosis that shows the potential and the weaknesses of this urban space.

Keywords: *parks, urban landscape, green spaces, landscape architecture (spaces).*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 01 – O PARQUE URBANO	17
1.1 – Parques Europeus e Norte Americanos	18
1.2 – A Produção dos Parques Brasileiros – Rio de Janeiro e São Paulo	25
1.3 – O Parque Urbano Contemporâneo	37
CAPÍTULO 02 – CAMPINAS E A INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM	41
2.1 – Campinas e seus Jardins. Parques e Espaços Livres	44
2.1.1 – Prestes Maia em Campinas	50
2.2 – A Fazenda Mato Dentro – Formação e Transformação	56
2.3 – Crescimento e Desenvolvimento de Campinas	64
2.4 – O Processo de Promoção e Instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim	71
2.5 – Considerações Sobre o Funcionamento do Parque ao Longo dos Anos	81
CAPÍTULO 03 – AVALIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM	90
3.1 – Diagnóstico	91
3.1.1 – O Entorno	91
3.1.1.1 – <i>Uso e Ocupação</i>	92
3.1.1.2 – <i>Viário e Acessibilidade</i>	99
3.1.2 – O Parque	102
3.1.2.1 – <i>Projeto</i>	102
3.1.2.2 – <i>Programa</i>	120
3.1.2.3 – <i>Utilização</i>	123
3.1.2.4 – <i>Gestão</i>	129
3.2 – Diretrizes	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regent Park. Fonte: Antique Printsmaps	20
Figura 2 – Projeto do Bois de Boulogne. Fonte: SCHENKER, 2009.	21
Figura 3 – Central Park. Fonte: FABOS, MILDE & WEINMAYR, 1970, p.26.	23
Figura 4 – O Passeio Público do Rio de Janeiro. Fonte: www.passeiopublico.com	26
Figura 5 – O Passeio Público do Rio de Janeiro. Fonte: www.casaruibarborra.gov.br	27
Figura 6 – O Jardim da Luz em São Paulo. Fonte: www.arquiamigos.org.br	28
Figura 7 – Propaganda do Jardim da Luz. Fonte: www.al.sp.gob.br	28
Figura 8 – Projeto da Várzea do Carmo em São Paulo. Fonte: SEGAWA, 2004, p.99	31
Figura 9 – Parque do Anhangabaú em São Paulo. Fonte: SEGAWA, 2000, p.54	32
Figura 10 – Esquema Teórico de São Paulo – Prestes Maia. Fonte: www.vitruvius.com.br	34
Figura 11 e 12 – Aterro do Flamengo. Fonte: www.parquedoflamengo.blogspot.com.br	36
Figura 13 – Passeio Público de Campinas. Fonte: LIMA, 2000, p. 51	46
Figura 14 – Centro de Convivência Cultura de Campinas. Fonte: Unicamp	46
Figura 15 – Bosque dos Jequitibás em Campinas. Fonte: http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br	47
Figura 16 – Permissão de Acesso Bosque dos Jequitibás. Fonte: http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br	47
Figura 17 – Retrato Viscondessa de Campinas. Fonte: Expomus	60
Figura 18 – Foto Fazenda Mato Dentro. Fonte: Expomus	60
Figura 19 – Planta Fazenda Mato Dentro, 1917. Fonte: Expomus	61
Figura 20 – Planta Fazenda Mato Dentro, 1938. Fonte: Expomus	61
Figura 21 – Planta Fazenda Mato Dentro, 1952. Fonte: Expomus	62
Figura 22 – Foto Panorâmica da área do Parque Ecológico. Fonte: IDALINO, 2004, p.84	80
Figuras 23, 24 e 25 – Eventos no Parque Ecológico	89
Figuras 26 e 26 – Planta e Elevação Casa Sede. Fonte: Expomus	104
Figura 27 – Casa Sede, 1920. Fonte: Parque Ecológico	105
Figura 28 – Casa Sede, final de 1980. Fonte: Parque Ecológico	105
Figuras 29 e 30 - Casa Sede 2013. Fonte: Daniela Lacreta	106
Figura 31 – Capela. Fonte: Daniela Lacreta	107
Figura 32 e 33 – Tulha. Fonte: Daniela Lacreta	108
Figura 34 – Croqui o Projeto Paisagístico. Fonte: Cetesb	109
Figura 35 – Perspectiva do parque. Fonte: Cetesb	110
Figura 36 – Croqui Casarão. Fonte: Cetesb	115
Figura 37 – Croqui Estábulo. Fonte: Cetesb	115
Figura 38 – Croqui Pontilhão. Fonte: Cetesb	115
Figura 39 – Croqui Ripado. Fonte: Cetesb	115
Figura 40 – Áreas de comparação – projetado x existente	117
Figura 41 – Área 1	118

Figura 42 – Área 2	118
Figura 43 – Área 3	119
Figura 44 – Área 4	120
Figura 45 – Área 5	

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Cidade de Campinas e o Parque Ecológico	43
Mapa 02 – Campinas, 1900	49
Mapa 03 – Sistema de Parques do Plano Prestes Maia	55
Mapa 04 – Sede de Fazendas ainda existentes em Campinas	56
Mapa 05 – Desmembramentos da Fazenda Mato Dentro	59
Mapa 06 – Divisões da Fazenda Mato Dentro	63
Mapa 07 – Campinas, 1952	65
Mapa 08 – Áreas verdes em Campinas	68
Mapa 09 – Grandes Regiões de Campinas	69
Mapa 10 – Crescimento Urbano	70
Mapa 11 – Loteamentos Aprovados por Décadas	93
Mapa 12 – Renda Média Nominal	94
Mapa 13 – Densidade Populacional	95
Mapa 14 – Uso e Ocupação do entorno	98
Mapa 15 – Acessos ao parque	101
Mapa 16 – Projeto Escritório Burle Marx	116
Mapa 17 – Existente hoje no Parque Ecológico	127
Mapa 18 – Usos do Parque	128
Mapa 19– Diretrizes	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Orçamento de Revitalização	83
Tabela 02 – Renda Média do Chefe de Família	96
Tabela 03 – Faixa de Rendimento 2010	96
Tabela 04 – Ocupação Visitante do Parque	97
Tabela 05 – Rota de Ônibus	100
Tabela 06 – Meio de Transporte	100
Tabela 07 – Edificações do Parque	109
Tabela 08 – Vegetação Existente	114
Tabela 09 – Infraestrutura de Serviços	122
Tabela 10 – Infraestrutura de Lazer	122
Tabela 11 – Faixa Etária dos Visitantes	124
Tabela 12 – Frequência do Parque	124
Tabela 13 – Permanência no Parque	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Principais Áreas Verdes Frequentadas	125
Gráfico 02 – Motivos Para Frequentar o Parque	126
Gráfico 03 – Principais Áreas Verdes Não Frequentadas	126
Gráfico 04 – Motivos Para Não Frequentar o Parque	126

INTRODUÇÃO

Idealizado como um novo espaço de lazer dedicado à contemplação ecológica e cultural, o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim localizado em Campinas- São Paulo, foi implantado pelo Governo Estadual a partir de 1987 como um conceito inovador de parque urbano, prometendo atender às demandas da cidade, carente de um equipamento público que abrangesse Campinas e região.

O parque foi implantado em parte da Fazenda Mato Dentro; importante fazenda produtora de açúcar e café do século XIX, que pertenceu originalmente à família Souza Aranha e que, após diversos desmembramentos, deu origem a bairros tradicionais e nobres da cidade, onde se localizam shoppings, clubes e diversos condomínios fechados de alto padrão. Após ser vendida para o Governo do Estado e transformada em sede do Instituto Biológico de Campinas, uma parcela do território da fazenda foi destinada ao parque, incluindo o conjunto arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo) com a casa sede da fazenda e a tulha.

Entre as principais atrações deste novo parque, destacavam-se a transformação da antiga sede da fazenda em um Centro de Percepção Ambiental (CIPAM), destinado a atividades voltadas para a preservação do meio ambiente, e o projeto paisagístico elaborado pelo Escritório Burle Marx. O parque passou por diversas intervenções e processos de revitalização ao longo de seu funcionamento, reformas essas necessárias graças ao abandono, depredação e mau estado de conservação de suas instalações.

Essa situação não é exclusiva do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Observam-se diversos casos de parques abandonados e vandalizados. A discussão sobre a qualidade e a situação dos parques urbanos contemporâneos já dura alguns anos e pode ser observada não só no Brasil, mas em diversos países do mundo. Muitos podem ser os motivos para o mau funcionamento de um parque urbano.

Com a finalidade de compreender por que ao longo de sua existência, o Parque Ecológico nunca atendeu completamente às suas diretrizes iniciais e hoje se encontra subutilizado, esta dissertação fará um percurso histórico que apresentará a conceituação dos parques urbanos, sua produção no Brasil e a avaliação dos parques contemporâneos. Na tentativa de compreender a origem, a história fundiária e a estrutura de parte do espaço urbano de Campinas e de seu maior parque urbano, trabalha-se com os métodos da História Urbana, entendida como uma vertente da História Social, pois compreende as questões relativas às cidades como parte das relações sociais e econômicas. A pesquisa apoia-se em estudos historiográficos sobre a formação da cidade de Campinas e sua história fundiária, assim como a história dos parques urbanos.

Para a análise da formação de Campinas e produção do seu espaço urbano serão estudados Antônio da Costa Santos - que faz um levantamento histórico importante sobre a fundação e constituição das primeiras sesmarias, engenhos e fazendas da cidade - e Ricardo Badaró, que analisa o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas de Prestes Maia e avalia sua relação com o desenvolvimento da cidade e sua formação territorial. O trabalho de Siomara Milanezi é importante referencial no sentido de uma abordagem do desenvolvimento da cidade de Campinas, suas praças e parques.

Outros autores constituem o embasamento conceitual da pesquisa sobre o nascimento dos parques urbanos e a crítica aos parques urbanos contemporâneos. Hugo Segawa traça os primórdios e os modelos que guiaram a criação de áreas verdes no Brasil e avalia o papel civilizatório do jardim público. Já Silvio Macedo dedica-se, desde 1994, à pesquisa sobre o Paisagismo brasileiro em suas diversas escalas de abrangência. Ângelo Serpa, avalia o espaço público como ponto central da renovação urbana bem como sua tendência de ser tornar objeto de consumo.

A pesquisa também se apoia em documentação primária. Junto ao Escritório Burle Marx, adquiriu-se o projeto paisagístico original do parque, que possibilitou o entendimento do programa e partido proposto assim como a avaliação do que foi implantado deste projeto e o que ainda se encontra no local. Em contato com a EXPOMUS, empresa que desenvolve projetos museológicos (sociais, culturais, científicos, tecnológicos e de meio ambiente) e elaborou o CIPAM (Centro Integrado de Percepção Ambiental), foram levantados o processo de restauro do conjunto arquitetônico, o histórico da Fazenda Mato Dentro e o processo de implantação do parque e gerenciamento da obra. O projeto museológico do CIPAM se apoiava em ampla coleção de fotografias históricas. Toda esta documentação foi disponibilizada para a produção deste trabalho. Os processos de tombamento pelos quais a Fazenda Mato Dentro e o Parque Ecológico passaram foram obtidos na Prefeitura Municipal de Campinas e no Centro de Memória da Unicamp, que também forneceu os artigos de jornal referentes ao período de instalação e inauguração do parque.

No primeiro capítulo, desenvolve-se o histórico do parque urbano. Antes da criação dos parques públicos no século XIX, as áreas verdes não estavam incorporadas ao tecido urbano e eram destinadas ao uso privado e deleite da aristocracia. Nos primeiros planos urbanos do século XIX, o parque passou a ser incorporado em um sistema, como elemento chave do planejamento e conexão do tecido urbano. Parques se tornaram representações da vida no campo e, inseridos no tecido urbano, seriam capazes de restituir a salubridade de partes da cidade e de contribuir para recompor a força de trabalho na cidade industrial.

Conservando seus valores tradicionais, aliados às novas questões ecológicas e de “cidade sustentável” os parques contemporâneos mantem ainda três importantes funções: controle social, caráter saneador e ferramenta de especulação imobiliária e promoção política, independente do período e do local onde foram ou serão instalados, do estilo adotado ou de seu tamanho.

A compreensão da historiografia do parque urbano, desde o nascimento dos jardins públicos até os parques urbanos produzidos na contemporaneidade, constitui a base conceitual para a dissertação sobre o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e seu entendimento como equipamento público.

O segundo capítulo é reservado à discussão da cidade de Campinas, seus parques e o processo de promoção e instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Buscamos a compreensão da formação de parte do espaço urbano de Campinas e sua relação com os desmembramentos da Fazenda Mato Dentro - local onde o parque foi instalado - no período de 1774 até 1937, quando uma parte das terras é vendida ao Estado de São Paulo para a instalação da Fazenda Experimental do Instituto Biológico. Identificamos os desmembramentos das terras originais da Fazenda Mato Dentro que deram origem a outras fazendas menores e posteriormente a bairros da região leste de Campinas.

Analisaremos também o processo de instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim na década de 1980 e as políticas públicas do período, com o objetivo de entender seu lugar na história da cidade e sua importância como equipamento público de lazer e espaço verde. É imprescindível entender a relação entre a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim pelo estado de São Paulo e a consolidação de parte da região leste da cidade de Campinas como uma região de loteamentos de alto padrão e de condomínios fechados, favorecendo interesses imobiliários privados.

O quarto capítulo apresenta uma avaliação do Parque Ecológico enquanto equipamento público. Baseado no estudo desenvolvido nos capítulos anteriores, apresenta-se um diagnóstico embasado na análise de autores que discutem os parques brasileiros para o desenvolvimento de diretrizes que auxiliem um possível processo de reestruturação do parque.

CAPÍTULO 01 – O PARQUE URBANO

A ideia de que os parques públicos deveriam ser partes constituintes do ambiente urbano é uma das mais importantes contribuições do urbanismo do século XIX. Antes, ou os parques simplesmente não existiam nas cidades ou eram reservados para o deleite de poucos. Em um momento em que o corpus disciplinar do urbanismo se estruturava, o consenso dos ideais progressistas de engenheiros, arquitetos, jardineiros e administradores era de que parques e jardins seriam elementos essenciais do espaço urbano, e quando combinados com os sistemas de vias largas e retilíneas, preferencialmente arborizadas, constituíam instrumentos de cura para os males da cidade industrial (HALL, 1997, p.315).

1.1 - PARQUES EUROPEUS E NORTE AMERICANOS

Os séculos XVI e XVII foram responsáveis pelo surgimento dos jardins públicos na Europa principalmente na Itália e França, como espaço para a realeza e a nobreza, onde as pessoas tinham um único objetivo:

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus participantes – o *plaisir de la promenade*, tinha um palco magnífico nos jardins públicos. (SEGAWA, 1996, pg.46)

Segundo Panzini (2013, p.475):

O Setecentos não viu apenas o nascimento de um estilo compositivo inédito, mas também de uma tipologia de espaço verde totalmente inovadora: o jardim público. O termo foi cunhado apenas na segunda metade do século, quando os guias de viajantes e os tratados começaram a utilizá-lo para indicar alguns jardins urbanos particulares, destinados a um uso relativamente coletivo.

As experiências pioneiras de ingleses e franceses no século XIX constituem modelos para diversos planos em cidades na Europa e nas Américas. A partir do projeto de *Nash* para o *Regent Park* de Londres, o desenho dos parques passa a ser integrado ao desenvolvimento da estrutura urbana, representando, em muitos casos, a valorização de áreas urbanas combinada à venda de lotes para novas edificações. A localização e o status social dos usuários determinavam o caráter do parque, pois aqueles localizados em bairros destinados às classes abastadas se distinguiam daqueles destinados às classes operárias. Na elaboração dos projetos, a combinação de elementos naturais como topografia, vegetação e água com outras estruturas como terraços, edifícios, pontes, fontes, espaços para jogos e concertos ao ar livre, poderia ser amplamente variada, de acordo com a escala e a localização do parque. Se a gama de soluções formais era diversificada, em comum estes espaços tinham a função de prover a cidade de áreas verdes e promover a educação estética e ética do cidadão (HALL, 1997, p.315).

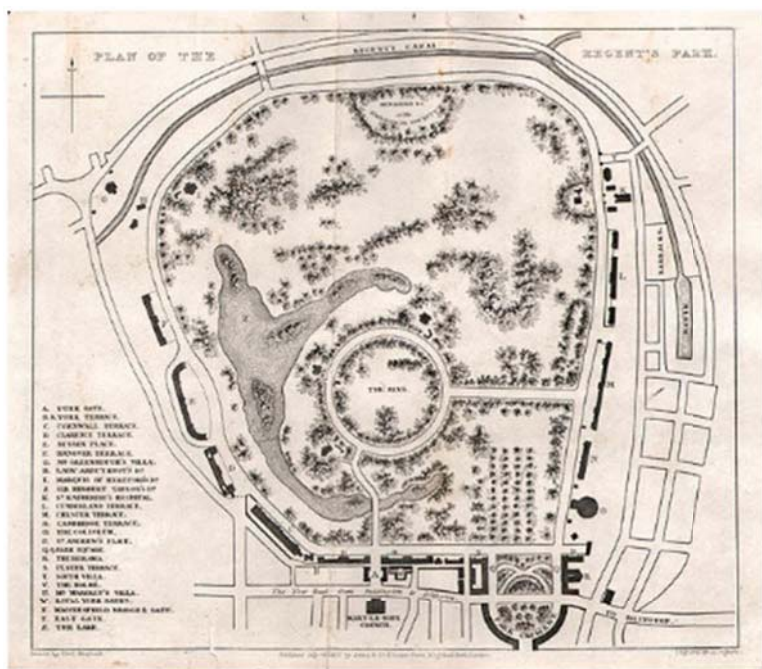


Figura 1 - Regent Park – plano do parque com localização dos principais terraços e edifícios. Publicado em 21 de julho de 1827. Fonte: http://www.antiq-printsmaps.com/acatalog/London_antique_maps.html

Em Paris, um exemplo de parque criado dentro dessa ideia de espetáculo e modernidade foi o Bois de Boulogne, completamente reformando sob a ordem de Napoleão III, transformando um antigo jardim real particular em parque público. Com o sucesso dessa empreitada, outros jardins foram também transformados em parques. Esses parques eram parte da concepção da nova cidade, junto com os novos bulevares e monumentos incluídos no grande projeto de remodelação de Paris como uma capital moderna e “capital do mundo”.

O Barão Haussmann, então prefeito de Seine, foi o responsável pela reconstrução de Paris sobre a égide de Napoleão III. Segundo Haussmann, o parque urbano era indispensável para a criação dessa nova identidade moderna da cidade. Uma característica inovadora foi a utilização de equipamentos padronizados e fabricados em série, em sua maioria em ferro fundido, tais como os gazebos, quiosques, bancos, postes, fontes e gradis. Não somente utilizados nos jardins, estes equipamentos foram aplicados nos

bulevares e avenidas projetadas para a cidade, dando um sentido de unicidade e reforçando a relação sistêmica entre os parques e o meio urbano.

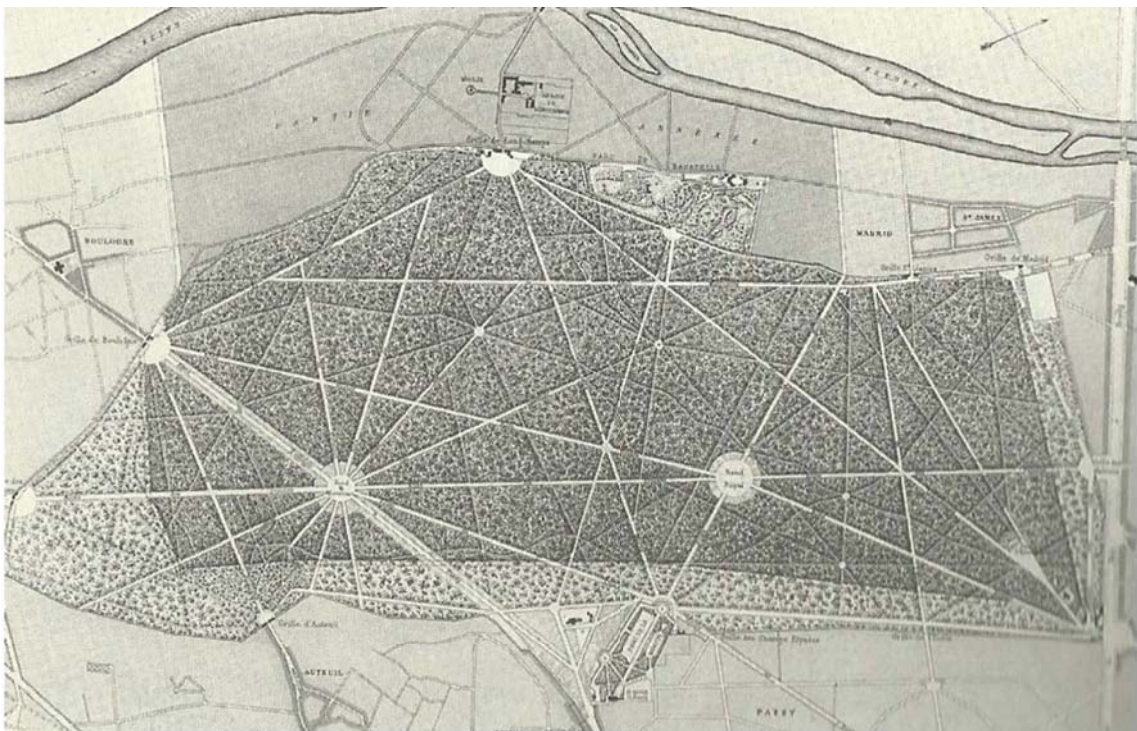


Figura 2 - Projeto do Bois de Boulogne antes de sua renovação durante o Segundo Império. Fonte: Schenker, 2009, p.56.

Os novos parques urbanos criados em Paris eram a chave para a reconfiguração da cidade e também exerciam um importante papel de melhorias na saúde pública. Estrategicamente inseridas na cidade, essas áreas verdes proviam ar fresco e paisagem bucólica seguindo as premissas saneadoras, mas também tinham um significado mais importante: o de mudar a configuração social da cidade. Para Schenker (2009, p.39) o parque correspondia a um emergente mapa político e social da sociedade da época. Embora a ideia fosse da modernização da cidade, o que se via era que Napoleão III estava na verdade transformando-a num núcleo burguês, onde a

especulação imobiliária crescia e a classe operária era obrigada a se retirar das áreas centrais.

Os parques ingleses e franceses foram de tal forma bem-sucedidos e intensamente frequentados pela população mais abastada, que se tornaram modelos de projetos para vários exemplares pelo mundo como o Central Park de Frederick Law Olmsted¹ e os jardins de Glaziou no Rio de Janeiro (TANGARI, 2005, p.8). De acordo com esta perspectiva, os parques representavam e promoviam o modo de vida burguesa, dentro de posturas de comportamento e interação social, buscando sempre a ilusão da vida ingênua do campo e o prazer do ócio.

O projeto do parque desenvolvido por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux para Nova York pretendia oferecer um espaço que fizesse o cidadão nova-iorquino “escapar” da multidão urbana através de um desenho voltado para o monumental, o pitoresco e a completa representação da natureza. Na concepção dos projetistas, eles estavam idealizando um espaço que deveria ser absorvido por todos os sentidos, levando o usuário a um novo estado da mente onde poderia ficar por horas imerso nesse ambiente. Seu grande propósito era propiciar um espaço em que toda a população nova iorquina pudesse se encontrar, independentemente de sua posição social. Seria o ponto de encontro para todos os cidadãos (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 60).

¹ Frederick Law Olmsted (1822-1903). Arquiteto paisagista norte americano um dos fundadores do Movimento City Beautiful e criador de diversos parques urbanos, entre os quais o famoso Central Parque de Nova Iorque.



Figura 3 - Vista geral do Central Park (1863). Fonte: FABOS, MILDE & WEINMAYR, 1970, p.26.

Embora a maioria dos autores defendam que o parque foi bem-sucedido, sendo intensamente frequentado por toda a população, e transformado em ícone, favorecendo o nascimento de todos os bairros da região, Schenker afirma que o parque sofria de problemas em relação ao uso. Para ele, um paradoxo fora instalado pois embora os projetistas defendessem no seu discurso que o parque era para a população, o uso por uma multidão arruinaria a integridade da estética de campo e natureza intocada, impossibilitando a

contemplação da paisagem. Segundo Schenker (2009, p.139), os criadores tinham também em mente a intenção de “elevar” o homem da classe trabalhadora, ao mesmo nível de prazer e refinamento do homem culto, cujo comportamento era norteado pelas regras de decoro. Porém, o que de fato ocorreu, é que somente aqueles que já viviam sob essas regras, a classe burguesa dominante, realmente frequentavam os parques. A classe pobre não frequentava os parques por diversas razões além de regras impostas, tais como distância e inacessibilidade.

Frederick Law Olmsted se torna mundialmente conhecido pelo projeto do Central Park e inaugura o movimento *Park Systems*, em que o parque representa parte essencial de um sistema urbanístico estruturador. Suas ideias se expandem pelo mundo ao supervisionar a Exposição Mundial de Chicago (1893). A *White City* da exposição foi a cena de abertura do movimento *City Beautiful*, que se tornou o movimento dominante do planejamento urbano dos Estados Unidos até 1920, defendendo que a cidade deveria ser mais bonita, unificada e organizada, interligando-se por bulevares e parques.

Baseada nos boulevares e passeios públicos oitocentistas das grandes capitais europeias, o movimento manifesta-se principalmente em outras culturas, onde os líderes municipais construía para superar complexos de inferioridade coletivos e impulsionar os negócios (HALL, 1988, p. 207). Divulgada pela burguesia de mentalidade cidadina, tinham como objetivo acabar com a crescente heterogeneidade étnica e cultural, grande ameaça da desordem, buscando a preservação da textura social e urbana (HALL, 1988, p. 208).

Voltando aos parques urbanos produzidos nas primeiras décadas do século XX, as transformações sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial e dos movimentos dos trabalhadores em 1920 garantem a recreação como função e dever do poder público. São implantados diversos estádios, piscinas, quadras poliesportivas em antigos e novos parques e se forja o conceito de

recreação ativa, que atendem além dos trabalhadores, também idosos e crianças. É um período em que o parque é utilizado como um equipamento realmente mais inclusivo, e após a Segunda Guerra Mundial, transforma-se em sustentação moral e demonstração de progresso, liberdade e democracia (MAGNOLI, 2006, p. 209).

1.2 – A PRODUÇÃO DOS PARQUES BRASILEIROS – Rio de Janeiro e São Paulo

À maneira dos espaços da Europa, os primeiros jardins públicos surgem no Brasil como espaços monumentais luxuosos destinados ao entretenimento, mas que também auxiliaram na valorização do local onde estavam instalados. Interessante observar que, tal qual nos originais europeus, a população que frequentava os jardins públicos neste período no Brasil, se vestia com pompa, à moda europeia.

Repetia-se no uso do espaço público o mesmo tipo de comportamento social que caracterizava as demais esferas da vida do novo país em formação: a cópia, a reprodução dos padrões anglo-franceses. Essa tendência pode ser constatada na arquitetura, música... (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 23)

No Brasil, o primeiro espaço dessa natureza é o Passeio Público no Rio de Janeiro, inaugurado em 1783 e concebido pelo mestre Valentim Fonseca da Silva. Foi projetado como uma área de contemplação da orla marítima, contendo um terraço que dava vista para parte da Baía de Guanabara (TÂNGARI, 2005, p.09). Considerado uma novidade para a época, já que

normalmente os espaços públicos do período (largos e pátios) eram localizados mais ao centro das cidades, o Passeio Público se destacava por ser aberto ao mar. Seu projeto era inspirado nas tradições francesas e seus traços eram geométricos, com eixos direcionados a um ponto focal.

A tradição arquitetônica e urbanística portuguesa, o rigor do traçado clássico francês e o romantismo da concepção pictórica inglesa marcaram a tradição paisagística carioca, no tocante à concepção dos seus espaços livres públicos mais importantes. Essa tradição foi iniciada a partir da implantação das primeiras praças e jardins públicos e particulares, projetados para o Centro e bairros da zona sul da cidade, tendo influenciado posteriormente a concepção de espaços livres em outros setores. (TÂNGARI, 2000, p. 02)

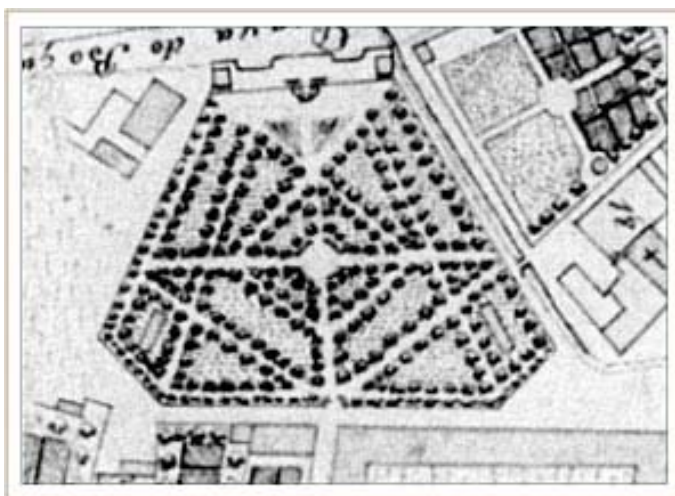


Figura 4 – O Passeio Público. O traçado de Mestre Valentim na planta da cidade do Rio de Janeiro, de Francisco Betancourt (1791). Fonte: www.passeiopublico.com/construcao.a.sp. Data de acesso: maio 2015

Após uma grande reforma projetada pelo engenheiro e paisagista francês Glaziou², o espaço perde suas características neoclássicas e ganha

² Auguste François Marie Glaziou (1833-1906) formou-se em engenharia civil na França e estudou botânica. A convite do Imperador Dom Pedro II, veio ao Brasil em 1858 para assumir o cargo de

novo sentido ao seguir os preceitos dos parques ingleses, com caminhos sinuosos e ambiente pitoresco, somente se mantendo o terraço voltado para o mar conforme o projeto original (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 19).



Figura 5 –O Passeio Público. Projeto de Glaziou para a sua reforma modificando radicalmente suas linhas. Sem data. Fonte: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos1.htm>. Data de acesso: maio 2015

Já em São Paulo, o mais antigo jardim público data de 1800. Criado originalmente como Jardim Botânico, o Jardim da Luz tornou-se importante espaço para o encontro da população da cidade. Primeiro local onde se pode ver a luz elétrica, também abrigou a primeira quermesse da cidade. Ele é inaugurado inicialmente como um viveiro de plantas, com a intenção de produzir a vegetação que comporia o parque mais tarde. Em 1825, o jardim passa por uma reforma e é finalmente transformado em passeio público. Foi o primeiro espaço paulistano dedicado à contemplação da natureza. Alguns anos mais tarde, o jardim passa por nova remodelação com a chegada da ferrovia. Considerado a porta de entrada da cidade, o jardim precisava atrair a atenção dos visitantes e viajantes e representar a riqueza da cidade de São Paulo.

coordenador da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial. Fez diversos projetos para a coroa, sendo os mais importantes a reforma do Passeio Público, Jardim da Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana.

Figura 6 – No detalhe do mapa da Cidade de São Paulo (C. A. Bresser – 1844/1847), planta do Jardim da Luz, quando ainda era chamado de Jardim Botânico.

Fonte:

<http://www.arquiamigos.org.br/info/info04/luz1850.jpg>. Data de acesso: maio 2015

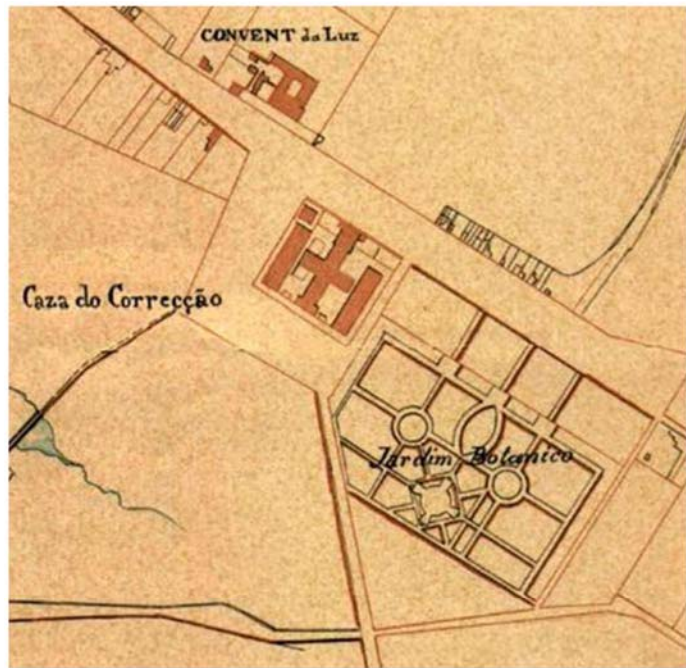


Figura 7 –Abaixo planta de Francisco de Albuquerque e Jules Martin. Esta é uma planta turística da cidade, exibindo seus melhoramentos e todas as novidades que atraíam os visitantes. Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=301208>. Data de acesso: maio 2015



Nos anos 1800, a cidade de São Paulo ainda mal transpunha os limites do chamado Triângulo, formado pelos Conventos de São Francisco, Carmo e Mosteiro de São Bento. O encontro dos Vales Tamanduateí (leste) e Anhangabaú (oeste), chamado de Colina Histórica, era uma região de poucas construções, sendo a maioria delas chácaras que davam seus fundos para os rios e várzeas como a do Carmo a do Anhangabaú. Por causa da topografia acidentada, o tecido urbano era desconexo em diversos setores havendo

poucas ligações entre si, a cidade se comunicava por ladeiras entre as partes altas das colinas e pelo antigo caminho dos tropeiros. Assim, a formação dos bairros teve um lento parcelamento, principalmente ao longo dos eixos de saída da cidade. Com o aumento populacional que a cidade estava vivenciando (em 1874 havia 23.253 habitantes, em 1886 o número já passava para 44.033 mil e em 1900 crescia para quase 240 mil), sentiu-se a necessidade de medidas que adequassem a cidade ao aumento da população (SEGAWA, 2004, p. 15). É neste momento que surgem então as primeiras iniciativas de melhorias de acesso com a abertura de ruas ao redor do centro e novos eixos.

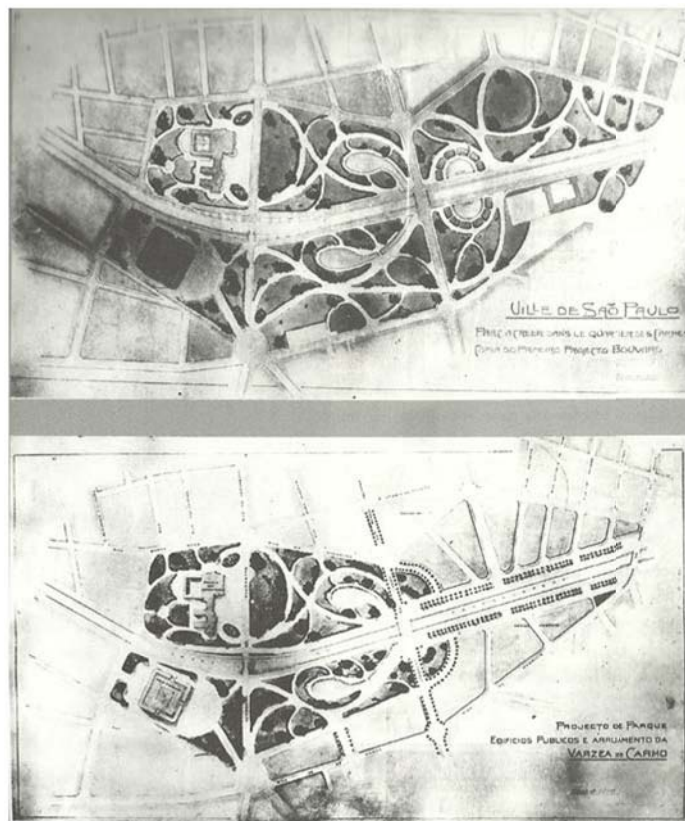
As grandes reformas ocorridas em Paris a cargo de Haussmann inspiraram as mudanças em São Paulo. No fim do século XIX, o verde começa a ganhar importância nas intervenções urbanas da cidade. As primeiras intervenções no centro tinham inicialmente um caráter saneador, e buscavam a melhoria na infraestrutura da cidade. Com a intenção de se reformar o velho centro, o Vale do Anhangabaú torna-se o ponto focal do projeto, o que leva a região a ser considerada importante cenário urbano da cidade de São Paulo, núcleo da modernidade e das classes dominantes.

Em meio à discussão de qual seria a melhor proposta e qual atenderia o interesse de todos os envolvidos, Joseph Antoine Bouvard³ é contratado pela prefeitura de São Paulo para elaborar um relatório com propostas de melhorias para a cidade. Seu trabalho de 1911, chamado de Plano Bouvard, conciliou paisagismo com os interesses imobiliários de diversas famílias proprietárias das terras da região. Conseguiu resolver conflitos da área, liberando espaço para novos edifícios e trabalhando a malha viária. Bouvard trabalhou quatro temas fundamentais: o parque no Anhangabaú, o parque na Várzea do Carmo, o novo Centro Cívico e o conjunto de intervenções viárias.

³ Bouvard, engenheiro e arquiteto francês - muito conceituado na época - ocupou o cargo de diretor honorário dos serviços de arquitetura, passeios, viação e plano da cidade de Paris de 1897 a 1911.

Na Várzea do Carmo, que já havia sido previamente saneada, criou um grande parque, um pavilhão de exposições (Palácio das Indústrias) e um novo mercado (Mercado Municipal). Também chamado de Parque Dom Pedro II, desde 1773 a várzea era utilizada como local de recreação da população, principalmente durante o verão. Duas opções de projeto foram apresentadas pelo francês, e uma delas foi desenvolvida mais tarde pelo arquiteto paisagista E. F. Cochet, durante a administração do prefeito Washington Luís (1914-1918). Seguindo as tradições estéticas inglesas, o parque também possuía equipamentos esportivos em seu projeto, porém estes equipamentos nunca foram instalados (KLIASS, 2003, p. 116).

Figura 8 – Duas versões do projeto do parque da Várzea do Carmo projetado por Bouvard: acima a proposta completa; abaixo, alternativa no caso de alienação do terreno para revenda, como compensação à companhia responsável pelo saneamento e urbanização do parque.
Fonte: SEGAWA, 2004, p. 99.



Para o Parque do Anhangabaú, usando as premissas desenvolvidas nos parques ingleses, Bouvard desenvolveu uma via sinuosa central com diversos canteiros e caminhos que convidavam o pedestre à contemplação e ao passeio. O lugar era perfeito para ser admirado da parte alta da cidade. Bouvard estava neste seu plano reafirmando os princípios e conceitos vigentes no planejamento europeu (SEGAWA, 2004, p. 95). Uma das questões mais importantes para o francês era a criação e conservação de espaços livres:

Em todas essas disposições cumpre não esquecer a conservação e a criação de espaços livres, de centros de vegetação, de reservatórios de ar. Mais a população aumentará, maior será a densidade de aglomeração, mais crescerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres, de praças públicas, de squares, de jardins, de parques se impões.

Foi para tal fim que independentemente dos passeios interiores, de que apresento a colocação nos estudos, tendo em vista o encanto e atração da cidade, aconselho três grandes parques, lugares de passeio para os habitantes, focos de higiene e de bem-estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física...”. (Os Melhoramentos de São Paulo: O Relatório do Sr. Bouvard”, op. Cit., pp. 42-43, apud SEGAWA, 2004, p. 101)

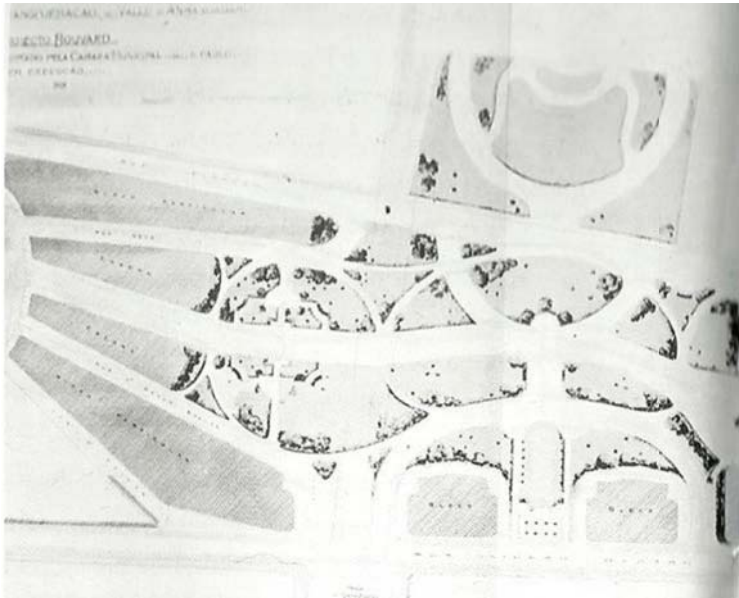


Figura 9 - Projeto do Parque do Anhangabaú de Bouvard. Fonte: SEGAWA, 2000, p. 54.

Após a intensa adesão aos modelos urbanísticos europeus, no início do século, a primeira guerra mundial traz uma nova influência ao urbanismo brasileiro. Os recentes trabalhos dos movimentos City Beautiful e Park Systems nos Estados Unidos chamam a atenção de planejadores brasileiros que elaboram novos planos em diversas cidades brasileiras baseados nestas novas premissas.

As mudanças trazidas pelos planos urbanísticos do início do século XX, utilizaram principalmente os espaços públicos e as áreas verdes como estruturadores desta nova cidade:

Diferente dos antigos Jardins Públicos, os Parques relacionam-se com a cidade em uma nova dimensão que ultrapassa aquela do perímetro central, ganhando a cidade como um todo. Também revelaram um novo conceito de projeto de áreas verdes, além de um novo conceito de uso dessas áreas, difundindo a ideia de “recreio ativo” ligado tanto ao lazer, quanto à prática esportiva. Os benefícios do “recreio ativo”, desenvolvido nos diversos tipos de áreas verdes do sistema,

estavam ligados tanto à saúde quanto à formação do caráter do cidadão. (MILANEZI, 2006, p.07)

As décadas de 1930 e 1940 marcam um período onde o parque público torna-se elemento importante no desenho urbano. Influenciado pelo movimento “City Beautiful”, em São Paulo, é elaborado por Prestes Maia em 1930 o Plano de Avenidas, em que o ideal da estrutura viária se expressava por um sistema rádio concêntrico partindo da colina histórica e ampliando os limites do centro. O Vale do Anhangabaú novamente torna-se um dos pontos chave do projeto, pois auxiliava na estruturação viária do eixo norte-sul da cidade e tornava-se o centro monumental da cidade.



Figura 10– Esquema teórico de São Paulo, segundo Prestes Maia. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>. Data de acesso: maio 2015.

Prestes Maia acreditava, baseado no movimento “City Beautiful”, que as áreas verdes eram importantes equipamentos ordenadores e embelezadores para o planejamento da cidade. Os conceitos do movimento foram amplamente utilizados no Brasil, e Prestes Maia era um de seus defensores. No país, um dos mais importantes aspectos desse movimento que podemos observar nas intervenções executadas por Prestes Maia são os sistemas de áreas verdes e os parques, que perdem o caráter de jardim público e tornam-se equipamentos complexos voltados para a recreação, prática de esportes e embelezamento da cidade, sempre em conexão com as grandes vias de circulação arborizadas. Essas novas áreas criadas são destinadas agora ao deleite e à recreação, relacionando-se com a cidade numa dimensão muito maior, abrangendo a cidade como um todo.

O conceito de “lazer ativo” ganha destaque também no Brasil. Com a valorização de novas práticas recreativas, os equipamentos são projetados e adaptados para essas novas atividades, contemplando playgrounds, áreas de piqueniques e quadras esportivas. Já mais populares e utilizados por diversas camadas da sociedade, os novos parques apostam também em atividades culturais, com edifícios destinados a museus, bibliotecas e teatros. Foram profundas as mudanças na estrutura tanto funcional como morfológica do parque urbano no período (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 65). Os parques rompem de certa forma com o modelo europeu eclético, passando a valorizar a flora tropical. Embora possua os mesmos elementos como bosques, gramados e corpos d’água, muito influenciados pelos jardins de Burle Marx⁴, cujo trabalho

⁴ Conhecido por sua preocupação com a preservação da flora brasileira, Roberto Burle Marx inovou ao usar plantas nativas do Brasil em suas criações e isso se tornou sua característica marcante. “O trabalho de Burle Marx, intenso e significativo, não criou uma referência forte o suficiente para a formação de escolas projetuais ou de opinião pública. A visão emblemática do parque ainda está bastante vinculada aos princípios e imagens do passado” (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 47).

ganha fama internacional e influencia diversos paisagistas com sua forma de projetar a paisagem:

Em 1954 e 1962, as inaugurações dos parques Ibirapuera e do Flamengo, respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, apesar de seu caráter isolado, marcam a ruptura definitiva com a estrutura do velho projeto romântico de paisagismo, ainda bastante em voga na época. Roberto Burle Marx é com certeza uma referência dessa ruptura. O Aterro do Flamengo tem no seu programa e sua concepção morfológica, inovações que buscam e conseguem dar ao novo logradouro uma adequação aos usos cotidianos da metrópole do Rio de Janeiro, então em processo de acelerada modificação urbana. A concepção do projeto de arquitetura paisagística, como era característico da obra de Burle Marx, segue cânones próprios da criação e desenvolvimento de caminhos, espaços e massas de vegetação”. (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 40)



Figura 11 - Aterro do Flamengo, projeto urbanístico de Affonso Eduardo Reidy e plantio vegetal de Roberto Burle Marx, anos 1950. Fonte: <http://parquedoflamengo.blogspot.com.br/>. Data de acesso: maio 2015

Figura 12 - Aterro do Flamengo, p projeto urbanístico de Affonso Eduardo Reidy e plantio vegetal de Roberto Burle Marx. Fonte: REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: projetos de alinhamento. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. Data de acesso: maio



O aumento na produção de parques urbanos no Brasil se dará somente no final dos anos 1960, quando se inicia um processo de investimentos públicos, não mais voltados somente para a elite, como nos primeiros exemplares dos parques brasileiros (MACEDO, 2010, p.94). Em muitas cidades brasileiras, a administração pública, com motivações políticas inicia um intenso processo de criação de áreas verdes, tanto praças quanto parques urbanos (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 38). Cria-se um marketing em torno das áreas verde públicas como provedores de qualidade de vida. A característica mais definidora deste novo equipamento é a capacidade de abrigar um programa misto, onde contemplação e recreação se casam através de novas soluções espaciais elaboradas (MACEDO & SAKATA, 2003, p.43).

1.3 – O PARQUE URBANO CONTEMPORÂNEO

O crescimento das cidades, testemunhado nas décadas de 1960 a 1980, trouxe modificações profundas no desenho do território e na utilização dos parques urbanos. Deterioração e vandalismo tornaram-se ocorrências

frequentes nos parques que já não são capazes de atender às grandes zonas centrais e subúrbios distantes.

Novas propostas de requalificação dos antigos espaços e criação de novos parques, são responsáveis pela criação de grandes equipamentos culturais que sejam capazes de evitar a delinquência e que reforcem a monumentalidade e o poder da administração pública responsável (SERPA, 2004, p. 141). O ideário pitoresco de imersão da natureza dos primeiros parques e as propostas recreativas do início do século XX dão lugar aos parques contemporâneos que valorizam amplos espaços abertos, visíveis e seguros, onde não haja local para a prática da depredação e do vandalismo.

A década de 1980 marca uma fase recessiva da economia brasileira, deixando de lado as expectativas otimistas das décadas de 1960 e 1970. Os investimentos em obras e serviços tornam-se escassos enquanto a segregação sócio espacial aumenta. São poucos os parques produzidos neste período, sendo a maioria deles, principalmente em São Paulo, executados em terrenos apropriados como forma de pagamento de dívidas para com o município (BARTALINI, 1999, p. 144) (BARONE, 2013, p. 202). Diversas áreas antigas e parques tradicionais são revisados e reformados para atender as novas demandas sociais e aparecem parques com novas características e novos programas, atributos estéticos e funcionais muito mais livres (MACEDO & SAKATA, 2003, p.47). Essas áreas, abrigam projetos simplificados, e muitas vezes adaptados, envolvendo pouco investimento e resultados rápidos. A utilização de edifícios desabrigados e deteriorados para novos usos são bem comuns e grandes áreas abandonadas são transformadas em quadras, trilhas, playgrounds e áreas específicas para esportes cada vez mais diversificados.

Os parques se tornam peças chave da requalificação de ambientes degradados e da aceleração da transformação do território. É um período onde as zonas produtivas obsoletas, linhas viárias e ferroviárias abandonadas e os fragmentos de zonas rurais em meio às zonas urbanizadas são transformadas

em grandes parques, com uma multiformidade de linguagem e uma equipe profissional ampla na produção desses equipamentos (PANZINI, 2013, p. 628).

Ao papel de equipamento estruturador do tecido urbano e principalmente o de requalificação de áreas degradadas e valorização do território, aliam-se as novas questões de cunho ecológico, sustentável e de preservação do patrimônio ambiental. Os chamados parques ecológicos⁵ se originam a partir da década de 1980, a partir dos discursos ambientalistas vigentes então. São delimitados em todo o país parques nacionais e estaduais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental com novos programas de uso que priorizam a preservação ecológica do local e a valorização dos aspectos rústicos da paisagem. Na Lei Estadual n.3743, de 9 de junho de 1983, são estabelecidas normas de estímulo e criação de parques ecológicos e florestais nos municípios do estado de São Paulo.

Setores especiais dos espaços livres de edificação são ainda entre nós vistos de maneira superficial, como quantidades de solo, como suporte da flora ou como “pulmões” da cidade. Fragmentados quer no complexo espacial quer no das políticas urbanas e culturais são relegados como aspectos complementares, de sofisticação e supérfluos, como base para o esplendor de objetos arquitetônicos. No entanto, com forte peso na configuração de modelo urbano, são, frequentemente, descontinuidades físicas inadequadas no tecido urbano ou na polinucleação global. (MAGNOLI, 2006, p.202)

⁵ Na avaliação de Leitão Filho & Azevedo, um parque ecológico deve reunir atividades com objetivo principal de integrar o homem com o meio ambiente através da valorização da natureza (LEITÃO FILHO & AZEVEDO, 1989, pg. 11). Para tanto, o programa deste gênero de parque deve ser voltado para a preservação do maior número de espécies vegetais nativas; deve compreender áreas de lazer para todas as idades, sempre buscando a integração homem-natureza, áreas direcionadas para a educação ambiental, como trilhas, hortas comunitárias, cursos de jardinagem e outros; amplo material didático que venha favorecer o ensino de disciplinas envolvendo o meio ambiente e por fim, espaços destinados às pesquisas, à arte e todas as atividades que envolvam e valorizem a natureza.

Embora a criação de parques urbanos tenha aumentado bastante nos últimos 30 anos, não se pode dizer o mesmo em relação à qualidade dos projetos desenvolvidos. Seja por falta de um planejamento adequado ou por amadorismo técnico, a verdade é que a maioria dos parques produzidos carecem de qualidade de projeto e apresentam programas falhos (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 55). São projetos simples, em vários casos, apenas adaptando antigas áreas abandonadas para os novos usos. Com o objetivo de manter os custos baixos e propiciar o uso imediato, são instalados poucos equipamentos, alguns brinquedos e simples trilhas para caminhada. Poucos são os casos em que o projeto é cuidadosamente desenvolvido, focando na necessidade da população e na qualidade do espaço (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 48).

Em alguns casos os projetos são voltados apenas para o interesse imobiliário e não visam atender de fato as reais demandas dos usuários. São parques descolados da realidade, que não atingem a comunidade da região em que estão inseridos. Por mais belos e imponentes que sejam, pecam na artificialidade e na generalização de usos, pois na sua concepção faltaram análises substanciais que poderiam revelar os interesses dos seus usuários. Como esses projetos partem de uma concepção meramente formalista, oprimem o usuário e não causam interesse e curiosidade (SERPA, 2007, p.45).

Neste contexto de valorização ecológica e utilização de áreas degradadas e de fragmento de zona rural na zona urbana, nasce o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim em 1987. Instalado em uma parcela de antiga fazenda produtora de açúcar e café localizada no coração da região mais nobre da cidade de Campinas. A administração pública promovia a ideia de que o parque seria um novo conceito de parque urbano, com programa inovador.

CAPÍTULO 02 - CAMPINAS E A INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM

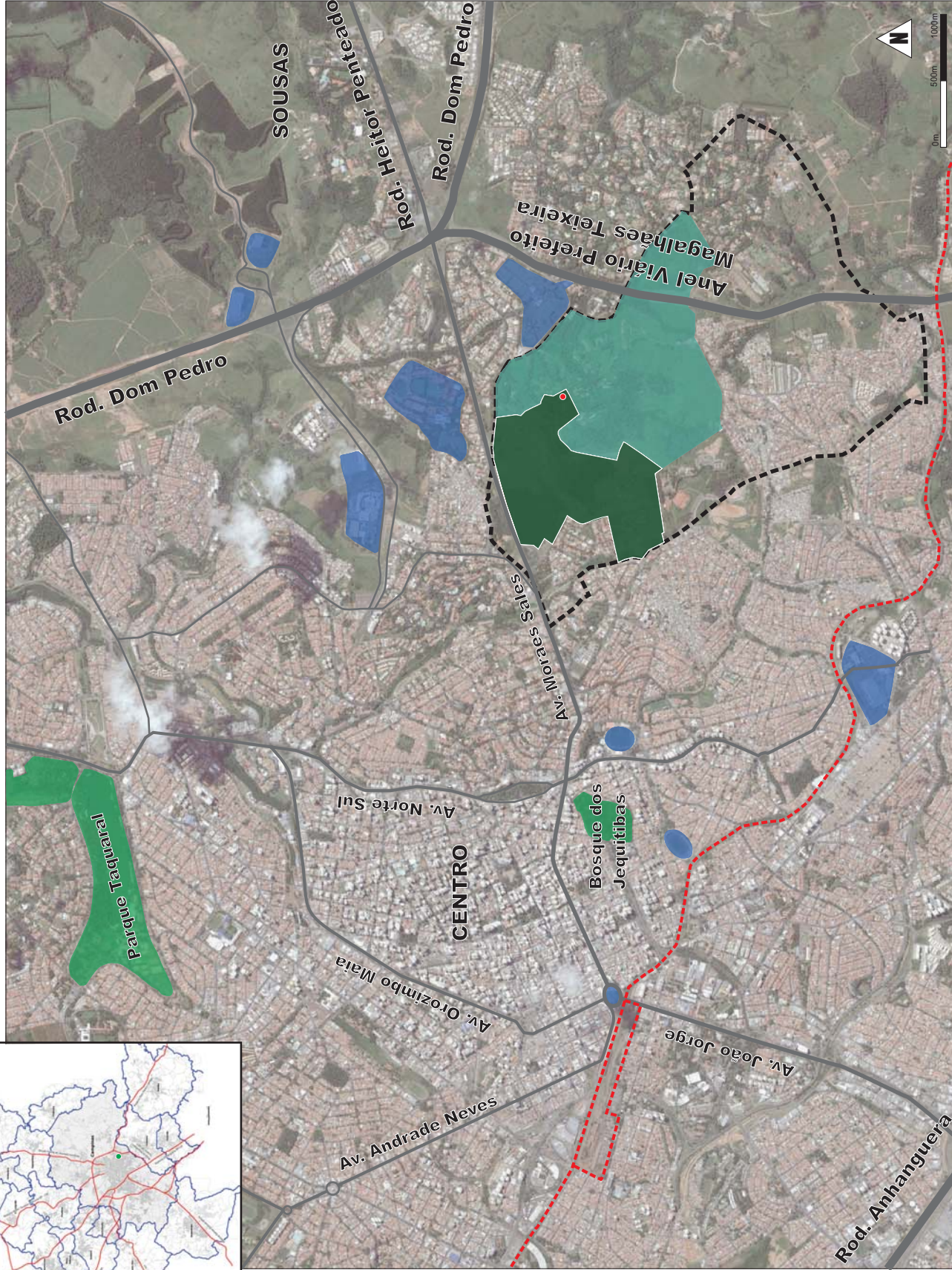
O estudo da história fundiária das cidades pode revelar a origem da sua forma e das contradições presentes no seu espaço. No Brasil, desde período colonial, a propriedade fundiária envolve relações sociais entre agentes diversos que se revelam em configurações construídas historicamente.

No caso específico de Campinas - SP, a história da Fazenda Mato Dentro se funde com a própria história da cidade. De ampla sesmaria onde foi plantada a cana-de-açúcar e depois o café, produtos intrinsecamente relacionados à origem e ao desenvolvimento econômico e social da cidade, os sucessivos desmembramentos da fazenda original e seu parcelamento também revelam a mudança da estrutura econômica e do valor da propriedade, no momento em que o café deixava de ser o principal motor da economia.

Ao longo do tempo, os parcelamentos da antiga Fazenda Mato Dentro deram origem a diversos bairros na região leste da cidade de Campinas. Com a crise do café na década de 1930, parte dessas terras é vendida ao estado de São Paulo para a implantação do Instituto Biológico (unidade de Campinas) e, na década de 1980, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado promove a criação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Elucidar esta história fundiária e os interesses dos diversos agentes em questão permite compreender a gênese, a estrutura e a forma de parte do espaço urbano de Campinas.

MAPA 1 Localização na Cidade

- Sede da Fazenda Mato Dentro
- Parque Ecológico
- Instituto Biológico
- Bosques e Parques
- Equipamentos
- Leito Ferroviário
- Limites da Fazenda Mato Dentro - 1917



Mapa elaborado por Daniela Lacreia sobre foto de satélite do Google Earth

2.1 – CAMPINAS E OS SEUS JARDINS, PARQUES E ESPAÇOS LIVRES

Campinas originou-se na segunda metade do século XVIII a partir de um pouso às margens do caminho aberto pelos paulistas em direção às recém descobertas “minas dos Goiasés”. A região desenvolveu-se formando um bairro rural, pertencente ao termo da Vila de Jundiaí. No final do século XVIII, a economia da região estruturava-se com base na lavoura de cana-de-açúcar. Alinhando os interesses dos donos de engenhos da região com os interesses do governo da Capitania de São Paulo, no sentido de elevar o bairro rural ao estatuto de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1774) e, posteriormente, em Vila de São Carlos (1797), desmembrou-se então da vila de Jundiaí.

No passado, a localização de Campinas foi estratégica para dar suporte ao avanço dos paulistas rumo às minas de Goiás. O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e depois do café foi consolidando a ligação da região com a cidade de São Paulo, o porto de Santos, o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região de Campinas garantiu a implantação de uma ampla rede ferroviária e, posteriormente, os capitais e as condições necessárias ao desenvolvimento industrial da região.

Segundo Santos, a produção açucareira e posteriormente cafeeira, concentrou capitais, terras e poder na mão de poucas famílias da cidade (SANTOS, 2002, p. 140). Entre essas famílias representantes da aristocracia de terras, estavam os Souza Aranha, donos da Fazenda Mato Dentro, propriedade onde posteriormente se instalaria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Ainda segundo o autor, as melhorias na cidade e seu desenvolvimento sempre foram determinadas pelos interesses da elite local, dona das grandes fazendas que sempre direcionavam os investimentos para

agregar valor a suas terras, mesmo “entre o debacle do café e o amadurecimento, em Campinas, de uma economia urbana e capitalista”. (SANTOS, 2002, p.164).

O triunfo da produção cafeeira na cidade de Campinas trouxe diversas repercussões para seu desenvolvimento urbano além de prestígio político e social para uma nova elite portadora de diversos títulos imperiais (BADARÓ, 1985, p.20). Os melhoramentos urbanos implementados na cidade graças ao café, embora tenham auxiliado o desenvolvimento de uma nova cidade capitalista, também foram determinados e destinados prioritariamente aos interesses fundiários dessas mesmas famílias aristocráticas. O resultado destes investimentos foi a valorização dos terrenos pertencentes às antigas sesmarias (SANTOS, 2002, p.162). Neste mesmo período - início da década de 1870 - surgem os primeiros sinais de um processo de melhoramentos e embelezamento da cidade através da aplicação do tratamento paisagístico a fim de aformosear as antigas praças e a criação de novas praças pela cidade.

Assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o primeiro jardim público de Campinas é o Passeio Público, também conhecido como Largo Municipal⁶, criado no período colonial. Sua obra foi executada quase em sua totalidade com recursos fornecidos pelos fazendeiros da cidade, que também enviavam seus empregados e escravos para auxiliar na obra (LIMA, 2000, p. 47). O local passou a ser frequentado pela população, principalmente a alta sociedade, a partir de uma programação musical em 1879. Devido ao grande número de frequentadores no espaço, logo novos equipamentos foram introduzidos como o quiosque-bar e um coreto.

⁶ Em 1882, o “Largo Municipal” ainda não tinha nome oficial e surgiu a sugestão de escolher seu nome a partir de como “Eleição Direta”, pelo novo sistema de eleição adotado pelo país. O autor da ideia foi o Senador Saraiva, cujo nome passou também a ser cotado para denominar a praça. Finalmente, em 1889, a praça recebeu a denominação de Imprensa Fluminense, em homenagem aos jornais cariocas. Fonte: http://www.emdec.com.br/hotsites/nossa_cidade/imprensa_fluminense.html

Figura 13 – Passeio Público de Campinas – Quiosque Bar, por volta de 1890. Fonte: LIMA, 2000, p. 51



Figura 14 – Foto aérea do Centro de Convivência Cultural “Carlos Gomes”, localizado na área do antigo Passeio Público campineiro. Fonte: Unicamp.



Na passagem do século XIX para o XX, os jardins implantados na cidade modificaram a sua dinâmica, mudando os costumes da população e impulsionando a “cultura” de jardins, que levou Campinas à notoriedade (LIMA, 2000, p. 37).

O arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que trabalhou em Campinas de 1879 a 1886, foi destaque no processo de reestruturação de Campinas, modernizando o antigo desenho urbano definida ainda no período imperial. Um de seus mais importantes projetos de jardim para a cidade foi o melhoramento do Bosque dos Jequitibás.



Figura 15 – Foto de 1899 mostrando as pessoas visitando o Bosque dos Jequitibás. Fonte: <http://promemoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2006/11/curiosidades-bosque-dos-jequitibs.html>

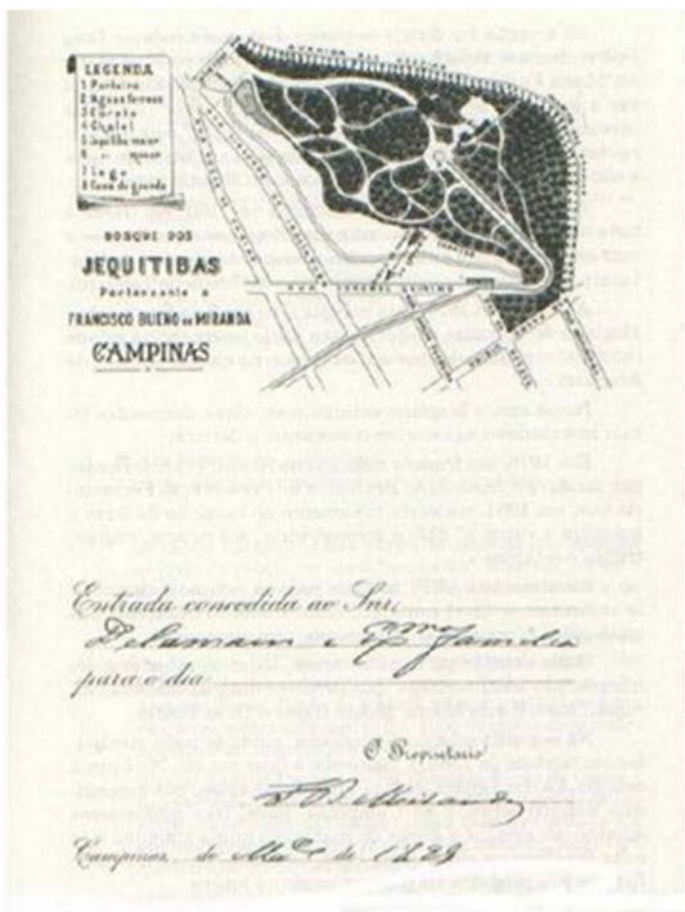
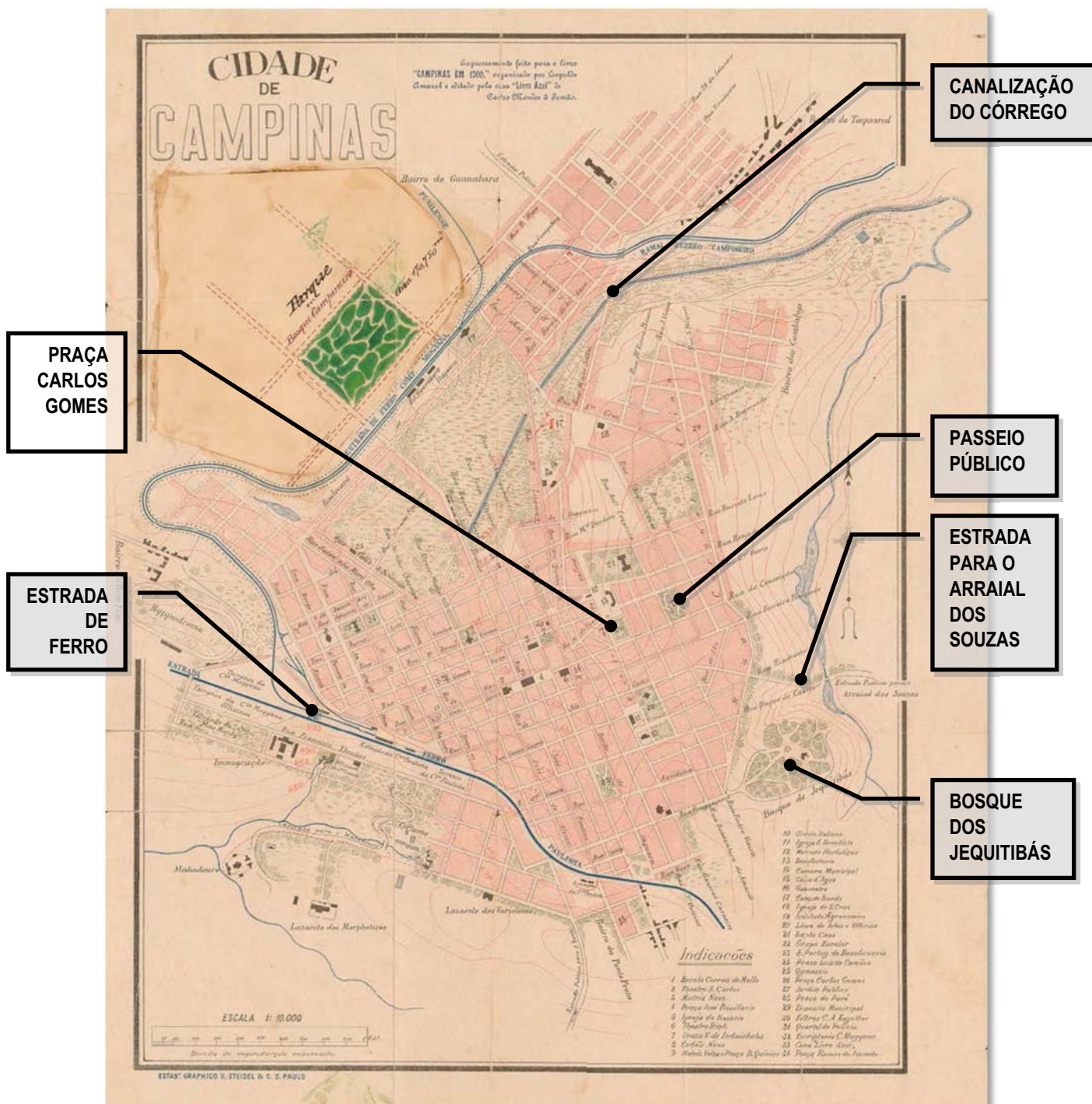


Figura 16 – Permissão de acesso ao bosque emitida pelo proprietário do local, 1889. No detalhe, a planta do bosque. Fonte: <http://promemoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/2006/11/curiosidades-bosque-dos-jequitibs.html>

Esse antigo bosque, pertencente à Francisco Bueno de Miranda, localizava-se próximo ao Largo São Benedito. Transformado numa área de recreio para a população campineira, a área contava com equipamentos como um chalé e um restaurante, além de ser muito maior que as diversas praças da cidade. Até 1915, o local cobrava entrada, quando então passou a ser propriedade da prefeitura. O melhoramento do bosque auxiliou na valorização fundiária da área envoltória do Campo das Caneleiras e na virada do século XX, se configura como o único parque da cidade (LIMA, 2000, p. 61).

Ainda no fim do século XIX, o engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, chefe do Distrito Sanitário de Campinas de 1896 até 1897, traz importantes contribuições para a valorização de áreas verdes na cidade. Ao elaborar seu plano de saneamento, Saturnino de Brito forma novos eixos de circulação com passeios arborizados. O objetivo era de utilizar esses chamados bulevares como saneamento dos fundos de vales e margens de rios e lagos, que seriam canalizados seguindo as premissas sanitárias.



Mapa 2 – Planta da Cidade de Campinas, 1900. Assinaladas os principais espaços públicos da cidade no período, a estrada de ferro e também a estrada que ligava o centro ao Arraial dos Souzas, caminho que passava na frente da Fazenda Mato Dentro (atual Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim). Fonte: CAD PUCG.

Os jardins Campineiros adquirem novos contornos nas primeiras décadas do século XX, nas administrações dos prefeitos Orozimbo Maia e Heitor Penteado. Ambos fazem modificações importantes em sua tipologia, abrindo os jardins à cidade, tornando-os mais permeáveis e modernos, são criados grandes bulevares ajardinados unidos ao espaço da rua completamente arborizada, a ideia era se distanciar dos espaços densos e fechados característicos do século anterior (LIMA, 2000, p. 102).

2.1.1 - Prestes Maia em Campinas

Início da década de 1930, com o processo de urbanização acelerado, novas teorias são aplicadas, onde as áreas verdes são vistas como sistema, e o conceito de parques urbanos é introduzido. Isto mostra a sintonia da cidade com as ideias urbanísticas já aplicadas no Rio de Janeiro e São Paulo, seguindo os modelos europeus e norte-americanos.

Esse período caracteriza um segundo momento de ruptura em Campinas, se comparado àquele da segunda metade do século XIX, quando do desmonte da cidade imperial pela cidade republicana. Buscava-se agora, “apagar” o traçado estreito e reticulado das ruas, substituir os prédios ditos acanhados e antiquados, transformar jardins pequenos e “antiestéticos”, para se desenhar uma cidade de amplas avenidas, demarcadas por monumentos e edifícios públicos com um “novo estilo”, por vezes chamado de art nouveau ou protomoderno, e com praças e jardins destinados a diferentes usos, com dimensões e tipologias específicas a suas finalidades. (LIMA, 2000, p. 124)

Durante a crise da economia cafeeira, a cidade "agrária" busca assumir uma fisionomia ligada à indústria e aos serviços. De acordo com Badaró, o crescimento da cidade no início do século XX, foi direcionado pela iniciativa privada “que levou o retalhamento do solo das chácaras periféricas e das antigas, e já pouco produtivas, fazendas de café, próximas da área urbana” (BADARÓ, 1985, p.36). O modo como a cidade crescia gerou um fenômeno de migração que se imprimiu de forma definitiva no seu tecido urbano com o surgimento da espacialização desigual de atividades econômicas, emprego, renda e moradia. O crescimento intenso da cidade foi seguido pelo aumento da pobreza (BAENINGER, 1996, p.18).

As modificações rápidas e intensas que a cidade testemunhou tornaram indispensável a necessidade de um plano urbanístico que direcionasse o crescimento excessivo. O marco urbanístico do período foi o "Plano Prestes Maia" (1938), um amplo conjunto de ações voltado a reordenar as vocações urbanas, a circulação e o crescimento da cidade. Campinas passou a concentrar uma população constituída de imigrantes procedentes das mais diversas regiões do estado, do país e do mundo, atraídos pela instalação de um novo parque produtivo (composto de fábricas, agroindústrias e estabelecimentos diversos).

Mais uma vez, parques, praças e jardins tornam-se pontos importantes na melhoria da cidade de Campinas. As propostas de Prestes Maia trazem para a cidade um novo modelo paisagístico, similar ao proposto anteriormente para São Paulo e à luz dos preceitos do Movimento *City Beautiful*. O urbanista define os espaços públicos – vias, praças, parques e jardins – como pontos focais de reestruturação da cidade. Praças e jardins antigos se integram ao sistema de parques e às propostas de novas áreas verdes.

A elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos, proposto por Prestes Maia, estendeu-se por quase quatro anos e tinha quatro aspectos fundamentais: ser um plano abrangente (contemplando todos os aspectos do

município e região, principalmente os econômicos que ditariam o desenvolvimento da cidade), ser técnico, ser prático e por fim objetivar um período de tempo dilatado (sua proposta era de que alcançasse de 20 a 50 anos). Apesar de não ter sido aplicado em sua totalidade, e ter seu alcance reduzido não atingindo a amplitude municipal pretendida, ele foi importante ferramenta para as intervenções feitas na cidade nos 30 anos seguintes.

Prestes Maia afirmava que o espaço urbano, socialmente indiferenciado, e a trama viária retilínea e contínua do século anterior eram consequências do baixo ou nulo valor da terra e dos processos equivocados aplicados pela Intendência Municipal.

Instalou-se, pois, espontaneamente, uma nova estrutura radio-anelar-concêntrica na qual o antigo centro urbano assumiria gradativamente características terciárias, com forte poder polarizador sobre a periferia residencial e industrial, com a qual passou a ligar-se, como outrora ligava-se ao campo, isto é, através das mesmas vias radiais, antigas saídas da cidade. (BADARÓ, 1985, p. 83)

Em seu sistema de vias, a perimetral também teria funções paisagísticas e de lazer, permitindo o passeio de automóvel pelas avenidas arborizadas e o acesso aos parques municipais. Para as propostas referente aos parques, Prestes Maia propõe as seguintes intervenções:

– Será construído um Parque na Vila Industrial, abrangendo todos os terrenos municipais da antiga Chácara Frias e pastos do Matadouro, tendo acesso pela Avenida João Jorge e pelas ruas Prudente de Moraes e São Carlos.

- Será formado o Parque do Saneamento, aproveitando-se os terrenos pertencentes ao município.
- Será inteiramente reformado e modernizado o Bosque dos Jequitibás.
- Será formado o Parque do Taquaral, no cruzamento da estrada de Mogi Mirim com o prolongamento da Avenida Barão de Itapura, à margem do lago existente, cujo nível será elevado 8 metros.
- Será aproveitado parte do terreno em que está localizado o Hipódromo, no prolongamento da Avenida Barão de Itapura, para uma praça. (Plano de Melhoramentos Urbanos, ATO 118, apud BADARÓ, 1985, p. 42)

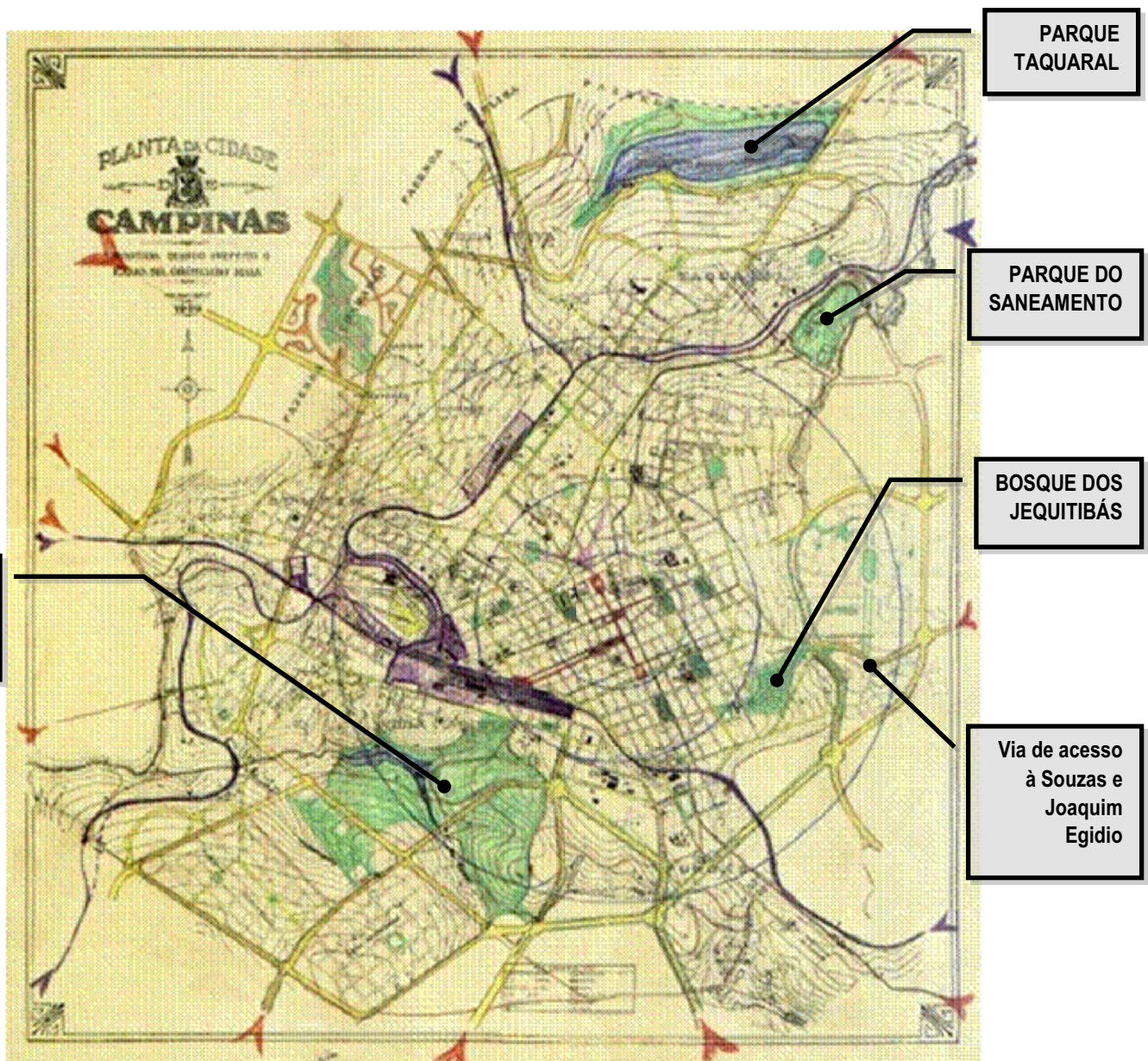
O Plano de Melhoramentos contemplava, portanto, diversos parques. Prestes Maia acreditava que a instalação de parques com vegetação abundante e equipamentos de lazer ativo que proporcionassem a prática esportiva adequada para a população seriam a solução para os problemas de abandono dos antigos parques existentes, que não contavam com esses equipamentos. Parques necessitavam ter uma programação que abrangesse todas as idades e atendessem diversas demandas para que fossem utilizados na sua total potencialidade. Assim afirmava:

As ideias falsas versam sobretudo sobre o abandono dos parques existentes, argumento contra os novos. Entretanto a realidade é que desconhecemos o que sejam parques completos. Reduzidos a jardins públicos pequenos e sem graça; sem vegetação abundante, sem instalações (que devem ser não apenas boas, mas ótimas e completas), sem as separações naturais, sem comodidades, sem atractivos, é

natural que nossas populações preferiam permanecer em casa ou frequentar cinemas asphyxiantes. (Plano de Melhoramentos Urbanos, ATO 118, apud BADARÓ, 1985, p. 42)

Observa-se em seu discurso, que os problemas de abandono dos parques já eram uma realidade na década de 1930. Apontava para os problemas relacionados ao seu tamanho, programa e projeto. Problemas esses, que são tão comuns nos dias de hoje. Prestes Maia pregava a necessidade de um parque completo e complexo. Viável para todas as faixas etárias e que atendessem as diversas demandas e espécies de lazer.

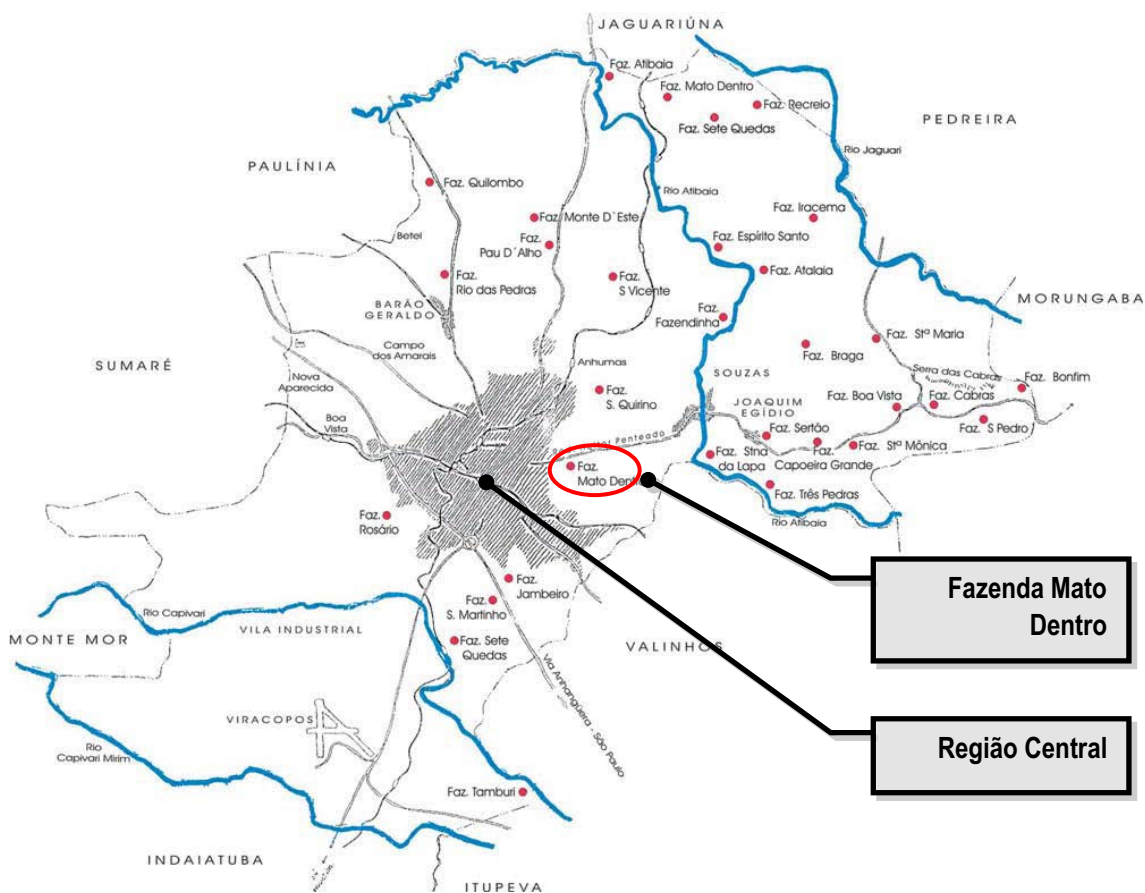
Além da reforma do Bosque dos Jequitibás, Prestes Maia propôs para os parques (categorizados como de pequeno e médio porte), três novos equipamentos: Parque da Vila Industrial (1.200.000m²) localizado próximo aos bairros mais populosos, seria segundo Prestes Maia o de maior importância para a cidade; Parque Taquaral (700.000m²), muito próximo a áreas urbanizadas, possuía uma peculiaridade que era um lago central e seria destinado à práticas de esportes e recreação, implantado com modernas instalações; Parque do Saneamento (100.000m²), localizado na atual avenida Orozimbo Maia, seria um parque de menor importância do que os outros.



Mapa 3 - Sistema de parques no Plano de Remodelação da Cidade de Prestes Maia de 1929. Indicados os três principais parques da cidade. O Parque da Vila Industrial nunca chegou a ser implantado. A planta apresenta anotações manuais assinadas por Prestes Maia. Documento apresentado por Luiz Cláudio Bittencourt, pertencente ao Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Fonte: BITTENCOURT, Luiz Cláudio. "Campinas Centro Histórico: Rupturas e (Dês) continuidades"; Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Número 2, janeiro 2002, pg. 135.

2.2 - A FAZENDA MATO DENTRO – Formação e Transformação

Conforme a documentação levantada, a fazenda Mato Dentro - inicialmente formada como engenho de cana de açúcar - data de 1806, originada a partir de uma gleba de terra desdobrada de uma sesmaria pelo Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Segundo Silva (2006, p.02), um dos primeiros bairros registrados em Campinas foi o Mato Dentro, citado em documento de 14/07/1774 como a área onde se localizava o engenho de mesmo nome. Era um exemplar da ocupação fundiária e da produção agrícola da região no final do século XVIII.



Mapa 4 - Localização das sedes de fazendas ainda existentes na região de Campinas. Redesenho do original do arquivo do Condephaat. (SILVA, 2006). A sede da Fazenda Mato Dentro é uma das localizadas mais próximas ao centro da cidade.

Segundo o inventário da esposa do Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, Eufrosina Mathilde da Silva Botelho⁷, de 1811, a fazenda era avaliada em “quatro contos de réis” e ainda sem o nome que viríamos a conhecer. Já em 1818 o engenho é registrado como uma área de “750 braças de testada e 1000 braças de serão”, o que equivale hoje a 360 hectares.

Com o casamento de sua filha Maria Luzia de Souza Aranha (futura Viscondessa de Campinas) com o primo Francisco Egydio de Souza Aranha, a propriedade é assumida pelo novo casal por volta de 1820, e logo ganha novos contornos, ampliando a sua produção de açúcar e sendo iniciado o plantio do café. A fazenda passa por um longo e próspero período produtivo, e diversos autores acreditam que Francisco Egydio foi um dos principais responsáveis pelo impulso à produção de café na cidade, bem como o maior exportador do produto na região.

Na ocasião da morte de Francisco Egydio, em 1860, a fazenda fica sob responsabilidade da viúva e em seu inventário, a fazenda já era avaliada em “cento e trinta contos de réis”, é descrita como:

Sítio Matto-Dentro, em que morava o inventariante, aqui ele denominado sítio, com casas de moradas, senzalas, máquinas de pilões, moinho e ventilador tocados por água, máquina de carretão, duas tuias de guardar café, paiol com o milho existente, enfermaria, sala d’ escolha do café, chiqueiro, estrebaria, e mais cômodos tudo coberto por telhas, terreiro murado de enxugar café, tanque, dous pastos valados, um chamado de sítio d’égua, com 250 mil pés de café de idade

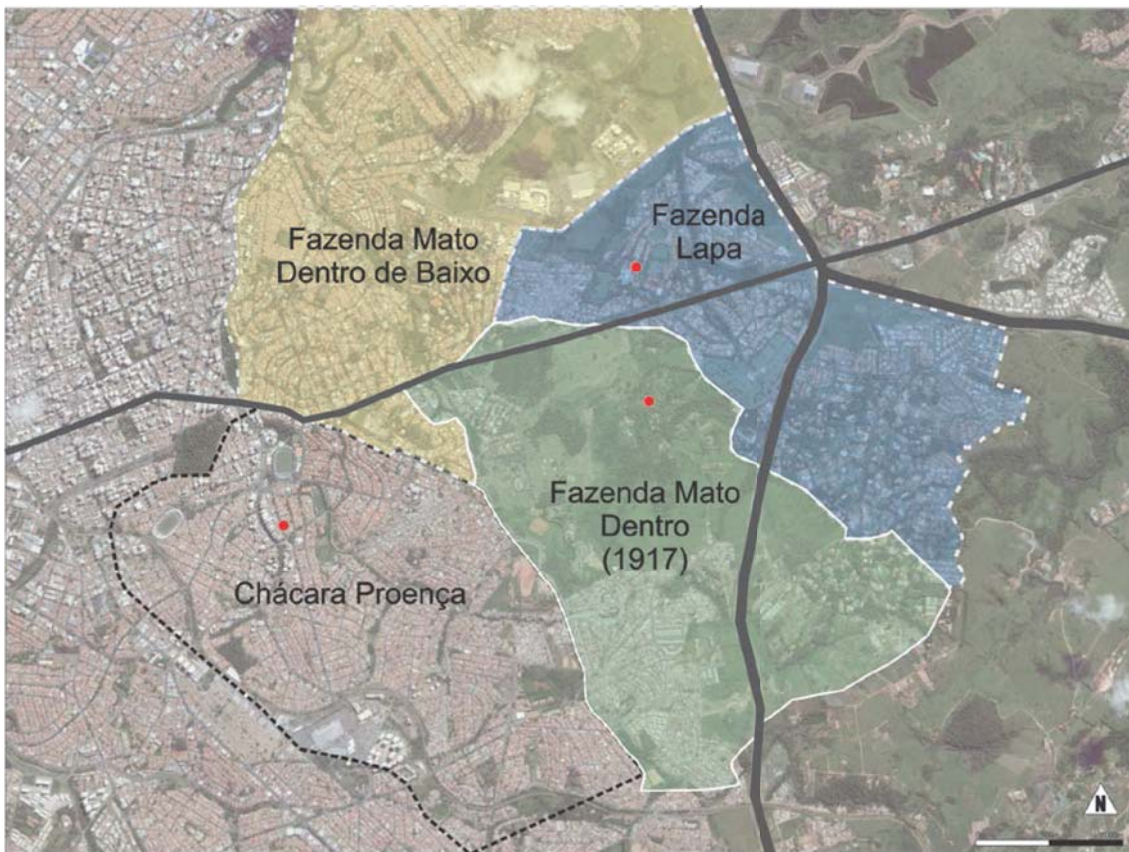
⁷ Inventário de Eufrosina Mathilde da Silva Botelho, iniciado em 21.01.1811. Descrição dos bens, folha 11 a 15. Fonte: Centro de Memória da Unicamp apud Projeto Executivo – Restauração, Construtora Figueiredo Ferraz (30/09/1988).

de ano até vinte e cinco anos, parte em bom estado e parte em mau estado sendo porção plantada em terra safada...⁸.

Quase vinte anos depois, em 1879, a Viscondessa morre, e deixa para seus herdeiros a propriedade com mais de 200 escravos e uma próspera produção de café além da sua casa urbana no centro de Campinas e hoje ocupada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A fazenda já havia sido neste período desmembrada⁹ em duas outras glebas herdadas por suas filhas na época de seus casamentos. Essas novas fazendas foram posteriormente parceladas e transformadas em bairros, a Mato Dentro de Baixo no bairro Vila Brandina e a Fazenda Lapa, no Bairro das Palmeiras e Clube Sociedade Hípica de Campinas.

⁸ Inventário de Francisco Egydio. Fonte: Centro de Memória da Unicamp. Apud. Projeto Executivo – Restauração, Construtora Figueiredo Ferraz (30/09/1988).

⁹ “A reprodução histórica desta elite oligárquica garantira-se, até então, pela definição de critérios de divisão dos engenhos e fazendas no ato de sua transmissão hereditária através de determinadas formas, tais como o dote, como também a terça e a partilha final” (SANTOS, 2002, p.143).

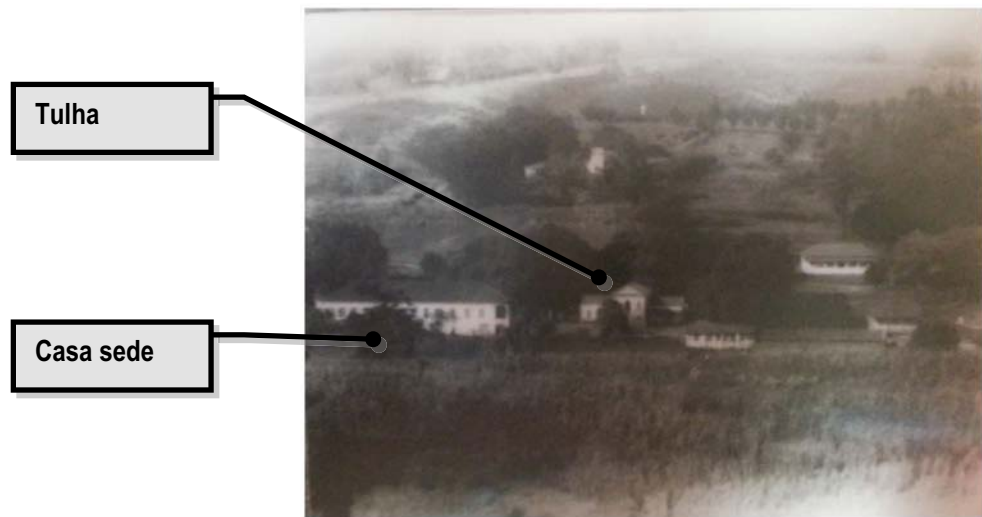


Mapa 5 – Desmembramentos Fazenda Mato Dentro em Fazenda Mato Dentro de Baixo e Fazenda Lapa com suas possíveis áreas de ocupação. Fazendo divisa com a Fazenda Mato Dentro, a Fazenda Chácara Proença. Mapa elaborado pela autora sob foto aérea (GOOGLE EARTH, outubro de 2015).



Figura 17 - Ao lado, retrato de Maria Luzia de Souza Aranha - Viscondessa de Campinas, 1880. Fonte: EXPOMUS.

Figura 18 - Foto Fazenda Mato Dentro (sem data). Fonte: EXPOMUS



No início do século XX, as terras que restaram como fazenda Mato Dentro já estão nas mãos de outros membros da família, e são administradas por João Lacerda Soares. A fazenda passa então por intensas modificações com o intuito de modernizar a produção e o beneficiamento do café, sendo construída a nova tulha, um anexo e o reservatório e sistema de adução de água.

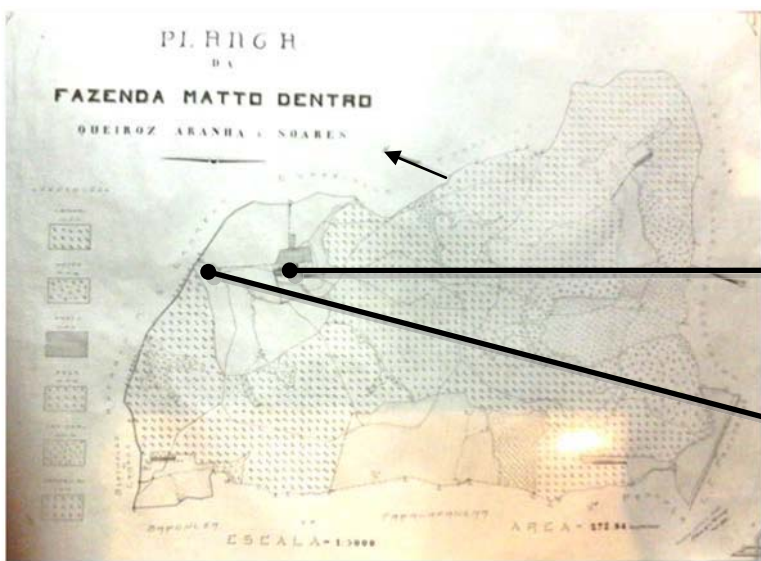
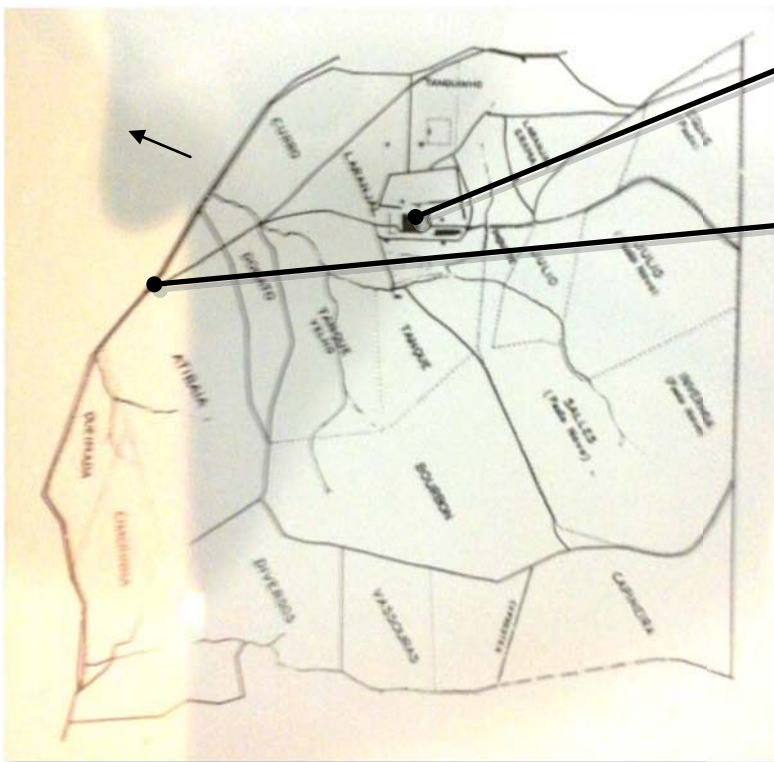


Figura 19 - Foto da planta da Fazenda Mato Dentro, 1917. Fonte: EXPOMUS.

Casa sede da fazenda

Acesso (atual acesso do parque – Rodovia Heitor Penteadó)



Casa sede da fazenda

Acesso (atual acesso do parque – Rodovia Heitor Penteadó)

Figura 20 - Foto da planta da Fazenda Mato Dentro, 1938, com as divisões conforme sua produção - Expomus - seção de foto micrografia do Instituto Biológico.

Com a crise de 1930 e a queda da comercialização do café nos mercados internacionais, a fazenda é vendida em 1936 para Arnaldo Ribeiro Pinto que após apenas um ano vende a propriedade para Mario e Elza

Garnero. Em 1941, o proprietário a vende para o Governo do Estado de São Paulo. O governo estadual, por sua vez, transforma a Fazenda Mato Dentro em Estação Experimental do Instituto Biológico de Campinas, abrigando laboratórios, residências de pesquisadores e trabalhadores e pesquisas de novas culturas.

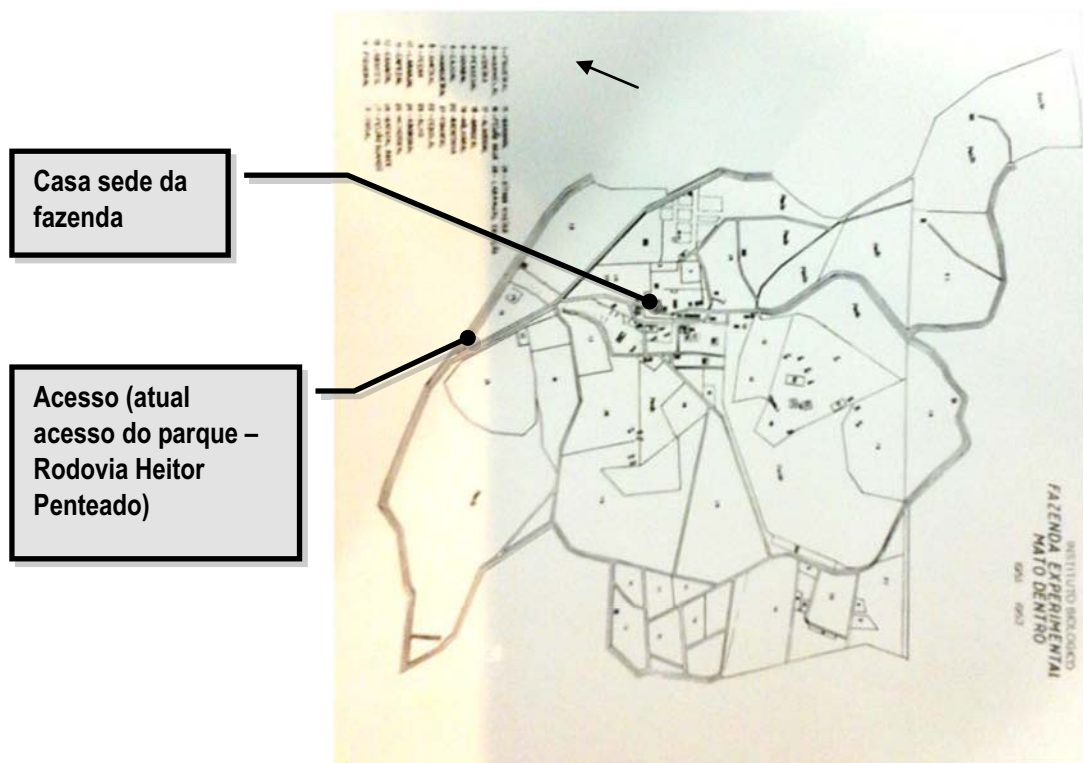
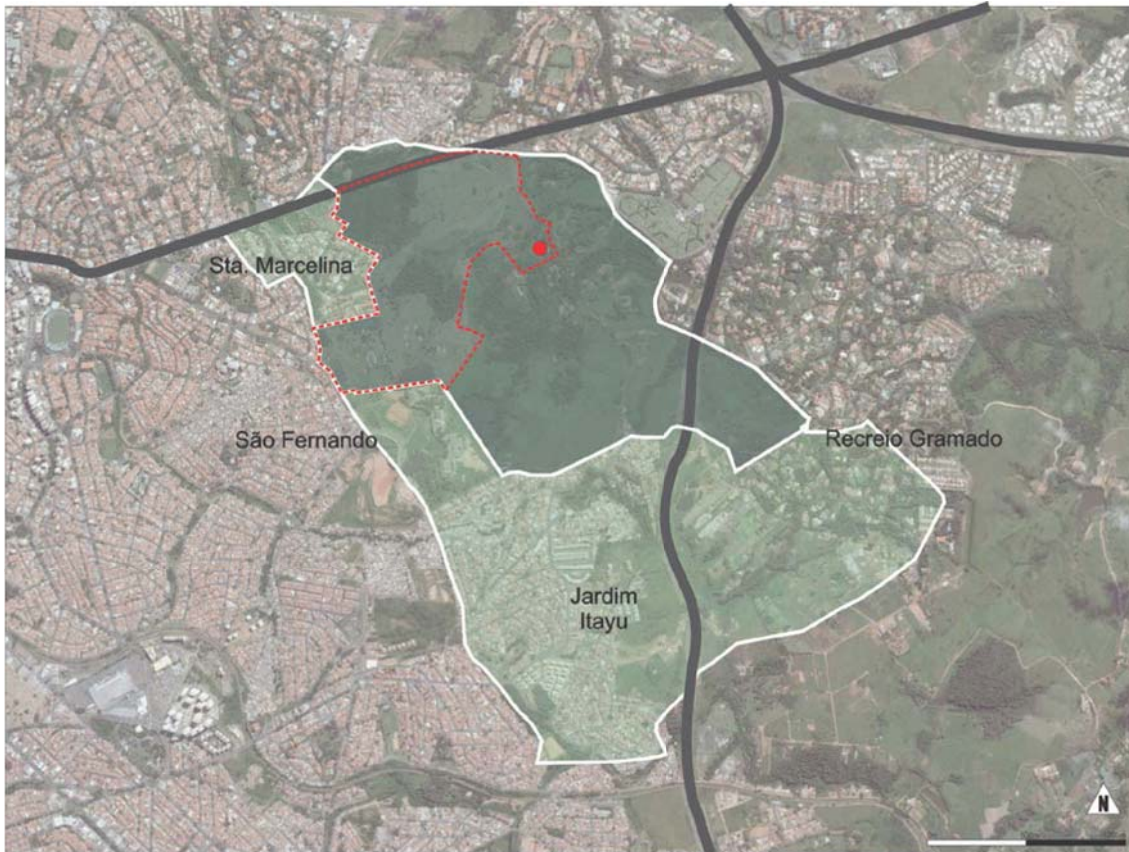


Figura 21 – Foto da Planta da Fazenda Mato Dentro, 1952, já propriedade do Instituto Biológico - Expomus - seção de foto micrografia do Instituto Biológico.



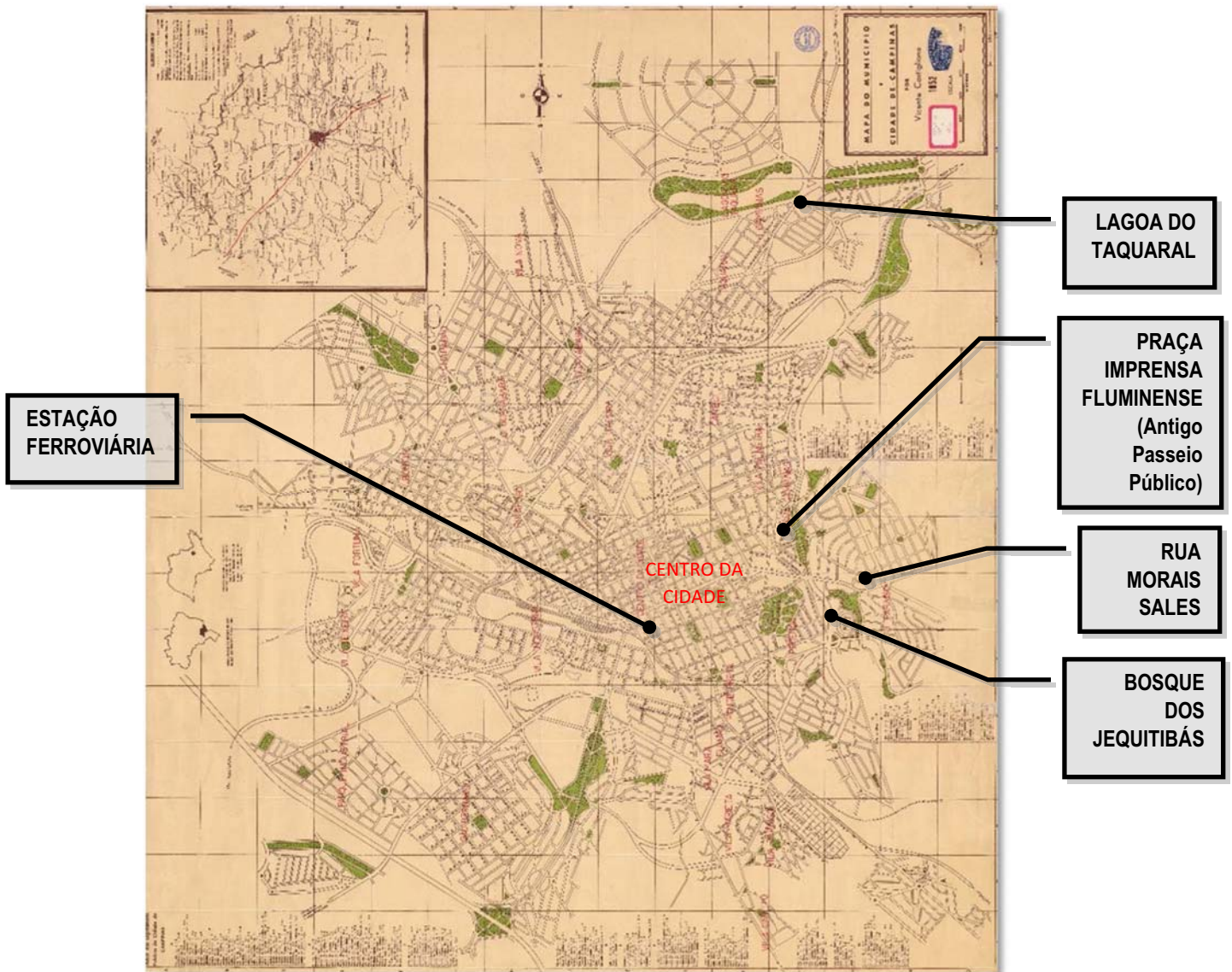
Mapa 6 – Divisões Fazenda Mato Dentro em dois momentos. Em verde mais claro, tamanho da fazenda em 1917 quando abrangia os atuais bairros Jardim Itayu, Vila São Fernando, Sítios de Recreio Gramado e Santa Marcelina. Em verde escuro o atual tamanho da fazenda baseada em mapa de 1952. Mapa elaborado pela autora em foto aérea (GOOGLE EARTH, outubro de 2015).

2.3 – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS

A partir das décadas de 1930 e 1940, multiplicam-se os bairros nas proximidades das fábricas e das grandes rodovias em implantação - Rodovia Anhanguera (1948), Rodovia dos Bandeirantes (1979) e Rodovia Santos Dumont, (década de 1980). Entre 1945 e 1954 surgiram mais de 20 loteamentos localizados fora da malha urbana original iniciando-se um intenso processo de especulação imobiliária:

Assim, dava-se início a um novo processo de crescimento urbano, com padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixa renda. (BAENINGER, 1996, p.49)

Esse processo gerou um padrão de crescimento físico com áreas intermediárias vazias e horizontalização com grande ação especulativa dos capitais mercantis. (BAENINGER, 1996, p.20)



Mapa 7 - Planta da cidade de Campinas, 1952. Neste mapa já estão demarcados o Parque Taquaral e a Rua Morais Sales, mais tarde ela se tornará Avenida e sua continuação, a Rodovia Heitor Penteado, fará a ligação à Rodovia Dom Pedro I e aos distritos de Souza e Joaquim Egidio.

A grande expansão industrial e populacional de Campinas é acompanhada pelo intenso parcelamento do solo nos anos 1970 e 1980. A área que era ocupada pela cidade de aproximadamente 76 mil quilômetros quadrados em 1962, passa para 152,392 km² em 1978. No entorno da área estudada nesta dissertação, a parte leste da cidade - abrangendo os distritos de Sousas e Joaquim Egidio e o entorno da Rodovia Heitor Penteado - os loteamentos são implantados de maneira a prolongar a área urbanizada, sendo que nos anos 1990, torna-se a área com maior concentração de condomínios horizontais e loteamentos fechados da cidade de Campinas.

Com a inauguração do Shopping Iguatemi em 1979 – também em área desmembrada da Fazenda Mato Dentro que se transformou em Fazenda Mato Dentro de Baixo e posteriormente Fazenda Brandina - e a aprovação do loteamento San Conrado, no distrito de Sousas, destinado ao mercado de alta renda, a região Leste de Campinas, até então pouco urbanizada, testemunha um grande crescimento e a mudança das camadas de alta renda que antes habitavam o centro da cidade para essa nova área nobre. Cria-se uma nova centralidade, privilegiando a população mais abastada, com uma infraestrutura contendo grandes avenidas, shopping, supermercados e 02 cemitérios-parque¹⁰.

Em 1990 o município conta com uma área urbanizada de aproximadamente 200 quilômetros quadrados, onde apenas 460 hectares eram de áreas verdes urbanizadas, incluindo jardins, parques e praças. Esses equipamentos, resultados das políticas saneadoras e dos planos de melhorias para a cidade no fim do século XIX e primeiras décadas do XX, localizavam-se principalmente na área central e mais antiga da cidade. A região mais nova e periférica da cidade não contava com nenhum equipamento.

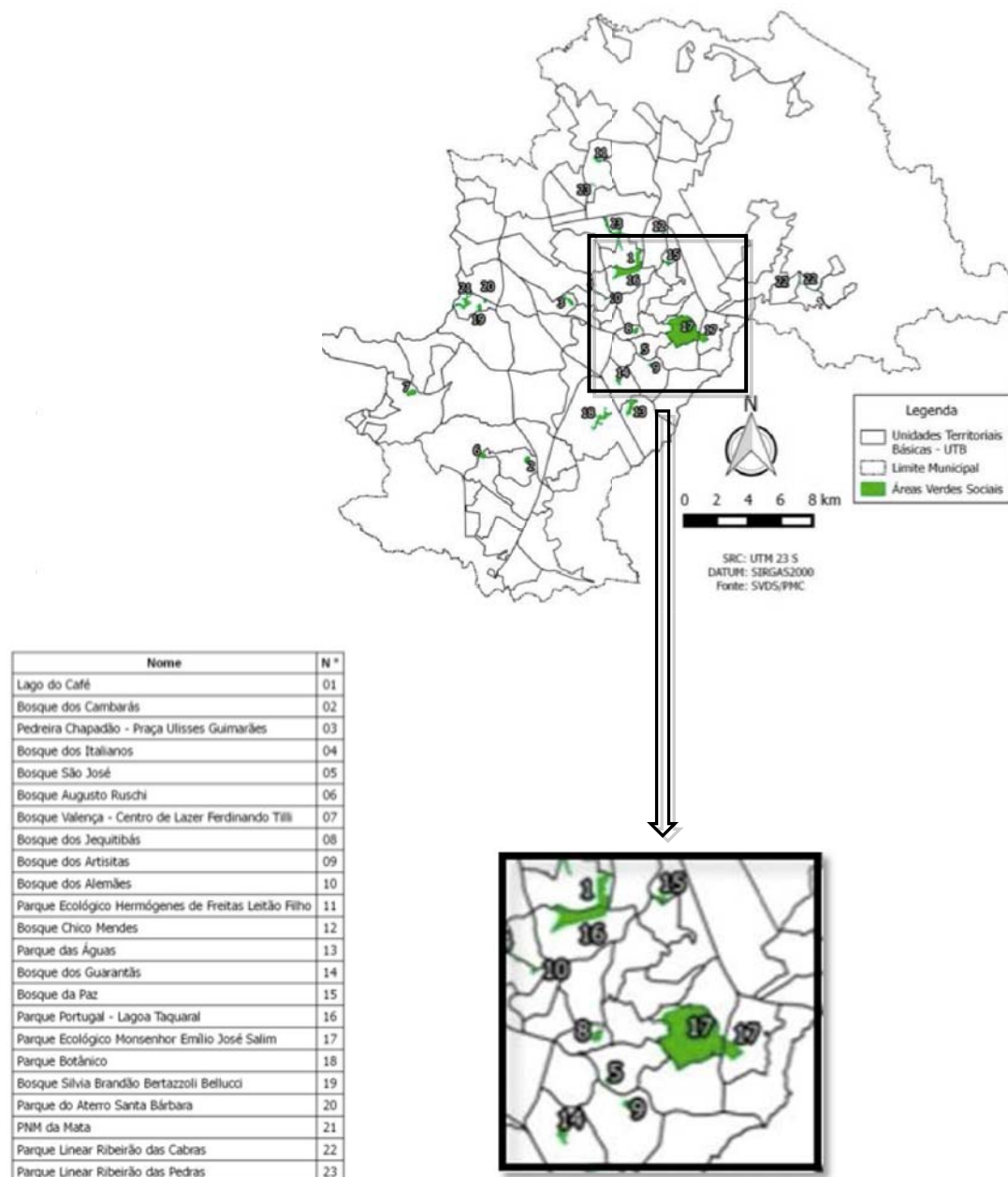
¹⁰ Os cemitérios Flamboyant e Aléias (divisa com o Parque Ecológico, seguem um conceito de cemitério parque baseados nos projetos americanos Protestantes. Sua paisagem vegetal abriga árvores, grandes gramados e decoração com flores delicadas. Fonte: <http://santaritacampinas.com.br/cemiterios-flamboyant-e-aleias>

No início da década de 1990, o município contava com os seguintes equipamentos:

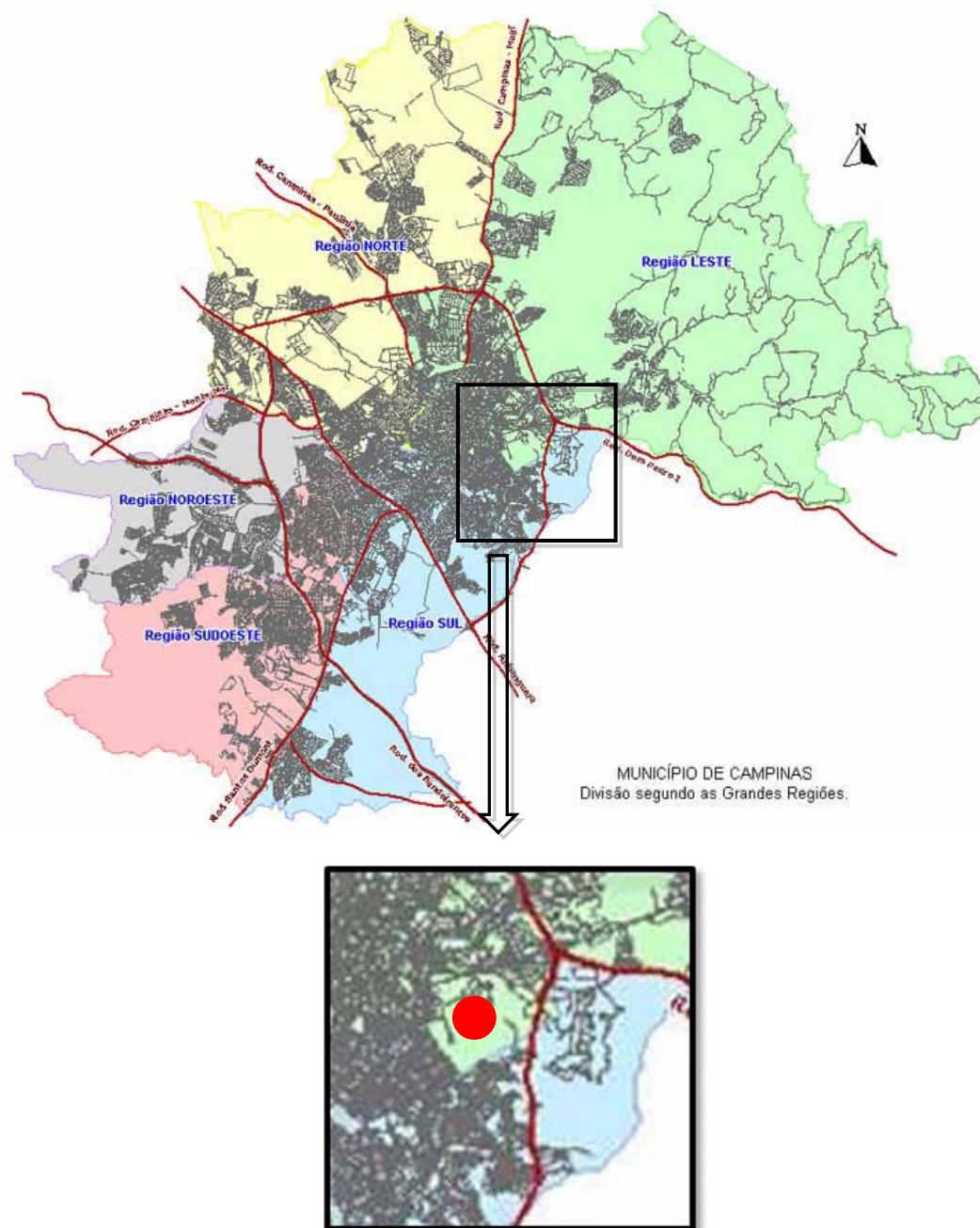
- Bosque dos Jequitibás – 101.000m² - 1915
- Parque Portugal – 638.000m² - 1972
- Bosque dos Guaratãs – 100.000m²- sem data indicada
- Parque Valença – 88.471m² -
- Parque Ecológico (estadual) - 1.100.000m² - 1987

Podemos observar nesta listagem como o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, é maior em sua área do que a soma de todos os outros parques juntos, e surge num momento em que, principalmente o Parque Portugal e o Bosque dos Jequitibás, estavam no limite de saturação por abrangerem Campinas e região segundo o Plano Diretor de 1991.

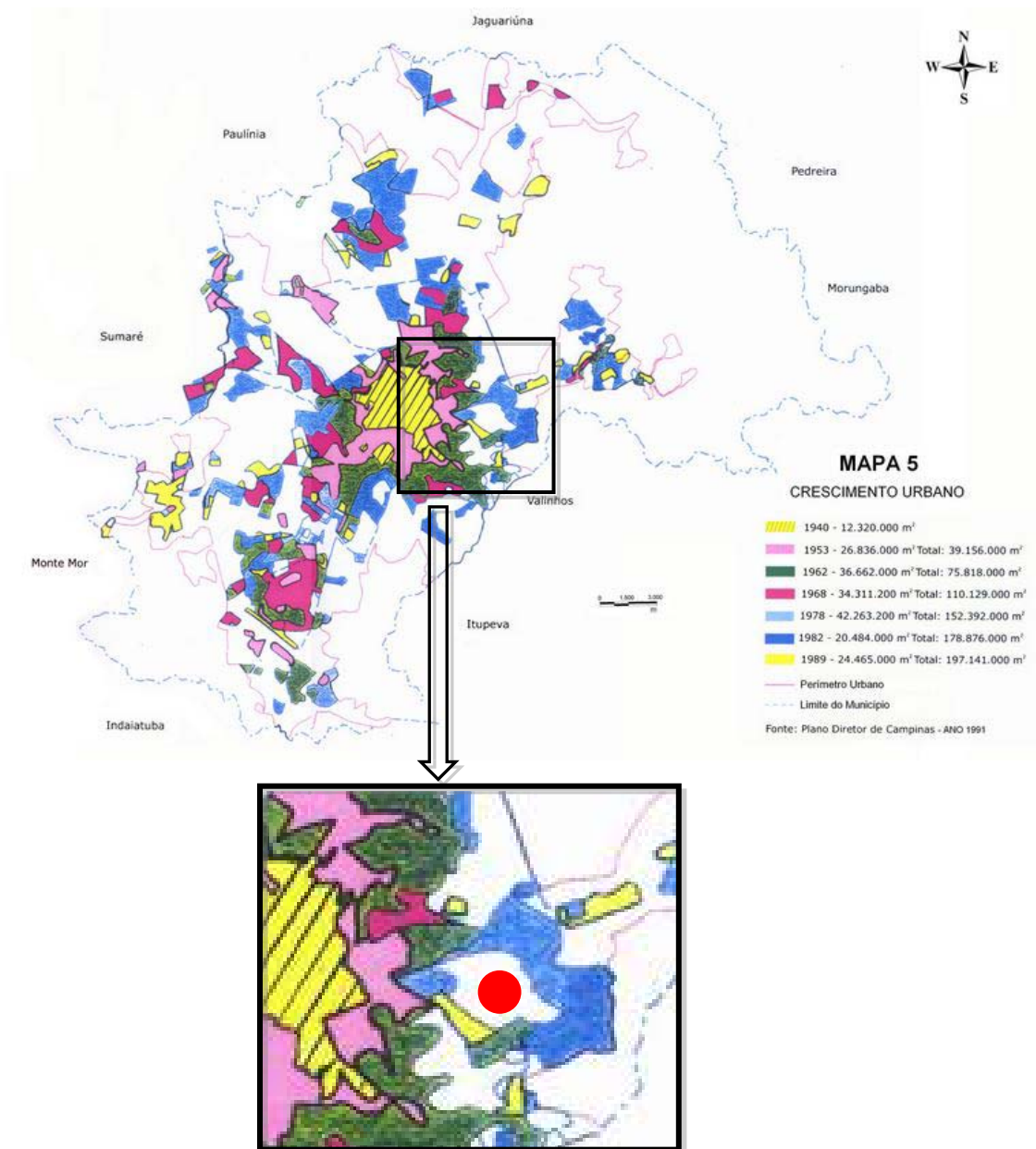
É possível afirmar que a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, além de promover um novo espaço de lazer para a população, também foi importante equipamento urbano estruturador dos bairros do seu entorno e do desenho de parte da cidade de Campinas. Após sua instalação, constata-se o aumento do número de residências nos bairros próximos. A região Leste da cidade, local da instalação do Parque Ecológico, desenvolveu-se basicamente como núcleo de loteamentos de alto padrão, a maioria deles na forma de condomínios fechados e, nos anos 1990, torna-se a área com maior concentração de condomínios horizontais e loteamentos fechados da cidade de Campinas (SILVA, 2008, p.80). Nos mapas abaixo, podemos comprovar essas informações.



Mapa 8 - Principais áreas verdes da cidade de Campinas segundo diagnóstico feito pela prefeitura de Campinas em 2015. Destaque na legenda para: n. 17 – Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim; n. 16 – Parque Portugal e n. 08 – Bosque dos Jequitibás. Pode-se observar como o Parque Ecológico é muito maior do que os demais parques da cidade. Fonte: *Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf.*



Mapa 9 – Divisões segundo as grandes regiões de Campinas. O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim (marcado em vermelho no detalhe) encontra-se na Região Leste (verde claro). FONTE: Senso de 2010 em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo2010-imagens/macroreg_web.jpg



Mapa 10 - Mapa do crescimento urbano. Em vermelho a área aproximada do Parque Ecológico. O crescimento urbano no seu entorno imediato deu-se basicamente na década de 1980 e nota-se um crescimento também na década de 1990, mesma década da instalação do Parque Ecológico. Fonte: Elaborado pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas). Disponível em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa5.jpg>.

2.4 - O PROCESSO DE PROMOÇÃO E INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM

No Brasil, os chamados parques ecológicos se originam a partir da década de 1980, a partir dos discursos ambientalistas vigentes então. A Constituição de 1988 representa um marco regulatório para a criação destes equipamentos na medida em que seu texto garante que todos devem ter o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado¹¹. Sendo assim, o poder público para assegurar esse direito, deve proteger espaços territoriais, promover a educação ambiental e a conscientização pública para o meio ambiente.

A partir desta legislação, são delimitados em todo o país parques nacionais e estaduais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental com novos programas de uso que priorizam a preservação ecológica do local e a valorização dos aspectos rústicos da paisagem. Na lei 3743 de 9 de junho de 1983, promulgada pelo então governador do Estado de São Paulo André Franco Montoro, mais um passo é tomado no sentido de estabelecer normas de estímulo a criação de parques ecológicos e florestais nos municípios do estado:

¹¹ Apenas com a Constituição de 1988 é que houve um balizamento mais profundo relativo à proteção do meio ambiente, sendo que, anteriormente à mesma, a tarefa de legislar sobre os mecanismos e ações de proteção ao patrimônio florestal estava a cargo do legislador ordinário, conforme se viu pelo relato do desenvolvimento normativo exposto. A efetividade ou realização do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado estabelecido no art. 225 da Constituição de 1988 pressupõe, conforme disposto no inciso III do seu § 1º, a definição e manutenção de espaços territorialmente protegidos em todas as unidades da federação. Para tanto, é necessário possibilitar ao poder público, as condições não só para criar tais espaços, mas, sobretudo, para mantê-los (LEUZINGER, *et al*, 2001). Fonte: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9870

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O Estado estimulará a criação de parque ecológico e de parques florestais nos municípios.

Parágrafo único - O parque ecológico e os parques florestais, que não puderam ser criados nas áreas urbanas, deverão ser implantados o mais próximo possível delas.

Artigo 2º - A criação desses parques obedecerá a orientação dos órgãos técnicos competentes.

Artigo 3º - O Estado orientará, também, a construção, no parque ecológico e nos parques florestais, de locais apropriados à recreação e ao lazer da população, de todas as idades, para permitir que eles se transformem em ponto de encontro da comunidade.

Artigo 4º - O Estado utilizará as áreas de que dispõe, próximas às cidades, preservando-as para, em convênio, criar parque ecológico e parque florestais.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 90 (noventa) dias, após sua publicação.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nota-se no parágrafo único que, caso os parques não possam ser instalados nas áreas urbanas, devem ser instalados o mais próximo delas. Isto prova como os parques acabam sendo instalados muito longe das áreas centrais ou então instalados em áreas centrais ou áreas que abrigavam equipamentos de diferente natureza, tais como sede de antigas fazendas ainda remanescentes no tecido urbano como é o caso do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim ou áreas degradadas e sem utilização

Em 03 de Janeiro de 1987, a Prefeitura Municipal de Campinas envia à Secretaria Estadual do Meio Ambiente um documento comentando a transformação da área antes ocupada pelo Instituto Biológico em Parque Ecológico. Neste documento lê-se:

Após a visita ao local, e ouvindo a administração do Instituto Biológico, a diretoria do CODEMA sugere a Comissão designada para implantação do Parque o aproveitamento do projeto elaborado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campinas¹², com algumas considerações:

1º) Restauração da sede (já tombada¹³) para implantação de museu;

2º) Restauração da tulha, preservando o moinho já existente, e aproveitando da parte superior para a realização de cursos, conferências e debates sobre o Meio Ambiente e de interesse ecológico;

3º) Restauração da Capela integrando o conjunto da sede;

4º) Aproveitamento do entorno destas construções, já delimitadas (que não implicam em prejuízo para o Instituto Biológico), onde existem as árvores centenárias para local de lazer;

5º) Incorporação ao projeto da área do entorno cedida à SANASA. O estacionamento no projeto poderá ser transferido para esse local.

Propomos que o Parque a ser implantado com recursos estaduais seja administrado pela Comunidade Campineira. (CODEMA, Conselho de Defesa do Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Campinas)

¹² Não foi possível localizar este projeto elaborado pela Secretaria de Campinas.

¹³ PROCESSO 00309/73, RESOLUÇÃO 34 DE 10/05/1982.

Importante ressaltar que este documento mostra que havia uma intenção anterior de instalar-se um parque no local por parte da prefeitura municipal, e que já havia um projeto elaborado.

No dia 8 de junho de 1987, o então Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, através do decreto 27071, cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim com fundamento das leis: nº4.771 (antigo Código Florestal), 6.938 (Política Nacional do Meio Ambiente) e na lei de 1983. Considerando que a política ambiental do Governo do Estado de São Paulo, exercida por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, tem por objetivos:

- a) a preservação legal e de fato dos nichos, santuários e reservas ecológicas importantes, testemunhas do sítio e ambientes naturais;
- b) a recuperação de áreas degradadas, seja pelo desmatamento, pela desertificação, pela erosão, seja pela poluição dos corpos d'água, pela poluição do ar, do solo e da paisagem;
- c) a utilização cautelosa e adequada do patrimônio ambiental, pelo uso dos recursos naturais renováveis ou pelo uso dos parques e das áreas naturais sob guarda do Estado;
- d) a melhoria dos ambientes dentro e fora das cidades, tornando-os mais bonitos, mais limpos e mais adequados para função de cenário de atividades significativas para a vida cotidiana dos cidadãos; considerando que as terras da Fazenda Experimental Mato Dentro, situadas no município de Campinas e incorporadas ao patrimônio do Estado, sob administração do Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura, apresentam condições para serem transformadas em Parque Ecológico, proporcionando a recuperação

ambiental, com plantio de bosques, implantação de lagos e recuperação de edificações históricas, para fruição da população da região; considerando que tais terras, inseridas na região urbana do município de Campinas e no centro de região densamente povoada, favorecem o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer direcionadas para educação ambiental; e considerando a necessidade de preservar e recuperar os valores históricos relativos à expansão cafeeira do Estado, os valores paisagísticos e os valores arquitetônicos contidos naquela área, Decreta:

Artigo 1º - A área atualmente ocupada pela Fazenda Experimental Mato Dentro, dependência do Instituto Biológico de Campinas, da Secretaria da Agricultura, passa a constituir o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

Artigo 2º - A Comissão constituída pelas Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura e da Cultura, sob coordenação da primeira, proporá ao Governador do Estado, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste decreto, as providências necessárias à implantação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, oferecendo, ainda, projeto urbanístico que assegure meios e locais apropriados à recreação e ao lazer da população.

No Decreto 32478 de 26 de outubro de 1990, o Governo do Estado de São Paulo estabelece diretrizes para a implantação e administração do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim:

Artigo 1º - A implantação e a administração do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, criado pelo Decreto nº

27.071, de 8 de junho de 1987, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente

Artigo 2º - A elaboração e execução continuada de planos que objetivem o desenvolvimento e a utilização dos recursos naturais do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, bem como a exploração das áreas com potencial para uso recreacional e educativo, serão realizadas mediante administração feita por meio da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, nos termos deste decreto e de convênio a ser celebrado entre a Secretaria e a Fundação, na forma do modelo anexo.

§ 2º - Fica permitida a exploração de atividades de apoio aos objetivos do Parque, nos termos do Convênio e do respectivo estatuto os quais definirão os instrumentos jurídicos pertinentes.

§ 3º-- As receitas provenientes da cobrança de ingressos e/ou de preços destinados a cobrir custos de eventuais atividades executadas no Parque Ecológico serão aplicadas na sua respectiva manutenção, operação e desenvolvimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES.

7 - Realizar todos os esforços no sentido de que o Parque venha a alcançar receitas para sua auto sustentação;

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para suprir os recursos financeiros destinados à administração do Parque, a Fundação poderá efetuar a cobrança de

ingressos aos usuários, bem como de preços, objetivando cobrir os custos de eventuais atividades nele executadas.

Parágrafo 1º - Para prover as atividades de apoio aos objetivos do Parque, tais como restaurantes, lanchonetes e vendas de produtos ornamentais, a Fundação fica autorizada a permitir essas atividades, desde que se assegure a contrapartida financeira e de encargos, indispensável a manutenção e preservação do Parque.

Parágrafo 2º - Os rendimentos provenientes da cobrança de ingressos e das atividades referidas nesta cláusula serão aplicados na manutenção, operação e desenvolvimento do Parque.

Criado por decreto estadual e instalado pelo governo do Estado de São Paulo em conjunto com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, através do Departamento de Projetos da Paisagem, em momento nenhum da pesquisa pode-se afirmar que a Prefeitura Municipal de Campinas participou do processo de instalação ou criação do parque. Embora tenha sido definido no Plano Diretor de Campinas de 1991 a necessidade de um novo parque para a cidade, assim como já havia assinalado Prestes Maia em seu Plano de Melhoramentos décadas antes, a necessidade de um parque, também não foi possível afirmar neste trabalho se houve um estudo que determinasse que a antiga Fazenda Mato Dentro era o local adequado para a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

O novo parque urbano passaria a ocupar 110 ha da área total de 285 ha do Instituto Biológico. O programa do projeto contava como um *Arboretum*, com espécies nativas, desenvolvido por Burle Marx, a revitalização de uma série de lagos, a transformação do estábulo em restaurante e da tulha em “café-concerto” para encontros e reuniões culturais. Quadras esportivas,

lanchonetes, mirante, campos de futebol, áreas de passeio e museu também estavam no escopo do projeto. De acordo com a imprensa local, o parque seria uma obra pioneira no Brasil pelas inovações do seu programa e por estar localizado numa área urbana (Correio Popular, 24 jun. 1990).

Em 24 de Junho de 1990, o jornal Correio Popular publica a notícia que, quase dois anos depois da assinatura de autorização para as obras do parque, o projeto assume uma forma definitiva, e segundo o autor, “gigantesca”. É interessante observar que a reportagem descreve que os operários trabalham “a toque de caixa” para entregar a obra antes das eleições estaduais. Outro recorte do Correio Popular da mesma data, fala-se extra oficialmente de um investimento de Cr\$430 milhões (1990) e trabalho de 700 homens, que permitirá o governador Orestes Quércia concretizar o seu desejo de inaugurar o parque na data programada – leia-se antes das eleições estaduais.

A obra foi dividida em três etapas, sendo que a menina dos olhos do projeto era o casarão sede da fazenda Mato Dentro de 1810. Cem pessoas, entre restauradores, arqueólogos e arquitetos trabalharam no restauro da sede onde os profissionais ficaram em “êxtase”¹⁴ com a casa tombada pelo Condephaat, em estrutura de taipa de pilão no pavimento inferior, e pau-a-pique no superior, típica da arquitetura rural brasileira. A ideia do trabalho não era somente restaurar o casarão com detalhes da época, mas também

¹⁴ Antigo casarão da “Mato Dentro” será restaurado. Correio Popular, Campinas, 24 de setembro de 1988. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

RIBEIRO, N. Quase 200 anos sob o teto do casarão. Jornal de Domingo, Campinas, 10 de março de 1991. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Arqueólogos abrem o portão. E se surpreendem. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Restauração exige bisturis e paciência. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

transformá-lo num reduto histórico vivo, num preparo especial para que o casarão voltasse a vestir sua velha roupa histórica.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através do seu departamento de Projetos da Paisagem e da Fundação Florestal, tinha o objetivo de desenvolver no parque o primeiro Centro de Percepção Ambiental (CIPAM), com sede no antigo casarão da fazenda. As ações do CIPAM estariam voltadas para a recuperação da paisagem local e da vegetação primitiva, para a utilização adequada dos recursos naturais e a compatibilização do progresso com a preservação do meio ambiente, restabelecendo os ecossistemas de toda a área.

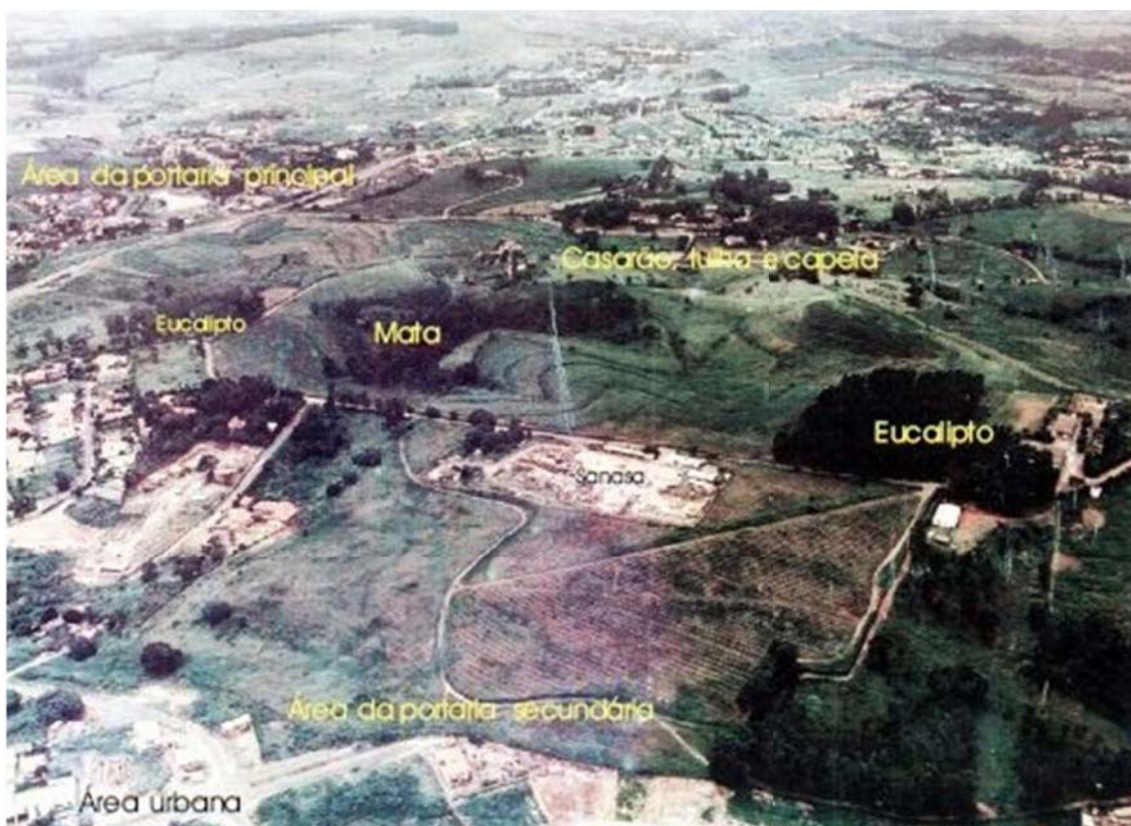


Figura 22 – Foto Panorâmica da área onde estava sendo implantado o Parque Ecológico, 1987. Organização IDALINO, 2004, p. 84.

Após um desmatamento significativo e o intenso uso da terra na época em que a fazenda produzia café, a paisagem da antiga fazenda é caracterizada por gramíneas, com uma pequena área de mata nativa e duas regiões de reflorestamento de eucalipto. Há uma descontinuidade de mata ciliar no entorno do córrego Mato Dentro. O terreno também apresentava curvas de nível delimitadas por toda a área, que eram utilizadas pelo Instituto Biológico para suas pesquisas agrícolas e foram mantidas no projeto do parque (IDALINO, 2004, p.82).

2.5 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PARQUE AO LONGO DOS ANOS

O Parque permaneceu sob a administração do Governo Estadual de 1991, ano da sua inauguração até 1995, quando passou a ser administrado numa gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, num convênio que durou até 2001. Até 1995 o parque contava com um alto nível de visitação, em média 3 mil visitantes por semana, que na sua maioria eram alunos das escolas da cidade, já que as atividades educacionais e lúdicas eram as principais atrações da programação do parque. Essas atividades aconteciam graças a uma parceria entre a Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, com financiamento de empresas privadas (IDALINO, 2004, p.63).

Após 1995 a Fundação Florestal anuncia que o parque encerraria suas atividades, argumentando a falta de condições para manter a área verde do parque. Este período também é marcado por conflitos entre o Estado e o Município, que já apresentam problemas quanto à gestão compartilhada. O descaso refletiu na frequência do parque, que passou a sofrer com problemas

de infraestrutura, segurança, limpeza e problemas nos bairros do entorno, que testemunhavam assaltos e depredação.

O CIPAM foi extinto, a vigilância diminuída, ocasionando a depredação da infraestrutura e a destruição do sistema de energia elétrica. A extinção do projeto de educação ambiental acarretou a falta de manutenção do viveiro de plantas existente que, por sua vez, não fornecia mais as mudas para a reposição, comprometendo o projeto paisagístico do parque. A vegetação neste íterim era caracterizada pela invasão de gramíneas e o excesso de áreas áridas, causadas pela morte e não reposição das mudas.

Com o declínio de suas atividades, em 2001, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente anuncia a retomada total da administração do parque. De acordo com informações da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, em 1º de abril de 2001, uma verba emergencial do Governo do Estado para obras de manutenção do parque foi disponibilizada¹⁵, já que a prefeitura teria deixado de executá-la na administração anterior. O intuito da Secretaria, a partir desse momento, seria estabelecer parcerias com empresas privadas interessadas na recuperação e manutenção do parque como já havia sido feito no Projeto Pomar em São Paulo.

Segundo informações obtidas através do site do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, esse projeto de recuperação foi orçado na época em R\$4,9 milhões e tinha o intuito de recuperar, restaurar e manter o complexo arquitetônico da antiga fazenda¹⁶ (casarão, capela, anexo e tulha) tombado pelo Condephaat.

¹⁵ Secretaria do Meio Ambiente Lança Livro com as Pesquisas Desenvolvidas em Intervalos. São Paulo Acontece: Secretaria do Meio Ambiente, 1 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/secretaria-do-meio-ambiente-lanca-livro-com-as-pesquisas-desenvolvidas-em-intervalos/>. Data de acesso: 20 de março de 2014.

¹⁶ Alckmin assina protocolo para gestão do Parque Ecológico, em Campinas, 21 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/>. Data de acesso: 20 de março de 2014.

Os itens previstos para a recuperação eram:

Luminotécnica (complexo tombado) – viu-se a necessidade na revisão do sistema pelo alto gasto de energia e porque o sistema não permitia a setorização da iluminação em diferentes espaços.

Descupinização (complexo tombado) – um grave problema que atingia o casarão numa infestação de besouros e cupins de madeira.

Paisagismo (Jardins do Casarão) – revitalização do projeto de Burle Marx.

Tulha – por ser local de realização de vários eventos, inclusive da Mostra da Cultura Indígena, viu-se a necessidade de revitalização do edifício.

O orçamento para a revitalização apresentado no documento era o seguinte:

Tabela Orçamento	
A. Hidráulica	14.400,00
B. Elétrica	1.217.650,00
C. Pavimentação/Drenagem	40.937,00
D. Cercamento	47.625,00
E. Programa Visual	59.375,00
F. Lagos e cascatas	414.275,00
G. Paisagismo	212.174,00
H. Casarão/Museu 1920 m ²	908.778,00
I. Tulha/Auditório	386.288,00
J. Restaurante 574 m ²	143.500,00
K. Lanchonetes (3 unidades 484 m ²)	121.500,00
L. Sanitários Públicos (5 unidades 253,40 m ²)	137.725,00
M. Viveiro de Mudas (565 m ²)	141.250,00
N. Portaria Principal (243 m ²)	60.750,00
O. Portaria Secundária (195 m ²)	48.750,00
P. Administração e Ambulatório (150 m ²)	37.500,00
Q. Anfiteatro	31.250,00
R. Equipamentos esportivos e de lazer	145.000,00
S. Equipamentos novos	556.875,00
T. Transporte	183.750,00
TOTAL	R\$ 4.909.352,00

Tabela 1 – Orçamento proposto para a revitalização do parque. Entre os custos mais altos estão a recuperação da parte elétrica do parque, a nova reforma do casarão e a implantação de novos equipamentos. Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/>

Este documento denominado de “Modernização da Gestão Pública Compartilhada” recebeu o PREMIO GESTÃO-SP em 2004, na categoria modernização da gestão pública com o tema: Gestão Compartilhada – Soluções Participativas para revitalização e operacionalização do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim - Campinas. No ANEXO 4 pode ser lido o documento na íntegra. Entre os principais pontos da documentação estão as oportunidades percebidas:

- A área é a única remanescente dentro de suas características na zona urbana do município;
- O potencial dos equipamentos existentes;
- As edificações do conjunto arquitetônico;
- A localização da região metropolitana;
- Dentre as obrigações do Estado figura a preservação legal e de fato dos nichos, santuários e reservas ecológicas importantes, testemunhas do sítio e ambientes naturais.

Como plano de trabalho, o documento propunha a operacionalização do parque por meios de ações e procedimentos voltados à:

- Execução de Plano de Segurança;
- Execução de Plano de Manutenção e Conservação;
- Implementação do Centro de Percepção Ambiental – CIPAM;
- Implementação de Escola Técnica Profissionalizante nas áreas de produção e comercialização de flores e frutos;
- Implementação das atividades de Educação Ambiental;
- Implementação de atividades voltadas ao lazer, esporte e recreação;
- Implementação de atividades de Arte e Cultura;
- Programa de Desenvolvimento Sustentável.

Além disso o documento reafirma que há uma falta de capacidade operacional tanto do estado quanto da prefeitura para gerenciarem o parque de forma isolada, afirmando que o projeto de Gestão Compartilhada é a forma de garantir o funcionamento do Parque após a sua revitalização. A sugestão de uma parceria com o terceiro setor, interessado em participar dos processos sociais sendo intermediário entre o poder público e o mercado, desenvolvendo projetos e investindo na revitalização do parque e sua manutenção, também é um item de extrema importância.

Possivelmente, pautados na documentação anteriormente elaborada, em 2004, um Conselho de Orientação do Parque Ecológico é empossado com o intuito de dar novo impulso na então chamada área de conservação. O objetivo do secretário era fazer com que o parque fosse devidamente utilizado pela população e promover a participação das comunidades nos conselhos gestores administrativos. Ao conselho cabia acompanhar a implantação e a execução do Sistema de Gestão Compartilhada (Estado e Município), analisar o Plano de Trabalho e os Relatórios de Gestão de Controle e referendar o Regulamento Interno do Parque e suas possíveis alterações, além de sugerir projetos que não haviam sido contemplados no convênio. O então chamado “Projeto de Revitalização”, contava com a participação das empresas parceiras Petrobrás, CPFL e Shell do Brasil, responsáveis pela execução dos serviços e obras previstas como: o cercamento da área, reforma de lanchonetes, sanitários, portarias e ambulatório, além dos equipamentos esportivos e de lazer, pavimentação e drenagem, equipamentos para a escola técnica de jardinagem e obras de paisagismo, dado que o projeto original de Burle Marx não havia sido instalado por completo. Para a Secretaria do Meio Ambiente, ficou designado a contratação de obras de infraestrutura e segurança e recuperação do complexo tombado. Já a prefeitura se encarregaria em manter as áreas verdes do parque, fornecer serviços de vigilância interna, preservação dos novos equipamentos instalados e a programação cultural e de lazer do parque. Não se obtiveram informações se esse trabalho foi implantado no parque.

José Pedro Martins, em 2008, publica uma reportagem intitulada “Iniciativa privada salva Parque Ecológico”¹⁷. Nela ele descreve como o convênio entre as iniciativas privadas, a Pontifícia Universidade Católica de

¹⁷ MARTINS, J. P. Iniciativa privada salva parque ecológico. Correio Popular, Campinas, 2008.

Campinas e a Prefeitura de Campinas haviam salvado projetos ambientais desenvolvidos no Parque que estavam sendo ameaçados por falta de recursos da própria prefeitura e do Estado. Ele descreve como a prefeitura não conseguiu alocar todos os recursos propostos sendo necessária uma nova participação da iniciativa privada.

Então em 2009, é publicada uma nova reportagem sobre a recuperação no parque, principalmente do projeto paisagístico de Burle Marx e no restauro da Sede da Fazenda Mato Dentro. Proposta na administração do Prefeito Hélio de Oliveira Santos juntamente com o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, ela marca a retomada da implantação do projeto paisagístico, que, segundo Graziano, é muito complexo. Ainda em parceria entre o governo estadual e a municipalidade, foram entregues outras melhorias como a reforma de quadras poliesportivas, do restaurante e do ripado. Coincidentemente ocorria na mesma época da reportagem a exposição de arquitetura e decoração Casa Cor na sede da Fazenda, que havia sido restaurada para o evento. Segundo o Secretário do Meio Ambiente da época, a exposição era uma presença que trazia uma enorme valorização e prestígio ao parque.

A Secretaria do Meio Ambiente, em outubro de 2011, abre uma licitação para instalação e exploração comercial de lanchonetes no parque, aparentemente com o intuito de restaurar as áreas degradadas e atrair maior público, mas não foram achadas informações que comprovassem a intenção da instalação, nem quem foi o vencedor da concorrência.

Em 2013, o governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin, garante a construção do “novo” teatro Carlos Gomes dentro do Parque Ecológico, numa proposta levada pelo prefeito Jonas Donizete com projeto de Carlos Bratke, doado como contrapartida à implantação do residencial Swiss

Park¹⁸ e que estava previsto ser inicialmente instalado no próprio Swiss Park. O Teatro Carlos Gomes foi promovido como uma das mais modernas salas de espetáculos do Brasil, com capacidade para 1.230 pessoas¹⁹. Na mesma época, articulado numa parceria público privada, foi proposta também a instalação de um grande projeto turístico e de educação ambiental – um aquário que teria como tema a representação de 20 ecossistemas brasileiros.

Em maio de 2013 chega ao fim, mais uma vez a parceria Estado-Município na administração do Parque. É feito um decreto que transfere o parque por 99 anos ao Município. Embora o anúncio tenha sido feito, o prefeito Jonas Donizete ainda pretendia discutir as condições dessa cessão, já que não havia sido decidido quem ficaria a cargo de que na administração do parque²⁰. Porém, enquanto a Prefeitura e o Governo não firmavam a parceria, o parque continuava abandonado. A área sofria com a falta de manutenção e não recebia mais de 40 visitantes nos dias de semana. As trilhas estavam intransitáveis, a sinalização precária, o lago sujo e os banheiros inutilizáveis, quadras poliesportivas tomadas por mato e os jardins tomados por capivaras. Segundo relatos, embora a responsabilidade de manutenção fosse da prefeitura, a limpeza do parque não estava sendo realizada há quase um ano,

¹⁸ Condomínios empresariais e residenciais lançado em 2006 com uma área de mais de 5 milhões de metros quadrados na Rodovia Anhanguera, km 90, Campinas.

¹⁹ Campinas estuda instalação de super aquário no Ecológico, 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: www.correio.rac.com.br/_conteudo/2013/02/capa/campinas_e_rmc/34454-campinas-estuda-instalacao-de-superaquario-no-ecologico.html. Data de acesso: 03 de outubro de 2013.

Prefeito e Governador assinam convênio para o Teatro Carlos Gomes, 28 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=22313>. Data de acesso: 20 de outubro de 2015.

Novo Teatro será construído em Campinas, 09 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.portaldepaulinia.com.br/regiao/cultura/25825-novo-teatro-sera-construido-em-campinas.html>. Data de acesso: 20 de outubro de 2015.

²⁰ Governo do Estado cede Parque Ecológico à Prefeitura, 28 de maio de 2013. Disponível em: www.correio.rac.com.br/_conteudo/2013/05/campinas_e_rmc/63788-governo-do-estado-cede-parque-ecologico-a-prefeitura.html. Data de acesso: 03 de outubro de 2013.

o que de acordo com o coordenador do parque, seria problema de restrição orçamentária.

A Assembleia Legislativa aprovou um projeto de lei do governador Geraldo Alckmin em julho de 2014 onde foram alienados, entre diversas áreas, dois imóveis de propriedade do Estado em Campinas. O 47º Batalhão da Polícia Militar e um terreno parte do Parque Ecológico. Vários membros da bancada criticaram o projeto pois o valor de venda dos terrenos era muito abaixo do de mercado. Segundo reportagem do Correio Popular em 03 de julho do mesmo ano, o terreno de quase 75 mil metros quadrados da área do parque custaria R\$7.500,00 usando o valor de R\$100,00 o metro quadrado informado pelo Estado. Mas o mesmo terreno avaliado por especialistas em mais de R\$440 milhões. O placar final de votação foi de 52 votos a favor e 24 contra.

Atualmente o parque conta com poucas atividades. Uma pista de *mountain bike* foi inaugurada no começo de 2015 e a Associação de Gastronomia Sobre Rodas de Campinas realizou alguns eventos de *food truck* no parque segundo reportagens levantadas. Uma feira de produtos orgânicos acontece no estacionamento aos domingos já há muitos anos e é altamente frequentada. Não foram identificadas mais atividades no parque. No site da prefeitura de Campinas, pouca informação é dada além de um breve histórico do parque. Não foi encontrado um site dedicado ao parque ou à suas atividades.

Normas de Utilização na Pista de Mountain Bike

- 1 – É expressamente proibido deixar lixo nos locais não apropriados/destinados para tal fim;
- 2 – Uso da pista somente utilizando capacete e bike apropriada;
- 3 – Os frequentadores devem respeitar a vida selvagem evitando fazer barulho ou ter comportamentos contra o meio ambiente;
- 4 – Respeitar sempre a sinalização e marcação referente às trilhas;
- 5 – Para uma utilização mais segura da pista, verificar a extensão e condição da mesma, bem como confirmar se adequam às suas condições técnicas e físicas;
- 6 – Caso verifiquem alguma falta de sinalização ou trechos obstruídos/danificados, comunicar à administração;
- 7 – A pista poderá ser interditada caso o referido espaço esteja ocupado com eventos/provas devidamente licenciadas;
- 8 – Caso o trecho seja compartilhado por pedestres, este terá preferência. Portanto, o ciclista deverá diminuir a velocidade;
- 9 – Em hipótese alguma, altere o traçado da pista, bem como o arranque de plantas e árvores do parque;
- 10 – Preserve o que conquistamos.



Parceiros



PREFEITURA DE CAMPINAS | SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER | SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 Informações: 3294-6901
 www.campinas.sp.gov.br
 www.facebook.com/smelcampinas

Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim



Inauguração da Pista de Mountain Bike

Data 06/06/2015



PREFEITURA DE CAMPINAS
 UM NOVO TEMPO PARA NOSSA CIDADE
 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS



Figura 23, 24 e 25 – Eventos no Parque Ecológico em 2015. Promoção de pista de mountain bike e food truck. Fonte: Prefeitura de Campinas.



CAPÍTULO 03 - AVALIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM

Algumas questões são relevantes para o bom funcionamento ou o declínio de um parque urbano. Atualmente, diversos casos de parques mal implantados ou com problemas de administração e de manutenção. A discussão sobre a qualidade destes equipamentos já dura alguns anos e pode ser observada não só no Brasil, mas também em diversos países do mundo. Os pontos mais levantados são referentes à qualidade dos projetos, à localização do parque e à infraestrutura tanto do próprio equipamento como a proporcionada pela cidade que o abriga. Neste capítulo, o objetivo é desenvolver um diagnóstico que possa gerar diretrizes para uma possível recuperação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

A implantação desses parques também favorece a pouca qualidade do equipamento. Muitas vezes, a administração pública responsável pela gestão do parque não tem a verba suficiente para sua total implantação, fazendo a obra em etapas, que na maioria das vezes demoram anos para serem completamente concluídas, ou então são cortados do projeto quadras, banheiros, e tratamento paisagístico para se diminuir o custo e implantar mais rapidamente o parque. O desfecho são parques incompletos, que não atendem às demandas da população e poucos atrativos possuem.

3.1 - DIAGNÓSTICO

3.1.1 – O Entorno

Com o intuito de investir em parques que gerem visibilidade ao poder público, sem uma preocupação com a gestão do território e com a infraestrutura, os parques brasileiros acabam por tornar-se elementos arbitrários em grande parte das ocasiões. Não existe uma avaliação quanto à necessidade do equipamento no local, ou das demandas da população que vive no seu entorno. Por estarem descolados das propostas urbanísticas das cidades, eles são implantados em terrenos disponíveis, mesmo que os mesmos não possuam potencial adequado para equipamentos de lazer. Não

são pensadas soluções viárias que facilitem o seu acesso e utilização, através do transporte público, nem áreas adequadas para estacionamento, ciclovias e acesso para pedestres.

3.1.1.1 - Uso e Ocupação

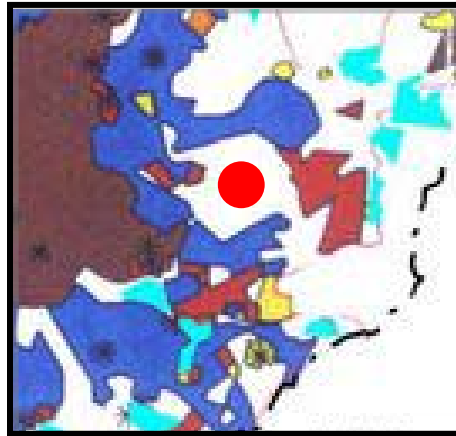
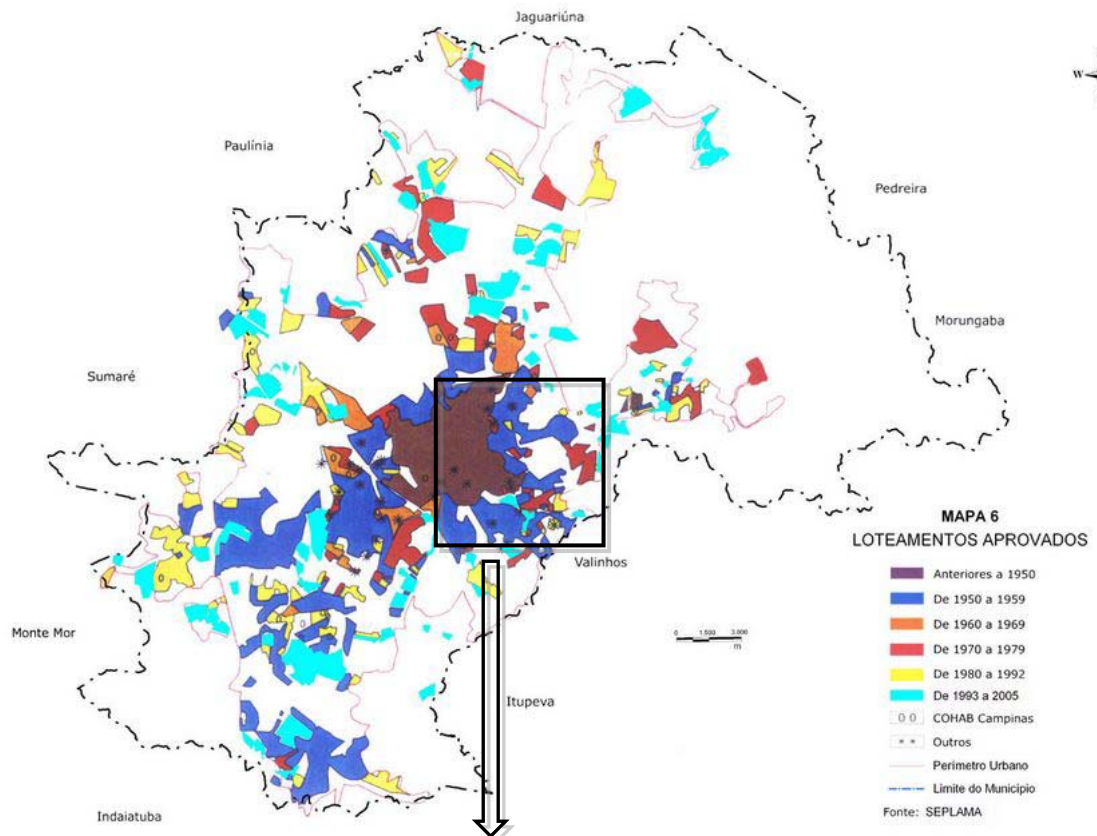
O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim está instalado numa área limitada pelos Bairros Chácara Gramado, Jardim das Palmeiras, Vila Brandina, Jardim Paranapanema, Jardim Santa Marcelina, Jardim São Fernando e Jardim das Andorinhas.

A Região Leste da cidade se caracteriza principalmente por loteamentos fechados, ocupações irregulares e vias expressas de caráter de passagem. Podemos dizer que o parque se encontra isolado por barreiras físicas que segregam a área e muitas vezes impedem a permeabilidade da cidade para o parque.

Há uma homogeneidade no uso do solo, predominantemente residencial, mas altamente contrastante no que diz respeito à disparidade social. Condomínios de alto padrão fazem divisa com núcleos de ocupação irregular em áreas de risco.

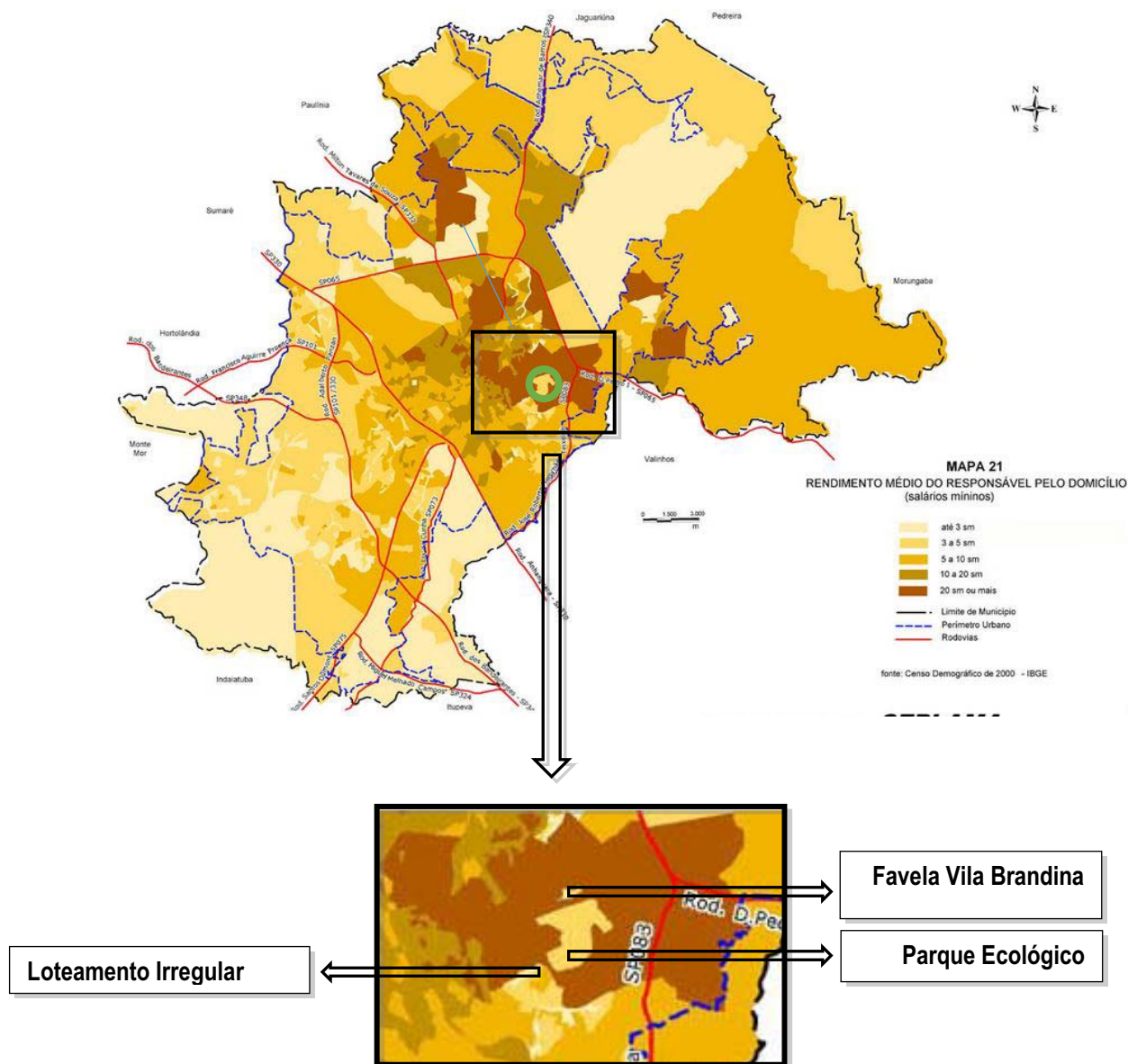
Os problemas ambientais são diversos, principalmente nas áreas onde se encontram as ocupações que se localizam nos vales e planícies fluviais, sofrendo com enchentes, deterioração da qualidade da água e alterações nas condições naturais do terreno (IDALINO, 2004, p.55).

Os equipamentos localizados na Região Leste são na grande maioria privados e de grande porte como o Shopping Iguatemi, Gramado Mall, Colégio Coração de Jesus, Colégio Integral, Cemitérios Parque Flamboyant e Parque das Aléias e o Clube Sociedade Hípica de Campinas, além do Parque Ecológico.



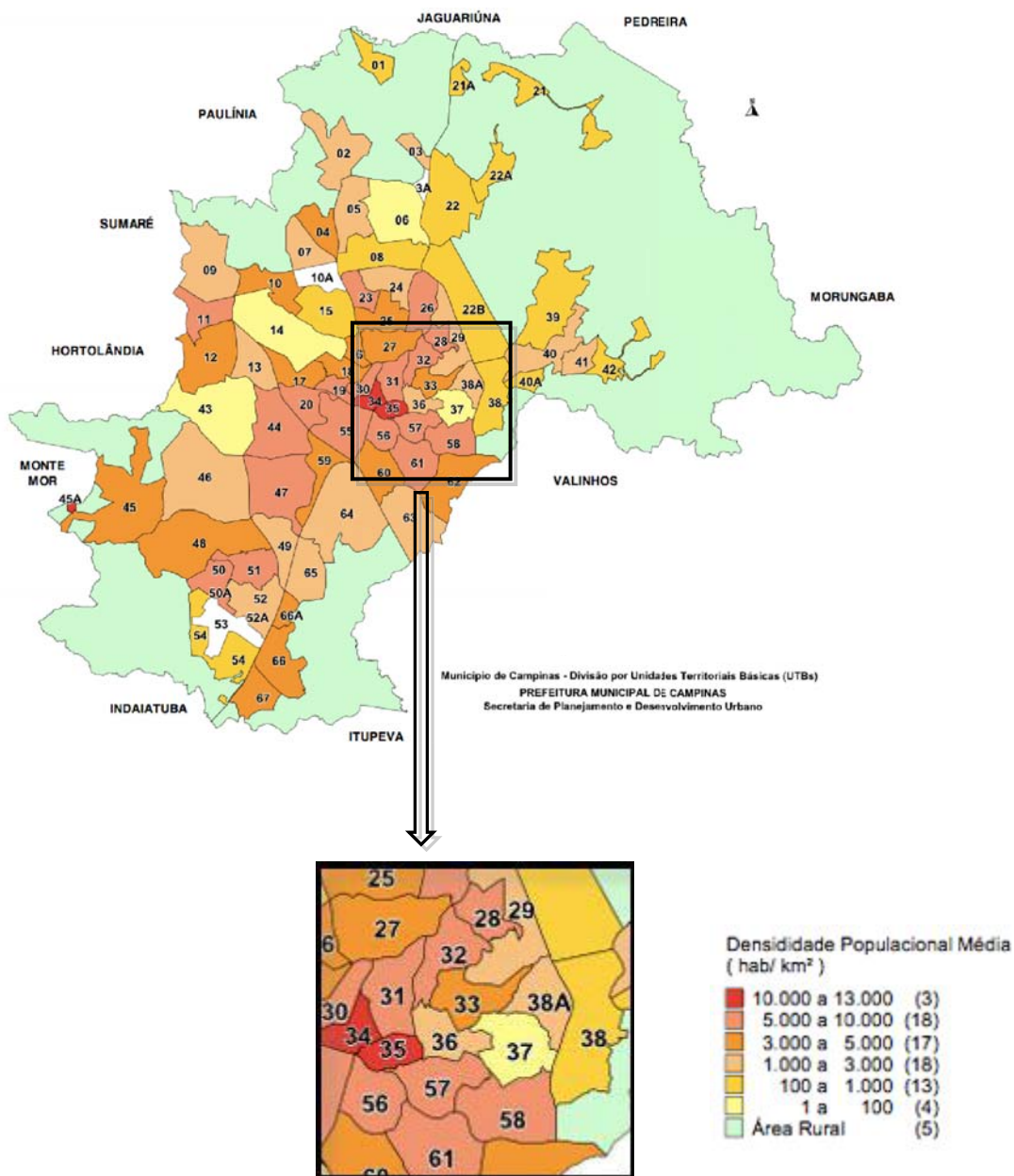
Mapa 11 - Mapa com os loteamentos aprovados por décadas. Em vermelho a área aproximada do Parque Ecológico. Embora os lotes no entorno do parque tenham sido aprovados décadas antes, com uma área aprovada na década de 1950 e outra na década de 1970, no mapa anterior pode-se ver que somente a partir da década de 1980 que essa região começa a abrigar novas residências. Fonte: Mapa elaborado pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas). Disponível em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa6.jpg>.



Mapa 12 - Mapa de Renda Média Nominal do Responsável pelo Domicílio em 1991. No entorno do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, circulado em verde podemos observar a maior concentração de alta renda da cidade (20 salários mínimos ou mais). Porém a sul do Parque, onde se encontra a sua segunda portaria, encontramos focos de habitação com rendas médias abaixo de 05 salários mínimos. A única barreira entre essas duas regiões é o parque. Fonte: Elaborado pelo SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas), a partir de dados do censo de 1991 do IBGE. Disponível em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/mapas/mapa21.jpg>.



Mapa 13 - Densidade Populacional média segundo o senso de 2010. O entorno do Parque Ecológico (37) ainda possui uma densidade muito mais baixa do que as demais áreas da cidade, isso se dá pela quantidade de lotes de grande porte com residências unifamiliares nos bairros do entorno e nos loteamentos fechados (38A, 38, 36). Em vermelho, encontra-se o centro da cidade (34 e 35). Fonte: Senso de 2010 em: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo2010-imagens/macroreg_web.jpg

Renda Média Mensal Nominal do Chefe da Família - Município de Campinas - 1991	
D.R.O.- Diretório Regional de Operações	Renda Média Mensal (em Salários Mínimos)
Norte	7,32
Sul	5,99
Leste	11,02
Sudoeste	4,21
Noroeste	3,76

Tabela 2 – Ao lado, Renda Média Mensal Nominal do Chefe da Família em 1991. Em vermelho, a região Leste onde se localiza o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Podemos observar como a renda da região é muito maior do que das demais áreas da cidade. Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991.

FAIXA DE RENDIMENTO (salário mínimo) 2010								
REGIÃO	até 1 sm	de 1 a 3 sm	de 3 a 5 sm	de 5 a 10 sm	de 10 a 15 sm	de 15 a 20 sm	mais de 20 sm	sem renda
LESTE	5771	22414	13658	18555	5958	5926	5347	8219
NOROESTE	5586	18287	3833	1540	148	86	56	6612
NORTE	6700	24538	9295	8819	2289	2077	1528	7527
SUL	11403	39531	14154	11593	2176	1578	989	11793
SUDOESTE	9804	34048	9480	4264	417	197	82	12275

Tabela 3 – Acima total de pessoas responsáveis pelos domicílios, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos) no ano de 2010. A região Leste ainda abriga a maior faixa de rendimento acima de 05 salários mínimos e também uma alta taxa de pessoas com renda baixa ou sem renda, o que comprova o contraste social da região. Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE. Sistematização dos Dados: CSPS - Deplan / Seplan em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo-2010.php>

Ocupação dos visitantes do Parque Ecológico		
Ocupação Principal	2002	2003
	nº. Visitantes	nº. Visitantes
Engenheiro	12	6
Estudante	7	8
Aposentado	7	8
Médico	6	5
Administrador	5	9
Arquiteto	4	4
Professor	4	6
Funcionário Público	4	5
Vendedor	4	6
Dona de casa	4	5
Dentista	4	3
Militar	3	4
Operador de caixa	3	4
Corretor	3	3
Economista	3	2
Bancário	3	1
Advogado	3	1
Merendeira	2	3
Informática	2	3
Mecânico	2	4
Cabeleireira	2	4
Vigilante	2	2
Jardineiro	2	4
Contadora	2	0
Socióloga	2	0
Artista plástica	2	0
Assistente de clínica	2	0
Fisioterapeuta	1	0
TOTAL	100	100

Tabela 4 – Ocupação dos visitantes do Parque Ecológico de acordo com sua ocupação principal levantada por IDALINO, 2004. Percebe-se que a maioria dos frequentadores do parque tem curso superior. Os dados obtidos por Idalino foram os seguintes: Foram confeccionados 200 questionários. Desses 200, 100 foram aplicados no ano de 2002 e 100 no ano de 2003, com o objetivo de comparação. Os questionários foram aplicados *in loco* e os entrevistados escolhidos aleatoriamente. É importante deixar claro que a amostra não foi probabilística, pois não há um controle no Parque de quantos visitantes entram por dia ou por mês, ou seja, não houve como determinar o tamanho da população. Assim, os resultados permitiram apenas analisar tendências. As perguntas do questionário foram elaboradas de acordo com a metodologia de Guedes (1999) e Machado (1988). Fonte: IDALINO, 2004, p. 22 e 71.

MAPA 14

Uso e Ocupação do Entorno

O entorno do parque se caracteriza basicamente por residências unifamiliares e loteamentos fechados. Muitos dos shoppings, malls e clubes da cidade são próximos ao parque.

● Sede da Fazenda

Parque Ecológico

Instituto Biológico

Loteamentos Clandestinos

Loteamentos Regulares

Loteamentos Fechados

Comércios, Serviços e Equipamentos:

01- Leroy Merlin

02- Decathlon

03- Concessionárias

04- Shopping Iguatemi

05- Sociedade Hípica Campinas

06- Escola Comunitária

07- Clube Concórdia

08- Clube Cultura Artística

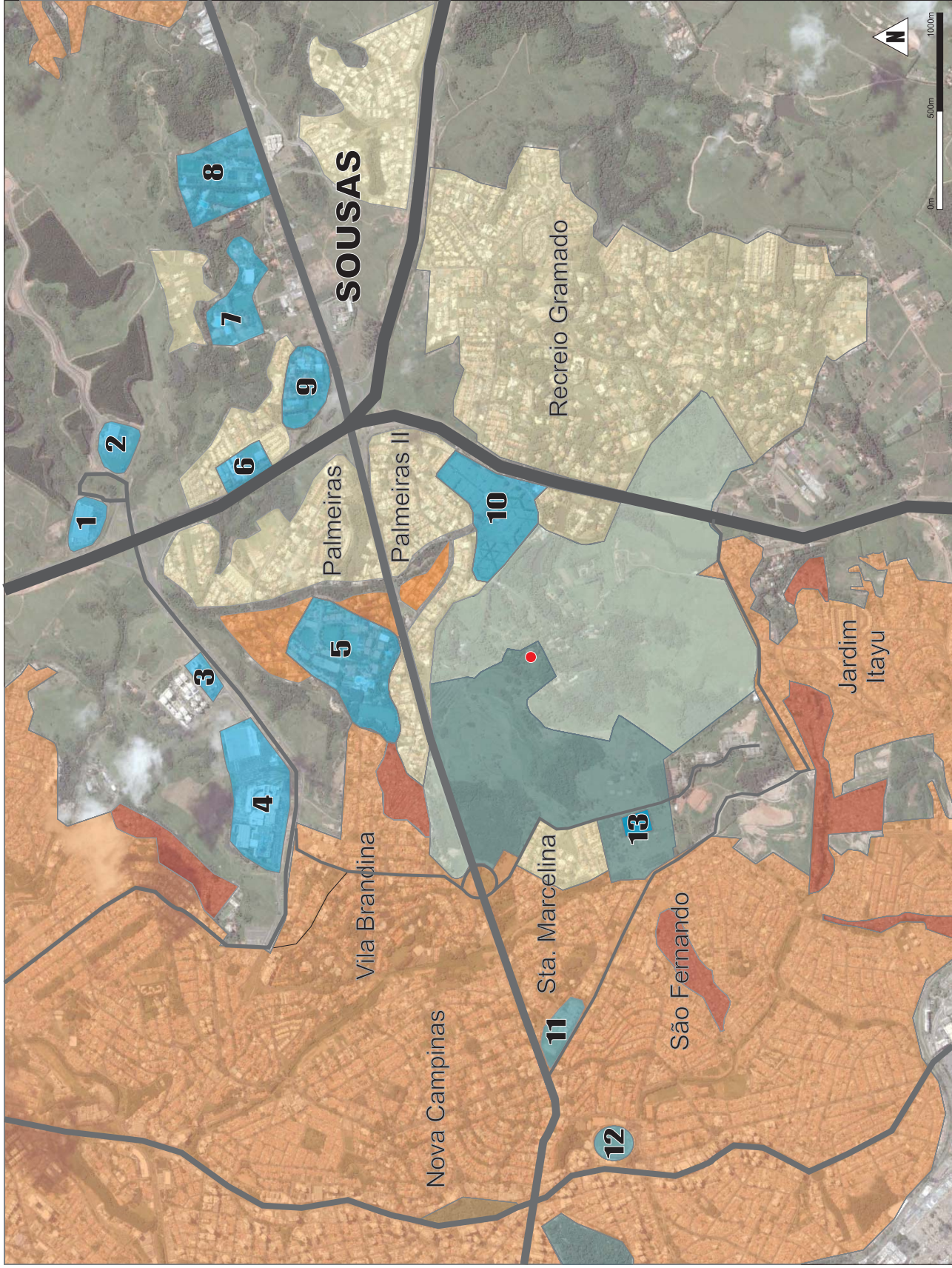
09- Colégio Notre Dame

10- Cemitérios e Gramado Mall

11- Colégio Coração Jesus e Ventura Mall

12- Estádio Brinco de Ouro da Princesa

13- SANASA



Mapa elaborado por Daniela Lacreata sobre foto de satélite do Google Earth

3.1.1.2 - Viário e Acessibilidade

A acessibilidade e a proximidade são os elementos mais importantes para o público que frequenta parques urbanos, o que parece comprovar que os aspectos estéticos e históricos do lugar não são as razões principais para o seu sucesso (SERPA, 2007, P.76).

A instalação de grandes parques acarreta quase sempre um rompimento com a malha viária, dificultando a possibilidade de articulação entre as vias (MACEDO, 2012, p. 143). Por não serem pensados, na maioria dos casos, como um sistema de áreas verdes projetado em conjunto com os processos de urbanização das cidades, esses parques acabam por ocupar áreas que atendem a interesses imobiliários e de promoção política, com projetos desarticulados em relação às demandas da população, e que contribuem para uma ocupação urbana dispersa e fragmentada (MACEDO, 2012, p. 94).

O Parque Ecológico só é acessado de carro ou de ônibus. Como sua portaria principal localiza-se numa via com caráter de passagem, é praticamente impossível chegar a pé ou de bicicleta, já que não existem ciclovias e faixas de pedestre que facilitem o acesso.

Na tabela 5 as rotas de transporte público fornecidas pela cidade para o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim em comparação ao Parque Portugal. Além de contar com uma quantidade menor de linhas, apenas uma delas (3.97 – Gramado / Circular Centro) vem de outras regiões de Campinas. As demais linhas são todas provenientes dos bairros do entorno e dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio. Já a tabela com as linhas que atendem o Parque Portugal (Taquaral), demonstra que as opções são muito maiores e atendem diversos bairros mais distantes, principalmente mais carentes de espaços públicos e de lazer. O levantamento feito por Idalino (2004) reforça a afirmação de que poucos visitantes utilizam o transporte público para acessar o parque.

Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim
-3.90 – Joaquim Egídio Via Sousas
-3.91 – Nova Sousas
-3.92 – San Conrado
-3.95 – Notre Dame
-3.96 – Sousas
-3.97 – Gramado / Circular Centro

Lagoa do Taquaral (Parque Portugal)
-1.71 – Campinas Shopping / Shopping Dom Pedro
-2.30 – Ipaussurama
-2.49 – Jardim Flamboyant / Parque dos Eucaliptos
-3.32 – Terminal Barão Geraldo / Hospital das Clínicas
-3.38 – Terminal Barão Geraldo / Shopping Dom Pedro / Shopping Iguatemi
-3.45 – Jardim Carlos Lourenço / Estação Cidade Judiciária
-3.48 – Vila Marieta / Estação Cidade Judiciária
-3.51 – PUCG Primavera
-3.57 – PUCG - Jardim Santana
-3.59 – Jardim Esmeraldina / Cidade Judiciária
-3.62 – Parque Brasília I / Via Taquaral
-3.69 – Parque Imperador / Vila 31 de março

Tabela 5 - Rotas de ônibus oferecidas pela cidade de Campinas para os Parques Portugal e Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim. Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=1833>. Data de acesso 20 de julho de 2015.

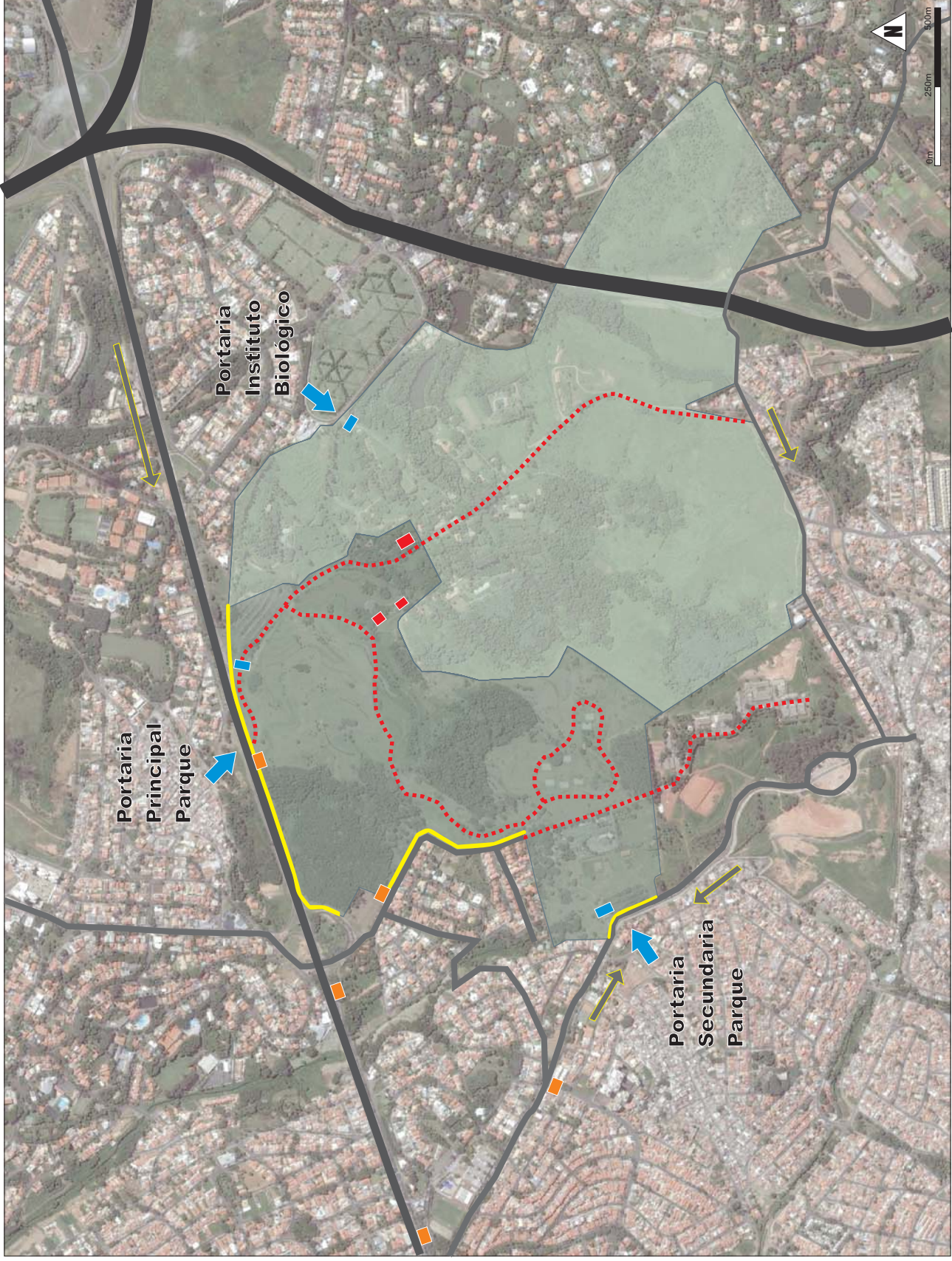
Meio de transporte utilizado pelos visitantes		
Meio de Transporte	2002	2003
	Nº. Visitantes	Nº. Visitantes
Carro	92	82
Onibus	5	5
A pé	5	10
Motocicleta	1	3
Bicicleta	1	0
Total	100	100

Tabela 6 – Meio de transporte utilizado pelos visitantes do parque nos anos de 2002 e 2003 segundo questionário de IDALINO, 2004, p. 68. Nota-se a discrepância de valores entre o acesso por veículos particulares e o transporte público. Conforme a tabela anterior de rotas de ônibus, isso pode ser justificado pela falta de linhas que façam o percurso até o parque, em comparação à quantidade de linhas disponíveis para o Parque Taquaral.

MAPA 15 Acessos

Podemos observar que o parque possui pouca área de visualização e sua maior área fica numa via expressa. Existe apenas um ponto de ônibus próximo à portaria principal. Já na portaria secundária não existe nenhum.

- Parque Ecológico
- Instituto Biológico
- Edifícios Internos
- Portarias
- Pontos de Ônibus
- Caminhos Internos
- Áreas de Visualização do Parque



Mapa elaborado por Daniela Lacreia sobre foto de satélite do Google Earth

3.1.2 - O PARQUE

3.1.2.1 - Projeto

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim possui diversos atrativos relevantes na sua concepção de parque urbano contemporâneo. Entre os mais importantes estão o conjunto arquitetônico tombado e o paisagismo desenvolvido pelo Escritório Burle Marx. Atualmente, nenhum desses itens funciona como proposto inicialmente. Acreditando que esses são itens indispensáveis para a retomada do parque ao seu total funcionamento, foi feito um levantamento detalhado sobre esses itens.

Num trabalho minucioso, a construtora Figueiredo Ferraz juntamente com a equipe de restauradores, conseguiu interpretar o conjunto arquitetônico e fornecer informações valiosas. Conforme registro feito no Relatório Técnico (elaborado em 20 de setembro de 1988) para projeto de restauro da casa sede da fazenda podemos observar a importância do conjunto arquitetônico:

O elemento de destaque do conjunto edificado da Fazenda Mato Dentro é o casarão da antiga sede cujas características remontam à arquitetura residencial rural paulista de meados do século XIX. Seu grande retângulo (47x17m), assobradado, coberto por telhado de quatro águas de magnífica estrutura portante, dispõe-se uma planta de rígida simetria desenvolvida no piso superior em torno de um grande salão central (a “varanda”) e de um longo corredor (circulação principal da casa).

A escassez de detalhes arquitetônicos de desenho mais elaborado – amenizada pela bela porta principal em arco pleno, as esquadrias de desenho cuidadoso e alguns forros das salas principais de feitura inspirada, não esconde, contudo, a

qualidade da obra executada, desde a citada estrutura de cobertura até o trabalho geral com a madeira nas portas, janelas, assoalhos, forros e paredes do pavimento principal.

As intervenções de caráter artístico mais pronunciado concentram-se nas diversas pinturas decorativas e artísticas das paredes. Mesmo não tendo sido executadas quando da construção do casarão, já que se localizam na segunda camada pictórica, essas pinturas demonstram um apuro técnico na execução raro para a época local e exemplificam a absorção de modelos decorativos que se tornaram comuns nas outras fazendas da região.

O atual conjunto edificado remanescente releva apenas parte de todo esse complexo. A sede e seus anexos, incluindo-se a capela fronteira reconstruída em 1932 sobre as ruínas da antiga, de taipa de mão, manteve-se como registro mais importante. Os terreiros atijolados, a fonte, os muros normais e de arrimo em pedra e tijolos e o correr de galpões posteriores que correspondem às antigas cocheiras são outros remanescentes de relativa antiguidade. Além desses, a atual tulha com seus anexos e o sistema de adução de água no alto do morro remetem para as alterações e modernizações que a fazenda sofreu no início deste século, resistindo como registros valiosos de outro momento dessa propriedade e, conseqüentemente, de outra arquitetura.

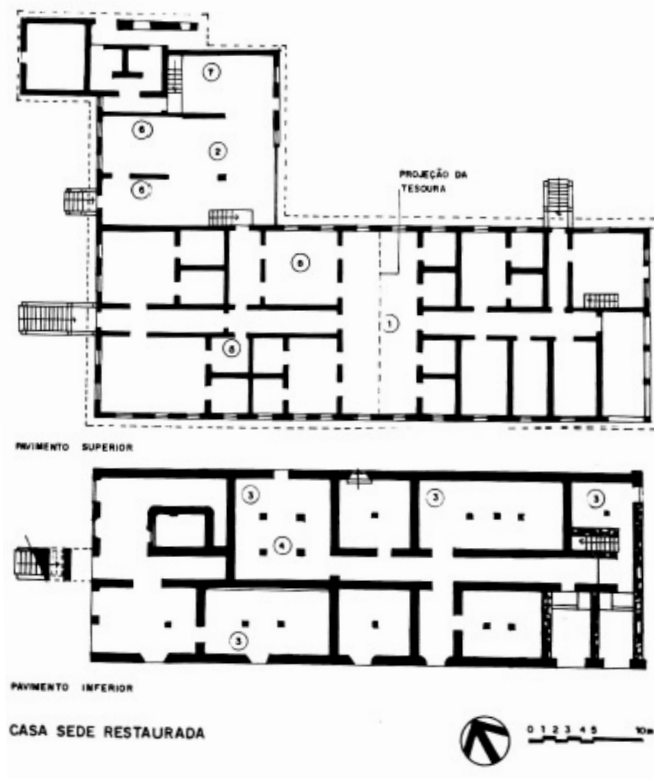


Figura 26 e 27 – Casa Sede -
sobrado de planta retangular
(16,50, x 46,70) com cerca de
1.540 m² de área construída. O
pavimento superior dispõe-se
simetricamente em torno de uma
grande sala central (a antiga
“varanda”) e um longo corredor,
sendo coberto por um telhado de
quatro águas de estrutura
portante. Fonte: Expomus.





Figura 27– Acima, vista da casa sede em 1920. Fonte: Parque Ecológico.

Figura 28– Ao lado, processo de restauro da casa sede, final da década de 1980. Fonte: Parque Ecológico.





Figura 29 e 30– Duas vistas da casa sede. Apesar do seu estado de abandono, a vegetação ainda mantém sua imponência. Fonte: Daniela Lacreta, 2013.



Sobre a capela e o anexo, poucas informações foram obtidas, mas leem-se no relatório constatações interessantes:

A atual capela localiza-se sobre a área onde se situava, segundo depoimento de Christiane de Lacerda Soares em 19/09/1988, uma antiga capela construída em pau-a-pique e que foi demolida cerca de 1930, onde edificou-se a que hoje existe. (Relatório Técnico Figueiredo Ferraz, 1988)

A tulha foi edificada no início do século em substituição a outra mais antiga, citada nos inventários do século passado, e apresenta características típicas de seu período de construção. (Relatório Técnico Figueiredo Ferraz, 1988)

Figura 31 – A capela. Fonte: Daniela Lacreta, 2013.





Figura 32 e 33 – A Tulha e o Sistema de adução de água. Fonte: arquivo pessoal, 2013.



Quadro síntese do conjunto arquitetônico do Parque Ecológico		
Infraestrutura	Características	Quantidade
Casarão	Área de 1.920 m ² , paredes altas, com 80 cm de espessura, possui grandes aposentos, portas azuis de 3 m de altura, largas tábuas no assoalho, escada de armação feita em arcos de pedra, um porão construído com grossas madeiras lavradas à mão e colocadas simetricamente no teto pelos escravos. Possui uma área denominada de anexo, um salão de exposições temporárias e um porão.	01
Capela	A porta de 2,12m, frente 6,12m e lateral 5,89m, resultando em 36 m ² , com capacidade para trinta pessoas sentadas.	01
Tulha	Composta por dois andares, cada qual com salões amplos e arejados. Na área superior o piso é de madeira e na inferior de tijolos.	01

Tabela 7 – Quadro síntese das edificações do conjunto arquitetônico. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 60)

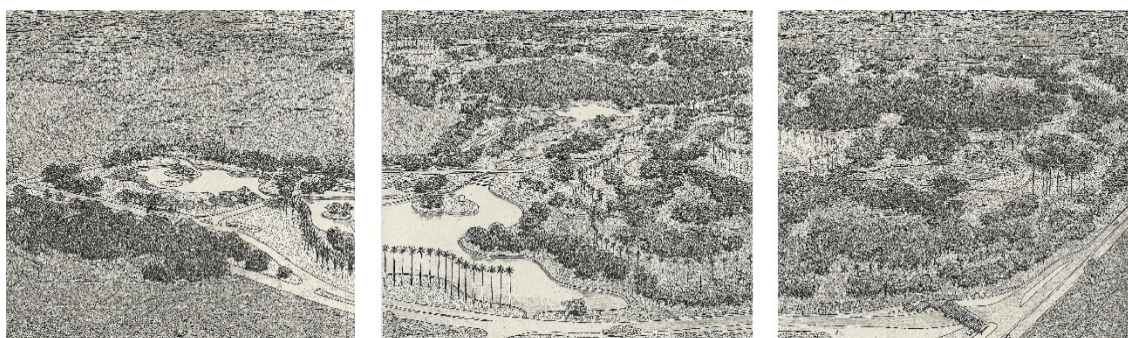


Figura 34 - Croqui do projeto Paisagístico. O desenho mostra a abundância vegetal e a sinuosidade características dos projetos de Burle Marx. O lago sinuoso com linhas marcadas por palmeiras imponentes torna-se o objeto central deste projeto. Fonte: Prospecto distribuído pela CETESB na inauguração do Parque Ecológico. Sem data.

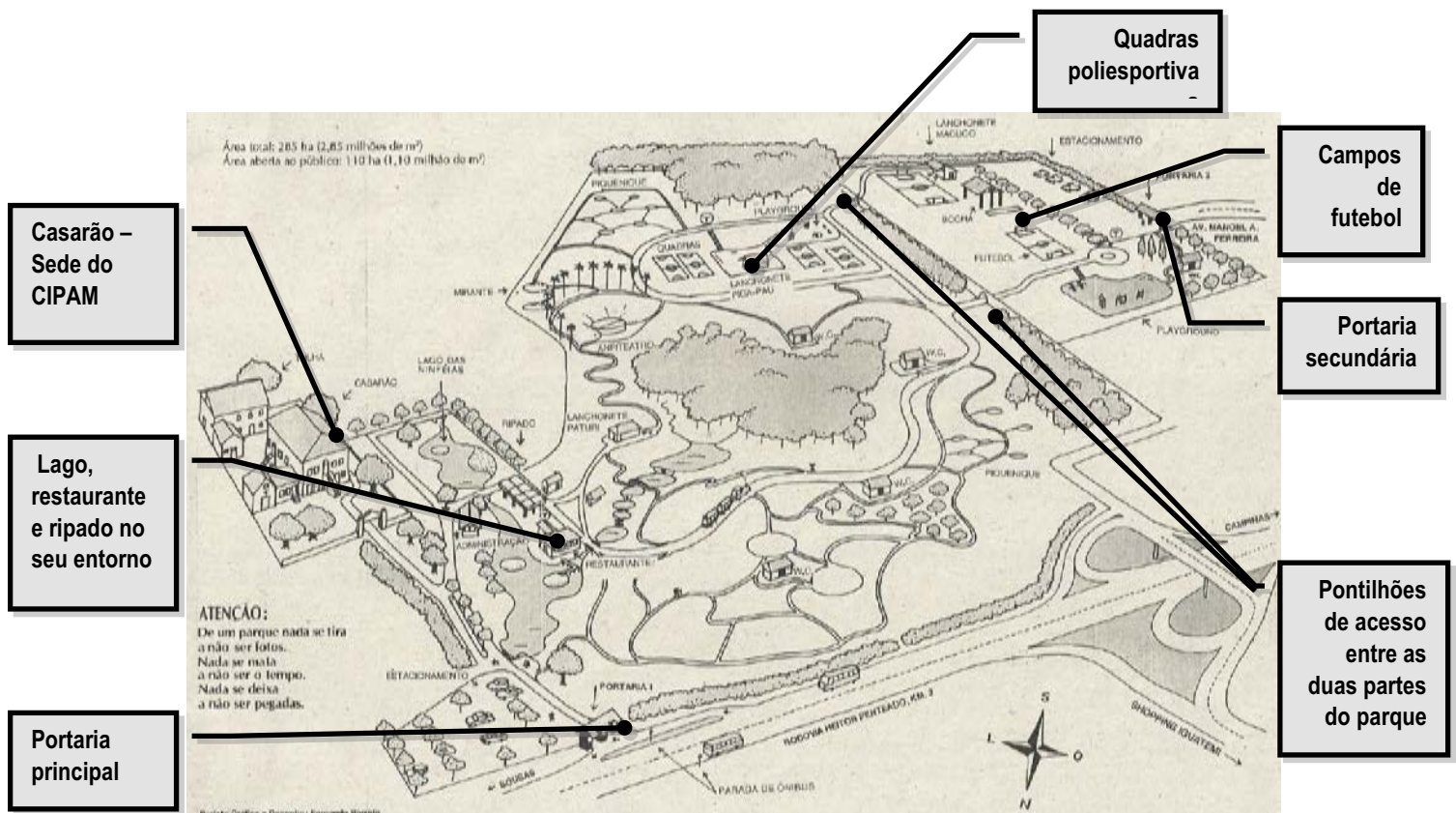


Figura 35 - Perspectiva do parque com seus principais equipamentos em folder promocional fornecido pelo Governo do Estado de São Paulo (Orestes Quércia). Fonte: Prospecto distribuído pela CETESB na inauguração do Parque Ecológico. Sem data.

O acesso à portaria principal do parque se dá pela Rodovia Heitor Penteadado – importante ligação entre o centro da cidade e os distritos de Souza e Joaquim Egidio, e também acesso à Rodovia Dom Pedro I e ao anel viário Magalhães Teixeira. Assim que se adentra o parque, um estacionamento para aproximadamente 400 carros está localizado logo à direita e a poucos passos encontramos o lago rodeado por palmeiras enfileiradas e o antigo estábulo transformado em restaurante, o novo edifício do ripado, um espaço para exercícios e a administração do parque. Num plano mais alto à esquerda, uma longa ladeira arborizada chega ao portão de entrada do antigo casarão e sede do CIPAM. No tempo em que a fazenda ainda era produtiva, era possível se observar todo o território da fazenda pela varanda da casa sede. Ao lado da

sede se encontra uma pequena capela e logo atrás a tulha, entre árvores antigas e um jardim.

Ao se voltar ao lago, seguindo em direção oposta, um extenso caminho sinuoso e íngreme leva o visitante à área do lazer ativo, onde estão localizadas as quadras poliesportivas. Ao longo deste caminho, trilhas secundárias se formam terminando em pátios projetados para festas, piqueniques e churrascos. Das quadras poliesportivas pode-se ver todo o parque abaixo, e bem próximo se encontra o mirante. Nesta área também está localizado um teatro de arena e alguns sanitários e lanchonetes instalados em edifícios simples e rústicos.

Cortando toda a porção oeste do parque - onde estão os dois campos de futebol, o edifício da bocha e a outra portaria e estacionamento – uma avenida dá acesso à um edifício da SANASA²¹. O acesso para a outra parte do parque é feito sob dois pontilhões. A característica mais marcante do paisagismo são os maciços de árvores e principalmente as palmeiras de diversas espécies, distribuídas em linhas sinuosas e imponentes, ou em maciços desenhados. Os caminhos e pátios, também sinuosos, são característicos do traço de Roberto Burle Marx.

Para o projeto de recuperação da paisagem da antiga fazenda, foram revitalizados os cursos d'água existentes para a formação de lagos e cascatas e havia a proposta de recuperação da mata nativa, anterior ao plantio do café, através da instalação de 300 espécies características da região de Campinas. A ideia da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo era transformar a área do parque num dos mais ricos acervos de vegetação nativa

²¹ A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) é a empresa responsável pelo abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água potável), coleta, afastamento e tratamento dos esgotos domésticos no município de Campinas.

da Bacia do Rio Piracicaba, projetado pelos Escritório Burle Marx, mas que nunca saiu do papel (IDALINO, 2004, p.86).

O Memorial Descritivo²² de Paisagismo contendo os dados para a implantação do projeto de novembro de 1989, feito pelo Departamento de Projetos da Paisagem da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, definia num documento primoroso as normas de plantio, especificações das espécies vegetais, quantificação dos elementos necessários à implantação do paisagismo e a organização e técnicas dos serviços de manutenção e conservação das áreas tratadas. Neste documento também são encontradas diretrizes do Escritório Burle Marx para o plantio das mudas aquáticas, e a sua manutenção. As especificações das espécies vegetais foram agrupadas em blocos divididos em 05 áreas para facilitar a implantação do paisagismo (ANEXO 05).

A área 01 delimita-se pelo estacionamento. Foi proposto o plantio de 289 mudas de árvores com 2 metros de altura para sombrear as vagas dos veículos.

A área 02 era definida pelo lago, restaurante e ripado. A variedade de vegetação era bem maior incluindo 3 espécies de palmeiras (nativas e exóticas) totalizando 161 mudas entre 1,5 e 3 metros altura, e 150 mudas de diversas espécies de árvores nativas entre 1,5 e 2 metros de altura. Diversos arbustos foram propostos para formarem os maciços do projeto e uma grande lista de plantas aquáticas foi definida.

A área 03 foi definida como a parte do parque onde se localiza a portaria secundária, onde estão os campos de futebol e o segundo estacionamento até a divisa com a SANASA. Mais uma vez, uma grande variedade de árvores nativas e exóticas, totalizando 1.147 mudas de 23 espécies diferentes com

²² O anexo 05 apresenta a listagem completa de vegetação definida para o projeto original de paisagismo

porte entre 1 e 2 metros de altura. Entre as palmeiras foram propostas 203 mudas divididas entre 4 espécies nativas e exóticas entre 1,5 e 2,5 metros de altura.

A área 04, maior área da divisão, abrange as quadras poliesportivas, parte do lago e a nascente do riacho, a área de picnic, o anfiteatro e o observatório. Sua listagem de plantas também é bem extensa e encontra-se 19 espécies de palmeiras nativas e exóticas divididas em 1.208 mudas entre 1,5 e 3 metros de altura. Entre as árvores são 54 espécies totalizando 3.837 mudas entre 1 e 2 metros. Não foram definidos arbustos e forrações para essa área.

A área 05, abrange os espaços de festas, churrasqueiras e faz divisa com as áreas 01, 02 e 04. São 19 espécies nativas e exóticas de palmeiras totalizando 1.639 mudas da mesma altura das propostas na área 04. Entre as árvores são 43 espécies, quase todas nativas e 3.617 mudas. Não foram definidos arbustos e forrações para essa área.

O paisagismo definido para a área do conjunto arquitetônico segue as mesmas premissas das demais áreas, grande variedade de palmeiras e árvores, arbustos para formação de maciços e forrações coloridas.

A listagem de plantas e suas áreas de implantação mostram que o projeto paisagístico teve como uma das diretrizes principais a distribuição de grande variedade de espécies de árvores e palmeiras tanto nativas como exóticas. As alturas propostas mostram que a proposta era de que o parque se formasse ao longo dos anos, e não que já fosse instalado na sua forma final com árvores adultas de copas abundantes e palmeiras altas. São mudas de pequeno porte que, além de favorecerem no custo da implantação do jardim, também se adaptam mais facilmente ao local e exigem menos infraestrutura, rega e manutenção inicial. O Memorial dá atenção especial ao item rega, onde detalha que deveria ser feita uma rega abundante por dois meses após o plantio caso o jardim fosse instalado num período de seca, e deveria se manter uma rega semanal após este período.

Do total de plantas especificadas pelo Escritório Burle Marx, somente 20 mil mudas foram plantadas nos primeiros anos do Parque Ecológico. Em 1995, mais de 9 mil mudas de árvores foram perdidas por falta de mão de obra e irrigação e nos anos seguintes o parque sofreu com incêndios que destruíram mais plantas e não houve replantio após os ocorridos (IDALINO, 2004, p.86).

Composição da vegetação do Parque Ecológico de Campinas em 1994	
Vegetação	Área (m ²)
Gramineas	716.953
Reflorestamento com espécies nativas	88.267
Vegetação arbustiva	28,322
Reflorestamento com eucalipto	4,166

Tabela 8 – Área de vegetação existentes no parque em 1994 conforme o tipo. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 86)

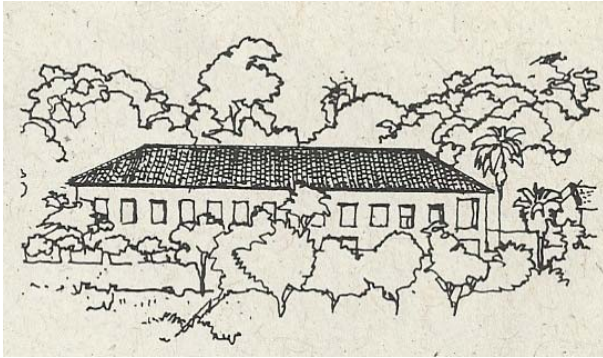


Figura 36 - Casarão, sede do Cipam (desenho de Vallandro Keating). A antiga casa sede, completamente restaurada, abrigou durante um período o Centro de Percepção Ambiental, onde eram proporcionadas ações educativas visando a manutenção do meio ambiente. Fonte: CETESB. Sem data.

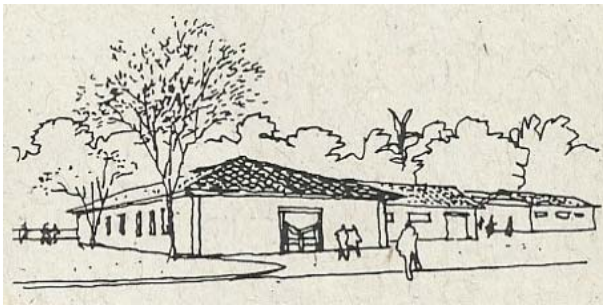


Figura 37 – Antigo estábulo da fazenda, o espaço foi reformado e transformado em restaurante para 200 pessoas. Desenho de Vallandro Keating. Fonte: CETESB. Sem data.

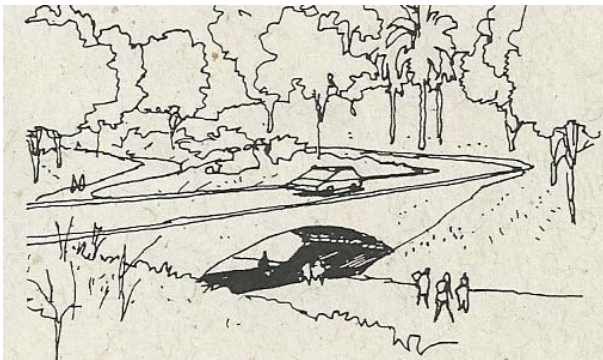


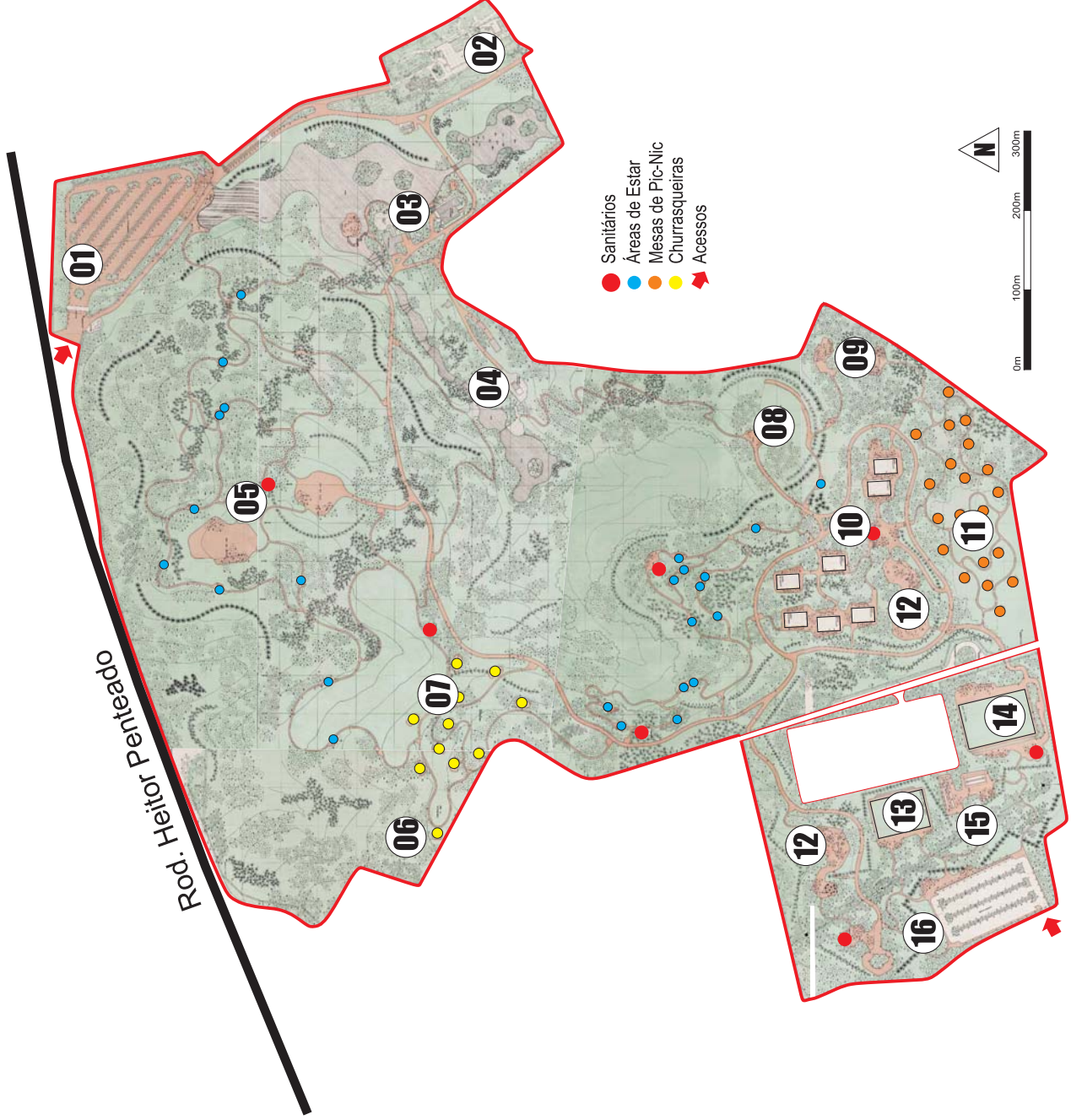
Figura 38– Pontilhão de ligação entre as duas partes do parque. Desenho de Vallandro Keating. Fonte: CETESB. Sem data.



Figura 39 – Ripado - estrutura aberta em aço e vigas de eucalipto tratado para exposições de plantas e venda de produtos ecológicos. Este espaço foi o único novo edifício proposto para o parque e seria responsável por abrigar feiras e exposições. Desenho de Vallandro Keating. Fonte: CETESB. Sem data.

MAPA 16 Projeto Original Escritório Burle Marx

- 01 Acesso Principal e Estacionamento
- 02 Casa Sede
- 03 Restaurante e Ripado
- 04 Lanchonete
- 05 Área para Festas
- 06 Campo de Futebol
- 07 Churrasqueiras
- 08 Anfiteatro
- 09 Mirante
- 10 Quadras Poliesportivas
- 11 Áreas para Picnic
- 12 Playground
- 13 Futebol Society
- 14 Campo de Futebol
- 15 Bocha
- 16 Acesso Secundário e Estacionamento



Mapa elaborado por Daniela Lacreata sobre projeto paisagístico original

A seguir, 05 comparações entre o projeto do Escritório Burle Marx e a situação atual de determinadas áreas do Parque Ecológico.

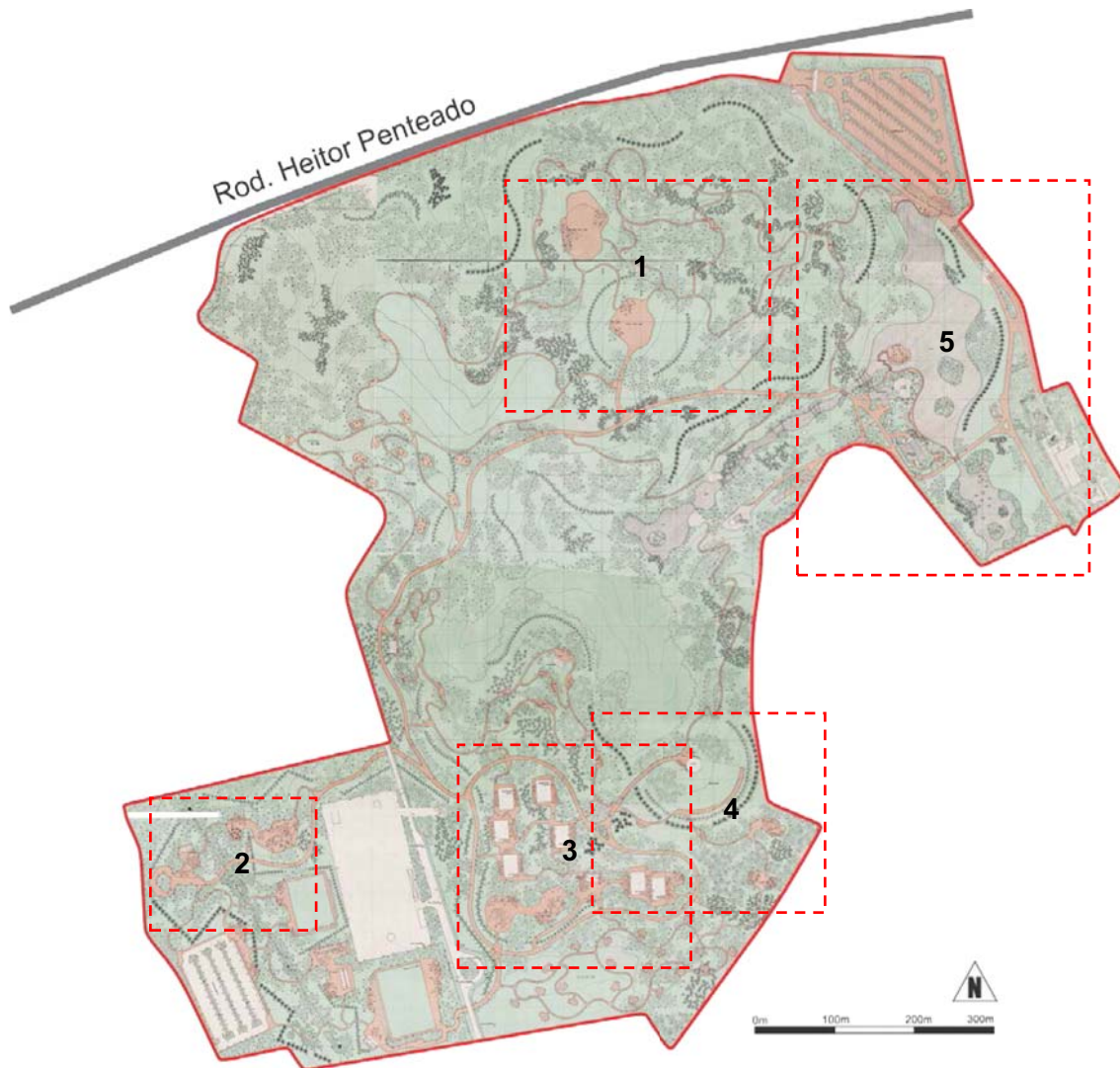


Figura 40 – ÁREA 1 – FESTAS. ÁREA 2 – ANFITEATRO. ÁREA 3 – PLAYGROUND. ÁREA 4 – QUADRAS. ÁREA 5 LAGO. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e montagem de Daniela Lacreta.

PROJETADO X EXISTENTE

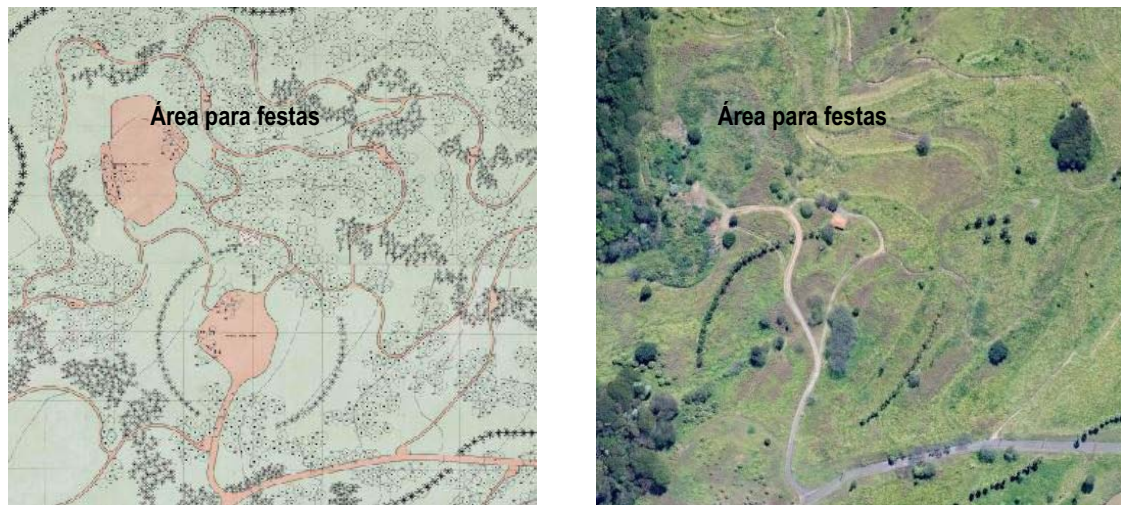


Figura 41 – 1 - Área de festas: grandes praças secas para a comemoração de festas com diversos caminhos sinuosos e maciços de árvores e palmeiras. Na foto da situação atual, não são identificadas as praças, somente alguns caminhos, um pequeno maciço de árvores e duas fileiras de palmeiras. Aparentemente esta área foi executada com algumas alterações de projeto. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e foto aérea obtida no Google Earth em 05 de novembro de 2015.

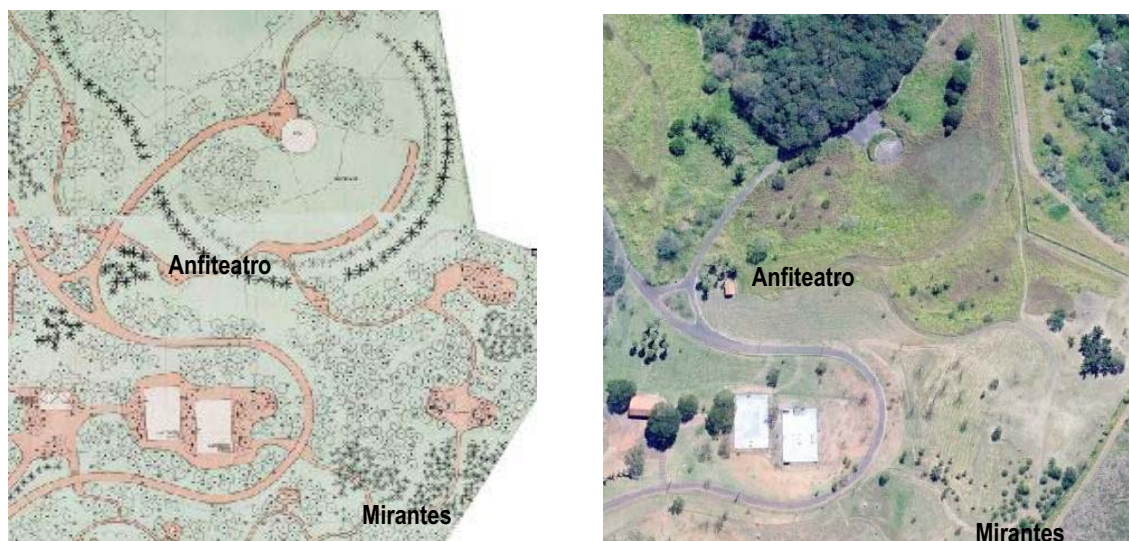


Figura 42 – 2 - Anfiteatro e mirantes. Identifica-se o anfiteatro, mas a vegetação do seu entorno está completamente diferente. Na área do mirante também não se identificam os pisos e não existe muita vegetação. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e foto aérea obtida no Google Earth em 05 de novembro de 2015.



Figura 43 – 3 - Praças: Na parte do parque localizada próxima à portaria secundária é onde vemos maior diferença entre o projetado e o existente. As praças não existem e os caminhos são completamente diferentes. Apesar de não haver o playground definido para esta área o edifício de sanitários foi instalado. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e foto aérea obtida no Google Earth em 05 de novembro de 2015.



Figura 44 - 4 - Quadras Poliesportivas: área do projeto que parece ter sido implantada mais fielmente ao proposto. Podem ser identificadas as palmeiras em desenho sinuoso, alguns maciços e os caminhos e praças que ligam as quadras. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e foto aérea obtida no Google Earth em 05 de novembro de 2015.



Figura 45 - 5 – Área do Lago: o lago se encontra idêntico ao proposto. O desenho da vegetação parece ter sido executado como proposto, porém percebem-se falhas no desenho (prováveis mudas mortas que não foram repostas). O atual caminho principal (seta) foi modificado. Projeto original fornecido pelo Escritório Burle Marx e foto aérea obtida no Google Earth em 05 de novembro de 2015.

3.1.2.2 - Programa

A principal premissa do Parque Ecológico era o foco na Educação Ambiental voltado para estudantes de escolas públicas e particulares. Uma equipe interdisciplinar era responsável pelo programa. O CIPAM seria uma espécie de coração do parque, abrigando todas as exposições ecológicas, os projetos em andamento e também a história do café e de Campinas. Restaurante e lanchonetes atenderiam o público visitante. O ripado era um espaço para a venda de artigos ecológicos e todas as trilhas, quadras e campos eram voltados para quem buscasse a prática de exercícios. O anfiteatro foi designado para apresentações e o mirante proporcionava uma vista do paisagismo do Escritório Burle Marx.

Além do CIPAM, a antiga casa sede da fazenda abrigava uma exposição temática sobre o período cafeeiro e algumas peças de mobiliário pertencentes à família Souza Aranha. No salão denominado Anexo, existiam algumas esculturas ecológicas destinadas às atividades de educação ambiental. O nível inferior do casarão abrigava o Salão de Exposições Temporárias.

Segundo a proposta apresentada em documentação sobre o CIPAM (obtido na EXPOMUS), este tinha como principais atividades:

- Visitas a exposições permanentes;
- Visitas a exposições temporárias;
- Circuito histórico externo com monitoria onde se aprenderia sobre – processamento do café, história da Fazenda Mato Dentro e da região de Campinas;
- Atividades comunitárias como: coleta de lixo seletivo, criação de horta, pomar e produção de adubo orgânico;
- Programas interativos como: laboratório de bio-acústica; laboratório de história oral; laboratório de identificação iconográfica;
- Intervenções e instalações ambientais: círculo vicioso das enchentes, drenagem comprometida pela erosão e assoreamento dos rios, ausência de mata ciliar, amostragem de agricultura.
- Oficinas: culinária, origami, fotografia, desenho e etc.
- Cursos de capacitação;
- Apresentação de bandas e concertos;
- Restaurante;
- Biblioteca de consulta pública;
- Centro de documentação;
- Programação de vídeos sobre pesquisas ambientais.

Os dois quadros abaixo elaborados por Idalino (2004) apresentam as dimensões, as características e as atividades dos edifícios e equipamentos existentes no Parque Ecológico.

Quadro Síntese da infraestrutura de serviços		
Infraestrutura de serviços	Características	Quantidade
Portaria principal	243 m ²	01
Portaria secundária	195 m ²	01
Lanchonetes	162 m ² (cada)	03
Restaurante	574 m ²	01
Ripado	Construção de madeira que abriga pequenas lojas	01
Estacionamento	Principal com capacidade para 600 veículos e o secundário para 400 veículos	02
Banheiros	50,60 m ² (cada)	05
Casa	Funciona a administração e o ambulatório com 150 m ²	01
Viveiros de mudas	565 m ²	01
Oficina do Silo	Atualmente nenhuma atividade é realizada no local	01

Tabela 9 – Quadro síntese da infraestrutura de serviços. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 61)

Síntese da infraestrutura de lazer		
Infraestrutura de lazer	Características	Quantidade
Áreas para piqueniques	Churrasqueira, torneiras, mesas e bancos de cimento	2 conjuntos
Quadras poliesportivas	Para a prática de esportes com bola (futebol, basquete etc.)	5
Campo de futebol	Chão batido	1
Teatro de arena ao ar livre	De cimento em forma de círculo	1
Campo de Bocha	Coberto, área de 450 m ²	1
<i>Playgrounds</i>	Feitos com madeira tratada	2
Pista <i>skate</i>	Cimento	1

Tabela 10 – Quadro síntese da infraestrutura de lazer. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 62)

3.1.2.3 – Utilização

Serpa defende que a soma dos processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Esse processo é, por um lado, o resultado da concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado (ARANTES, 1998 apud SERPA, 2007, p.37).

Até 1995 o Parque funcionou em sua totalidade. Após os anos e as turbulências enfrentadas pela gestão do parque, poucas atividades restaram para serem praticadas no local.

Na área da portaria principal, poucos usuários praticam caminhada e exercícios. A trilha de *moutain bike*, implantada recentemente, é um dos atrativos principais do parque, juntamente com a feira dominical de produtos orgânicos e alguns eventos promovidos pela prefeitura.

Já na área das quadras poliesportivas, próxima à portaria secundária, são encontrados garotos empinando pipas ou grupos de homens jogando futebol nos campinhos, que mais se assemelham às peladas nas várzeas pois os campos estão sem gramado e as traves e cercas quebradas.

O anfiteatro e o mirante estão abandonados, os espaços para festa quase não são mais reconhecidos e as áreas de picnic e churrasco estão vandalizadas. O restaurante e as lanchonetes estão fechadas (os edifícios estão abertos e abandonados), o ripado não abriga mais as feiras e a casa sede encontra-se em risco devido às suas condições precárias. Somente a tulha recebe um coral semanal e alguns grupos culturais. As pessoas utilizam os jardins do conjunto arquitetônico para ensaios fotográficos e apresentações

artísticas. As instalações para exercícios físicos estão abandonadas e não existem resquícios de parquinhos infantis. Nas tabelas abaixo podemos observar o perfil dos visitantes e a sua permanência no parque.

Faixa Etária Dos Visitantes E Seus Acompanhantes				
Idade	2002		2003	
	n°. visitantes	(%)	n°. visitantes	(%)
Até 6 anos	12	10	4	3
7 a 11	8	6	6	5
12 a 16	10	8	7	6
17 a 21	3	2	5	4
22 a 26	8	7	6	5
27 a 31	10	8	12	11
32 a 36	8	7	10	9
37 a 41	8	7	13	12
42 a 46	8	7	12	11
47 a 51	9	8	10	9
52 a 56	25	20	12	11
Mais de 57	12	10	14	13
Total de usuários	121	100	107	100

Tabela 11 – Faixa Etária dos visitantes. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 62)

Como podemos observar na tabela sobre a faixa etária dos visitantes do parque, sua maioria eram pessoas acima dos 52 anos, que praticavam a caminhada. Um parque que, em seu programa, tinha tantos atrativos educativos, apresenta uma porcentagem baixa de crianças e adolescentes frequentadores.

Frequência de visitas ao Parque		
Primeira vez que utiliza o Parque?	2002	2003
	n°. visitantes	n°. visitantes
Não	94	96
Sim	6	4
Total	100	100

Tabela 12 – Frequência de visitas ao parque. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 62)

Pouquíssimos visitantes do parque o utilizam pela primeira vez, isso pode-se dar pela falta de proporção do parque pela administração pública e pela mídia.

Tempo de permanência no Parque		
Permanência	2002	2003
	n°. visitantes	n°. visitantes
Período parcial (manhã ou tarde)	100	100
Período integral	0	0
Total	100	100

Tabela 13 –Tempo de permanência no parque. Fonte: (IDALINO, 2004, p. 62)

Não foi relatado nenhum visitante que utilizasse o parque num período integral. Mais um indício de que faltam atrativos diversos que possibilitem a permanência por longos períodos no parque.

Segundo o diagnóstico feito pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente Sustentável da Prefeitura de Campinas em 2015, como subsídio para a elaboração do Plano Municipal do Verde, o Parque Ecológico não é lembrado pelos entrevistados como um dos principais parques da cidade, mesmo sendo o de maior área, pois entre os principais motivos listados pelos entrevistados para se frequentar um parque estão o esporte, a socialização e o ambiente agradável. A pesquisa demonstrou que a gestão atual do Parque Ecológico não atende estas demandas da população de Campinas.

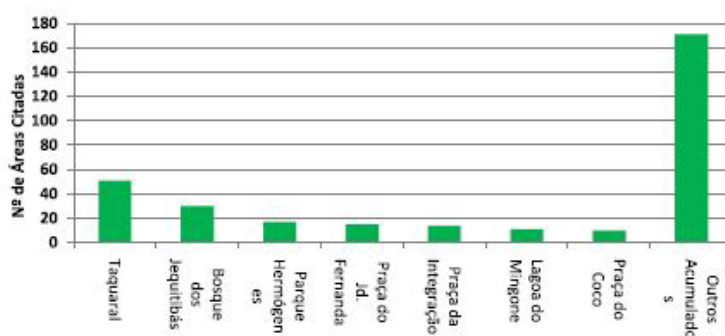


Gráfico 1 – Relação das principais áreas verdes frequentadas na cidade citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde. Fonte: Diagnóstico

Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf.

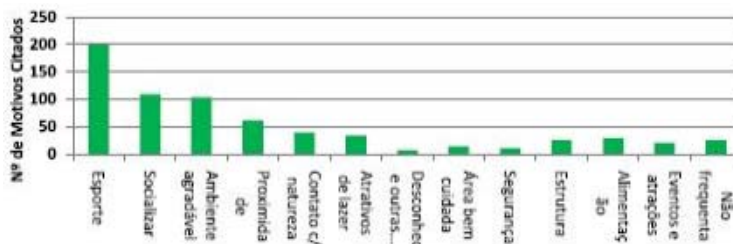


Gráfico 2 - Relação dos principais motivos de frequentar as áreas verdes na cidade citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde. Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf.

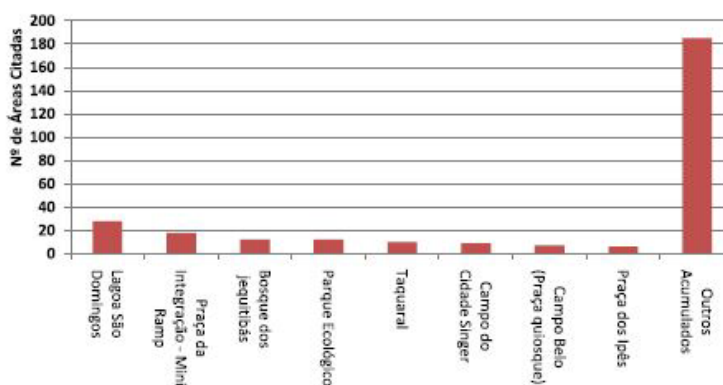


Gráfico 3 - Relação das principais áreas verdes não frequentadas, citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde. Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf.

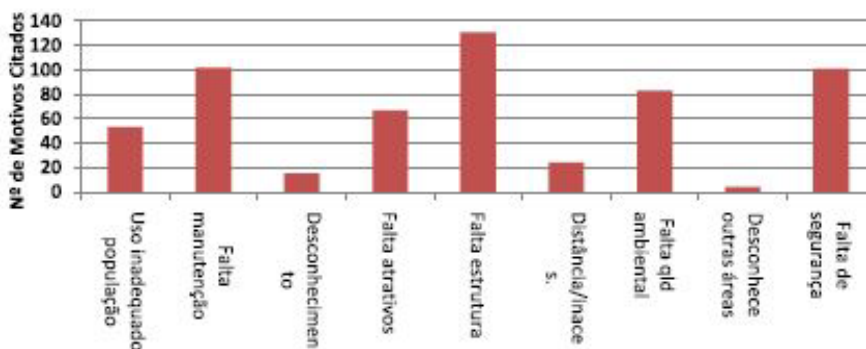
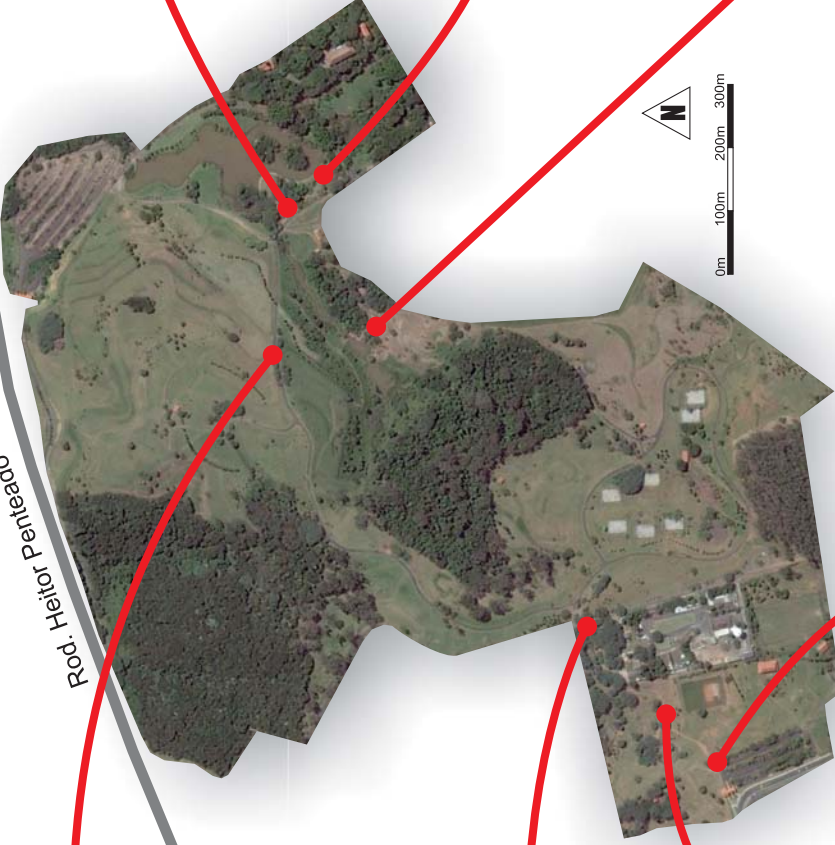


Gráfico 4 - Relação dos principais motivos para não frequentar as áreas, citadas nas Oficinas Participativas promovidas pela Secretaria do Verde como parte do Plano Municipal do Verde. Fonte: Diagnóstico Preliminar SDVS/PMC, 2015. Disponível em: http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/diagnostico_preliminar.pdf.

MAPA 17 - Situação Atual do Parque

Rod. Heitor Pentado



Caminho principal que atravessa o parque. A pavimentação está cheia de buracos e as guias são inexistentes. Existem diversas trilhas alternativas pelo meio do gramado. Foto da autora em 11 de julho de 2015



Pontilhões de ligação entre áreas do parque, devido a interseção da rua de acesso a SANASA.



Acesso principal ao parque pela portaria secundária. Por falta de caminho principal, foi improvisada uma "ponte" sobre a calha coletora de água. Para se acessar o caminho pavimentado, é necessário seguir pelo gramado por um longo percurso. Foto tirada em 11 de julho de 2015.



Restaurante. Antigo estábulo que funcionou por um período como restaurante e hoje se encontra abandonado. Foto da autora em 11 de julho de 2015.



Ripado, projetado pelo Escritório Burle Marx para espaço de exposição e lojas, hoje se encontra abandonado e deprimido, suas jardineiras não possuem mais vegetação e o madeiramento está podre. Foto da autora em 11 de julho de 2015.



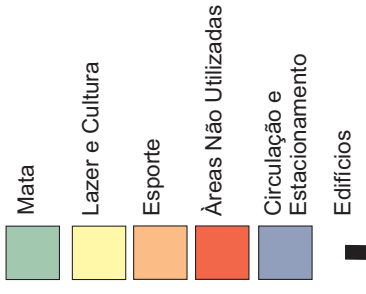
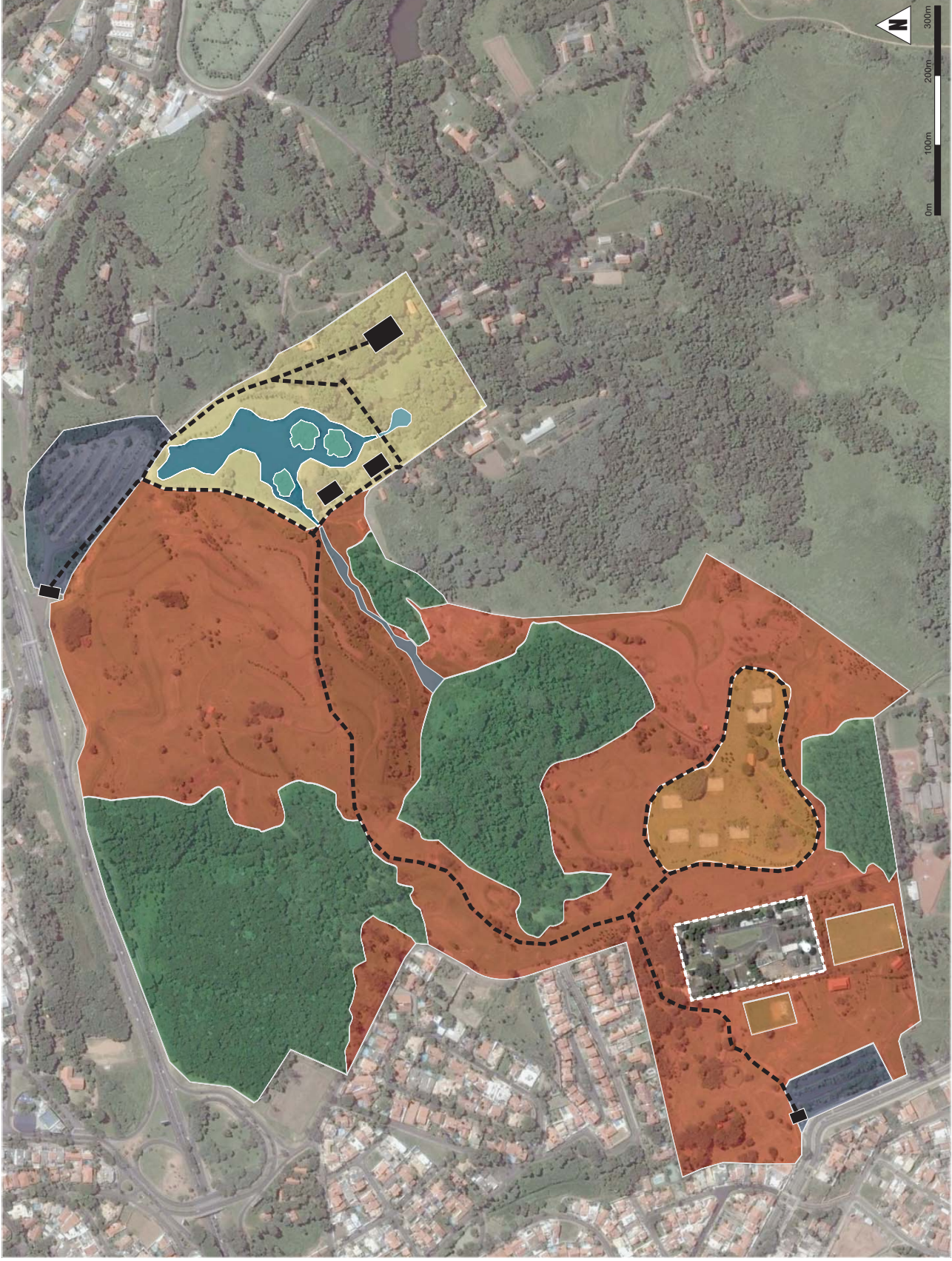
Antiga lanchonete. Atualmente trancada e completamente pichada. Foto da autora em 11 de julho de 2015.

Toten informativo na entrada secundária do parque. Como o resto do parque, não existem informações sobre as atividades, uma planta de localização ou direções para os equipamentos existentes. Foto tirada em 11 de julho de 2015.



MAPA 18 Usos do Parque

Nonono nononono Nonono
nononono Nonono
nononono Nonono
nononono Nonono
nononono Nonono
nononono



Mapa elaborado por Daniela Lacreia sobre
foto de satélite do Google Earth

3.1.2.4 – Gestão

Conforme levantado no Capítulo 2, o processo de instalação e o funcionamento do Parque Ecológico foi acompanhado de diversos problemas de ordem administrativa. Do ponto de vista da gestão, pode-se observar que enquanto os governos municipal e estadual pertenciam a um mesmo grupo político partidário (na época de sua instalação), o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim manteve uma administração estável e houve investimento para a implantação de parte dos seus equipamentos. Por muito pouco tempo o parque funcionou plenamente. Já no período em que prefeitura municipal e governo estadual não pertenciam a uma mesma legenda, o parque foi abandonado.

A despeito da execução parcial do seu projeto e programa, que acarretou problemas de uso – caminhos interrompidos, dificuldade de acesso entre os vários setores, grandes áreas vazias, pouca sombra, falta de banheiros, bebedouros, bancos e etc. – e das questões relacionadas a sua localização e acessibilidade – grande distância dos bairros carentes de espaços verdes, acesso feito quase que exclusivamente por carro – a escassa utilização do parque é agravada pelos problemas de gestão do equipamento.

Administrado de forma compartilhada pelo Governo do Estado e a prefeitura municipal nos seus primeiros anos de vida, o parque sempre recebeu pouca verba para o investimento de um programa cultural e para a manutenção do que havia sido instalado inicialmente. O problema já teve início na implantação do equipamento, que conforme levantado, não contempla todo o projeto paisagístico proposto, bem como infraestrutura. Ao longo dos anos, faltou uma administração presente, que se dedicasse exclusivamente ao parque, o que se observou com o declínio das atividades promovidas e o fechamento de seus espaços.

3.2 - DIRETRIZES

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim encontra-se hoje inseguro, sem atrativos esportivos e culturais e mal sinalizado. Embora o programa inicial tivesse um grande poder atrativo, contando com museu, restaurante, bar, quadras, mirante, espaço de estar e festas, vistas panorâmicas e a promoção de espaço educativo ambiental, o parque hoje conta somente com trilhas para bicicletas, algumas quadras em condições de usos, e muitos espaços vazios tomados pelo mato. Não existem atrativos para uma frequência duradoura do parque. Os edifícios abandonados causam opressão e medo, e a prática de caminhadas pelas trilhas gera desconforto e insegurança.

A intenção inicial de se focar nas questões ecológicas, fazendo isso através da criação do CIPAM (Centro de Percepção Ambiental) caracterizava o parque como uma alternativa cultural interessante, porém desde o fechamento do CIPAM, não existem motivos para se visitar o parque. Os edifícios que abrigaram um dia o restaurante e o ripado, são extremamente interessantes. À beira do lago, provém sombra e uma bela vista, podendo ser utilizados de diversas maneiras, porém, como todos os demais equipamentos do parque, estes edifícios também estão abandonados. Já as edificações que abrigavam os banheiros e lanchonetes se encontram em ruínas, pichadas e sujas, em meio ao matagal.

Comparando o projeto original, obtido junto ao Escritório Burle Marx, com o que existe hoje de fato no parque, ficou clara a distinção entre o que foi projetado e o que foi de fato executado. O projeto paisagístico, tão importante para o sucesso do parque, foi instalado apenas em parte, sendo que a maioria dos maciços de árvores que proviriam sombra e um ambiente agradável, não foram implantados.

O parque sofre hoje principalmente com problemas em 04 áreas: Gestão, Acessibilidade, Programa e Visibilidade. E o processo de recuperação

do Parque Ecológico deve ser elaborado no sentido de atender a estas 04 questões.

A falta de parcerias adequadas na gestão dos parques acaba por transformá-los num grande fardo para os gestores públicos. Existem diversos casos onde os parques urbanos possuem uma gestão compartilhada entre o poder público e empresas privadas, e uma ativa participação da população que faz doações generosas para a manutenção do espaço. Restaurantes, lojas, feiras, espaço para eventos e cursos, estão entre as fontes de renda desses equipamentos, que além de auxiliarem na manutenção de seus jardins, quadras e infraestrutura, também atraem a população. Os usuários se sentem partes importantes e responsáveis pelo espaço que utilizam, e é quase raro encontrar parques abandonados e depredados.

O seguinte item a ser abordado é o problema de acessibilidade ao parque. Sem uma infraestrutura adequada de transporte público e uma revisão nos acessos e no sistema viário do entorno do parque, mesmo que ele esteja funcionando adequadamente, somente atingirá uma pequena parcela da população que é a que acessa o parque em veículo particular. Novas rotas de ônibus, diferentes meios de transporte público, melhoria do sistema viário do entorno e criação de novas portarias em pontos chaves, trarão mais permeabilidade ao parque.

Promovendo a visitação do parque ao melhorar a acessibilidade, passamos para a questão de Programa. É incontestável que o parque possui atrativos capazes de transformá-lo num parque intensamente frequentado. O conjunto arquitetônico, que abriga a parte cultural do parque, o ripado e o restaurante são capazes de trazer uma renda para a administração do parque, o lago, as áreas de esporte e por fim o paisagismo. A recuperação do CIPAM é imprescindível para o sucesso do parque. Através da revisão de sua programação para adequar-se aos dias de hoje, ele será o responsável pelas visitas escolares, estudos de meio e programações educacionais. Eventos

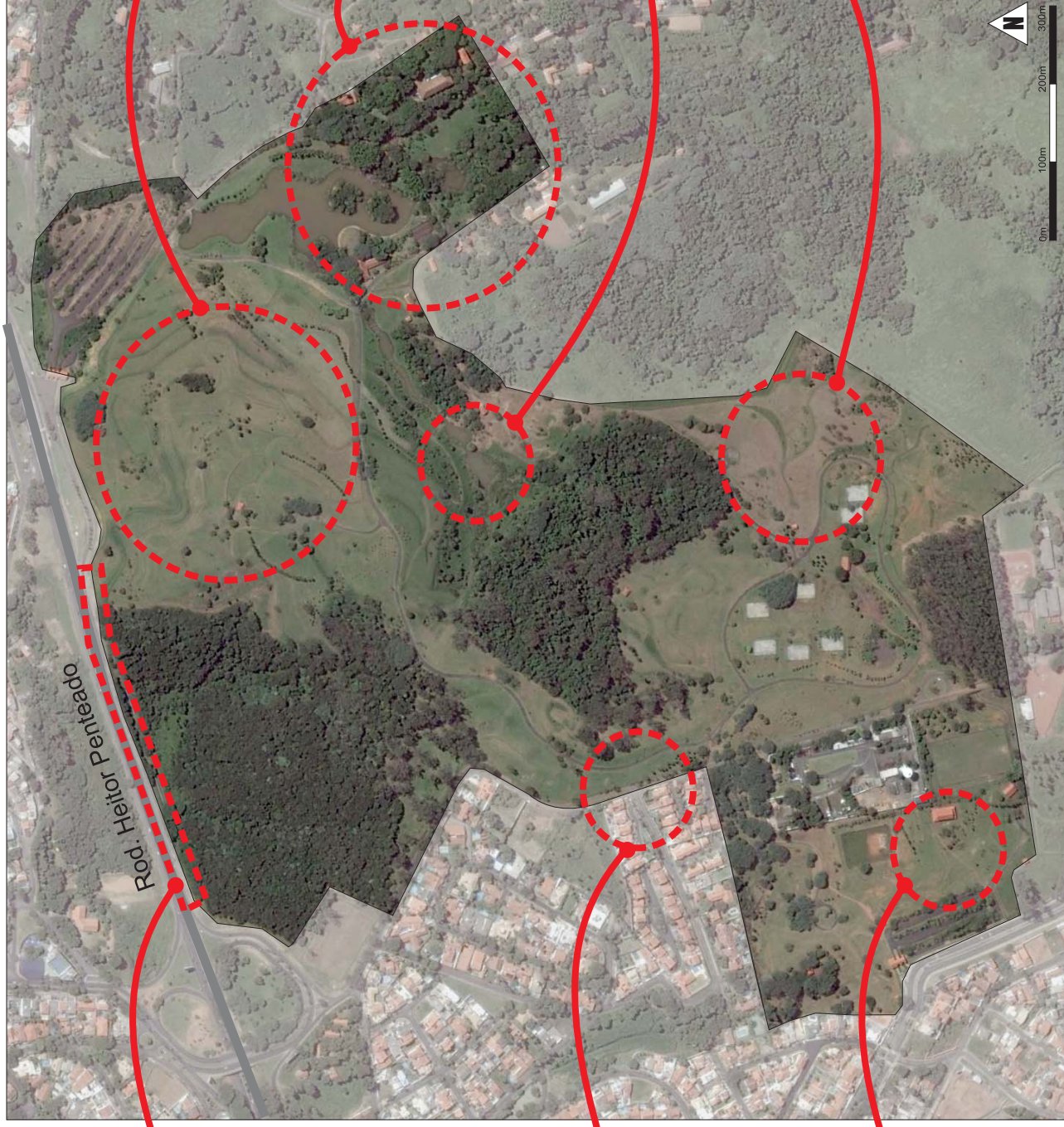
culturais na tulha também serão grandes atrativos. A volta do restaurante e da feirinha no ripado também trarão muitos visitantes. Em suma, recuperar a programação original, adequando com as necessidades atuais.

A próxima problemática é uma das grandes fragilidades do Parque Ecológico e que nesta dissertação foi possível comprovar. Nunca foi prevista uma adequada promoção do parque. Por se encontrar envolto por condomínios, e em uma via expressa, o parque não tem visibilidade e permeabilidade. Não existe um atrativo visual que faça com que o indivíduo se interesse em conhecer o local. A recuperação do paisagismo, e a instalação de esculturas, totens promocionais, banners pela cidade e uma repaginação das portarias seriam capazes de atrair mais visitantes.

Outro meio de promoção do parque, é a criação de um site próprio, onde se possa saber sobre a programação, horário de funcionamento, atividades, curiosidades e programação de cursos. Fotos do local, um jornal semanal com notícias sobre seu históricos e assuntos relacionados com o meio ambiente fariam o site ser dinâmico e apresentar sempre informações novas e interessantes. Parcerias com a prefeitura, IAB e outros órgãos também são importantes para a promoção do parque. Hoje, o IAB Campinas (Instituto dos Arquitetos do Brasil) é responsável por um projeto chamado Identidade Arquitetônica²³ que traz identificações visuais para os Patrimônios Arquitetônicos do Município através de dispositivos digitais mas o conjunto tombado do parque não figura entre os edifícios deste programa.

²³ <http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/>

MAPA 19 - Diretrizes



Sinalização Visual

Instalação de Sinalização Visual através de Outdoors ou similares promovendo as atividades e atrativos do Parque.

Atividade de Destaque

Instalação de novo equipamento/atrativo de destaque em região nobre do parque com alta visibilidade com acesso livre aos usuários do parque.

Atividades Originais

Restauração e Recuperação dos edifícios existentes seguindo propostas contidas no projeto original do parque. Como exemplo a reabertura do CIPAM, restaurante e atividades no ripado.

Novo Portão de Acesso

Região adequada para a instalação de novo portão de acesso, local de fácil interligação ao caminho principal do parque. Já possui infraestrutura de transporte público já pronto.

Valorização da Nascente

Criação de área de permanência junto as nascentes, com vocação ecológica valorizando a conservação ambiental.

Atividades Infantis

Criação de espaços para uso infantil junto as áreas de permanência e atividades esportivas buscando a valorização do convívio comunitário e familiar.

Espaço Fitness

Acréscimo de espaços com equipamentos para exercícios físicos de acesso livre para usuários do parque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que além de atender as demandas de espaços de lazer para a cidade de Campinas e a instalação de parques ecológicos por todo o país, fruto da emergência das questões ambientais, a partir da década de 1970, a instalação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim também foi pautada por interesses imobiliários e de promoção de grupos políticos.

A escolha do local se justificava pela recuperação de uma natureza já há muito tempo inexistente transformando a área em maior acervo de vegetação nativa da Bacia do Rio Piracicaba, assim como a utilização de um patrimônio histórico da cidade tombado pelo CONDEPAC. Foi possível comprovar na pesquisa que a escolha daquela área também buscou garantir a baixa densidade de ocupação e a qualidade paisagística de uma região da cidade de alto valor imobiliário. A instalação do parque coincide com a consolidação de loteamentos fechados e condomínios horizontais de alto padrão na região Leste de Campinas.

A comparação através de mapas, reportagens, fotos e levantamento histórico prova que o projetado (projeto e programa), o executado e o remanescente nos dias de hoje são diferentes, e embora muito do que se havia proposto não tenha sido implantado (por motivos que nos levam a crer ter relação aos custos de implantação), a gestão ao longo dos anos foi a responsável pela degradação do que foi efetuado.

A maior origem dos problemas do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim advém da má gestão da municipalidade e do Estado de São Paulo, atestada ao longo desta dissertação através das inúmeras reportagens apresentadas. A má administração ocasionou os problemas de baixa visitação, destruição dos equipamentos, vandalismo e falta de atrativos.

É necessário que o parque urbano contemporâneo volte a ser pensado como elemento estruturador do espaço, não só fisicamente, mas como item indispensável para o lazer e a cultura da população. Há uma falta de integração

entre os agentes produtores desses equipamentos. É essencial uma multidisciplinaridade de especialistas, desde os gestores urbanos, passando por equipes técnicas (arquitetos, paisagistas, ecólogos, educadores, engenheiros e outros) e principalmente a população para que o parque seja um equipamento que acolha e promova o lazer e a reunião da população, e não um local que intimide os usuários.

Através de um projeto de revitalização do parque elaborado por uma equipe multidisciplinar que tenha como atenção primordiais as quatro problemáticas apresentadas nesta dissertação - Gestão, Acessibilidade, Programa e Visibilidade – é possível a recuperação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

A cidade de Campinas e toda a região ainda carece de um espaço de múltiplo uso como o Parque Ecológico é capaz de ser. Poucos espaços são tão versáteis e adequados para abranger programas educacionais, ecológicos, culturais e esportivos num mesmo espaço como o Parque Ecológico.

REFERÊNCIAS

Alckimin assina protocolo para gestão do Parque Ecológico, em Campinas. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 21 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/alckmin-assina-protocolo-para-gestao-do-parque-ecologico-em-campinas/3/>.

Artigo casarão da “Mato Dentro” será restaurado. Correio Popular, Campinas, 24 de setembro de 1988. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Arqueólogos abrem o portão. E se surpreendem. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

BADARÓ, R. de S. C. **Campinas: O Despontar da Modernidade.** Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, 162p. il.

BAENIGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do polo industrial paulista.** Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

BARTALINI, V. **Parques públicos municipais de São Paulo: A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999.

BERRIZBEITIA, A. **Parque Del Este Caracas: Between a critical naturalismo and a critical formalism.** Delaware review of latin américa studies, vol. 6, n. 1, 30 de junho 2005. Disponível em: <http://www.udel.edu/LAS/Vol6-1Berrizbeitia.html>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Título VIII: Da Ordem Social - Capítulo VI: Do Meio Ambiente.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm.

CAVALCANTI, L.; EL-DAHDAH, F. **A permanência do instável.** Resenhas Online, São Paulo, ano 08, n. 095.01, Vitruvius, nov. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.095/3017>.

Começa a preservação da fazenda. Correio Popular, Campinas, 24 de setembro de 1988. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DOURADO, G. M. **Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx.** São Paulo: Editora Senac/ Edusp, 2009.

_____. (org.). **Visões de paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil.** São Paulo: ABAP, 1997.

ECO parques: **Gestão dos parques ecológicos do Distrito Federal.** Brasília: Secretaria do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia, 1999. 108p.

Espaços para educação ambiental. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Especialistas consideram a obra pioneira. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

FABOS, J. GY; MILDE, G. T.; WEINMAYR, V. M. **Frederick Law Olmsted, Sr. :Fouder of Landscape Architecture in America.** 2º Edition. United States Of America: The University of Massachusetts Press, 1970.

FARAH, I.; SCHLEE, M.; TARDIN ,R. (orgs.). **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil.** Editora Senac. São Paulo, 2010.

FAVARO, T. **Objetivo do projeto é integrar os jovens ao meio ambiente.** Correio Popular, Campinas, 14 de dezembro de 2003.

Fazenda vira escola de ecologia. Jornal de Domingo, Campinas, 9 de junho de 1991. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

FREGONESI, L. **Revitalização e preservação no parque Monsenhor Emílio José Salim.** São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 25 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/revitalizacao-e-preservacao-no-parque-monsenhor-emilio-jose-salim/>.

FRIDMAN, F. **Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ Editora Garamond, 1999.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas.** 1ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

GOMES, M. A. S. **Os Parques e a Produção do Espaço Urbano.** Jundiaí: Paço Editorial, 2013.

GONÇALVES, F. M. **Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos.** Revista Paisagem Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo n. 15, p. 09-33, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40194>.

HALL, P. **Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano nos séculos urbanos no século XX.** São Paulo: Editora Perspectiva S. A. Coleção Estudos, 2007.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade.** Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

HERENÚ, Pablo Emilio Robert. **Sentidos do Anhangabaú.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo. 2007.

IDALINO, C. **Mapeamento de Uso e Vegetação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, em Campinas (SP) Visando o Planejamento de sua Revitalização.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro, 2004.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini Editora, 1993.

_____. **Evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1989.

_____. **Desenhando Paisagens, moldando uma profissão**. 1ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

LEENHARDT, J. (Org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. 1ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Centauro, 2008. Unicamp, 2012.

LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, S. B. S. **Os Jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2000. Apoio FAPESP.

_____. **Sanear e Embelezar: o papel dos jardins públicos nas políticas sanitárias em Campinas no final do século XIX**. Revista Sarao, n. 42. Disponível em: http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista42/sarao_ol_texto2.htm

_____. **Park System: a influência norte-americana nas propostas do urbanista Francisco Prestes Maia**. IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO SÃO PAULO, vol. 9, n. 1, 2006. Disponível em: <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1104/1079>

_____. **A influência norte-americana nos sistemas de áreas verdes do urbanista Francisco Prestes Maia**. Paisagens em debate, revista eletrônica da área paisagem e ambiente, fau.usp - n. 05, dezembro 2007. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/gdpa/paisagens/artigos/2007SiomaraAVPrestesMaia.pdf>.

LOPES, D. T.; GUIMARÃES, L. N. **O parque contemporâneo de cunho ecológico, com caracterização de ecogênese**. Revista Paisagem Ambiente: ensaios - n. 23 - São Paulo - p. 158 - 163 – 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/87877>.

LOPES, M. B.; et. al. **A cidade, seus habitantes e a serra. Breves notas sobre a história do Parque das Mangabeiras (1960 -2010)**. Minha Cidade, São Paulo, ano 11, n. 130.04, Vitruvius, maio 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3798>>.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2003.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010**. São Paulo: Edusp/Editora Unicamp, 2012.

MAGNOLI, M. M. **O Parque no Desenho Urbano**. Revista Paisagem Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo n. 21, p. 199-214, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250>

_____. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese de livre-docência. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1982.

- MARTINS, J. P. **Iniciativa privada salva parque ecológico**. Correio Popular, Campinas, 2008.
- MATIELLO, Alexandre M. **A Sustentabilidade no Planejamento e Gestão de Parques Urbanos em Curitiba – PR. Uma Questão Paradigmática?** Dissertação de Mestrado. Faculdade Federal de Santa Catarina, 2001.
- Mato Dentro foi transformada em parque ecológico**. Correio Popular, Campinas, 14 de julho de 1989. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.
- MIRANDA, D. S. (Org.). **O Parque e a Arquitetura: Uma Proposta Lúdica**. 2ª edição. Campinas: Papirus, 2001.
- MOORE, C.W; MITCHELL, W. J.; TURNBULL JR. W. **A poética dos jardins**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- OLIVEIRA, F. L. **O nascimento da ideia de parque urbano e do urbanismo modernos em São Paulo**. Arqtextos, São Paulo, ano 10, n. 120.03, Vitruvius, maio 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.120/3433>.
- O resgate da história na Fazenda Mato Dentro**. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.
- PANZINI, F. **Projetar a natureza**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- PREFEITURA DE CAMPINAS. **Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado/1970**. Secretaria do Meio Ambiente.
- PREFEITURA DE CAMPINAS. **Plano Diretor de 1991**. Secretaria do Meio Ambiente.
- PREFEITURA DE CAMPINAS. **Plano Diretor de 1996**. Secretaria do Meio Ambiente.
- PREFEITURA DE CAMPINAS. **Plano Diretor – Revisão 2006**. Secretaria do Meio Ambiente.
- Projeto para o meio ambiente é lançado no Parque Ecológico**. Correio Popular, Campinas, 27 de setembro de 1996.
- PUPO, C. M. M. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- _____. **Campinas, Município no Império**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- REIS, Nestor Goulart. **São Paulo: Vila, Cidade, Metrópole**. São Paulo: Restarq/Via das Artes, 2004.
- Restauração exige bisturis e paciência**. Correio Popular, Campinas, 24 de junho de 1990. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.
- RIBEIRO, N. **Quase 200 anos sob o teto do casarão**. Jornal de Domingo, Campinas, 10 de março de 1991. Disponível na Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

SANTIN, D. A. **A vegetação remanescente no município de Campinas (SP): mapeamento, caracterização fisionômica e florística, visando a preservação.** Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade de Campinas, 1999.

SANTOS, A. C. **Campinas das origens ao futuro:** Compra e venda de terras e águas e um Tombamento na primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 3.743, de 9 de junho de 1983. Estabelece normas de estímulo para a criação de parque ecológico e de parques florestais nos municípios.** Disponível em: <http://governo-sp.jurisbrasil.com.br/legislacao/198512/lei-3743-83>.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 27.071, de 8 de junho de 1987. Cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim e dá providências correlatas.** Disponível em: <http://governo-sp.jurisbrasil.com.br/legislacao/190352/decreto-27071-87>.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 32.478, de 26 de outubro de 1990. Estabelece diretrizes para a implantação e a administração do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.** Disponível em: <http://governo-sp.jurisbrasil.com.br/legislacao/183732/decreto-32478-90>.

SCHENKER, H. M. **Melodramatic Landscapes: Urban Parks in the Nineteenth Century.** United States of America: University of Virginia Press, 2009.

SCHUYLER, D. **The New Urban Landscape: The redefinition of City form in Nineteenth-Century America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988.

SCHUYLER, D. & TURNER, J. **The Papers of Frederick Law Olmsted, Volume 6: The Years of Olmsted Vaux & Company, 1865–1874.** EUA, Censer, editors (1992).

SEGAWA, H. **Ao Amor do Público:** Jardins no Brasil. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1996.

_____. **Prelúdio da Metrópole – Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX ao XX.** 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SENAGA, M. **Secretaria do Meio Ambiente e da Cultura inaugura Oficina Cultural no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.** São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 12 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/secretarias-do-meio-ambiente-e-da-cultura-inauguram-oficina-cultural-no-parque-ecologico-monsenhor-salim/>.

SERPA, A. **Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea.** Revista Paisagem Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo n. 27, p. 31-138, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77376/81223>.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea.** 1ª edição. São Paulo: Editor Contexto, 2007.

SILVA, Á. P. **Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (sec. XVII-XX)**. Anais do Museu Paulista. Vol. 14 n.1 jan-jun. 2006.

SILVA, P. F. F. **A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005)**. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia e São Carlos, 2008.

SIQUEIRA, V. B. **Burle Marx: Espaços da Arte Brasileira**. 2ª Reimpressão. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SMITH, C. **The Plan of Chicago: Daniel Burnham and the Remaking of the American City (Chicago Visions and Revisions)**. Chicago: University of Chicago Press, 2006, 202p.

SOMEKHH, Nadia e CAMPOS, Candido Malta. **A cidade que não pode parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no Século XX**. São Paulo: Mack pesquisa, 2002.

TÂNGARI, V. R. **Espaços livres públicos como espaços museográficos**. Anais do Seminário de Museografia e arquitetura de museus, 2005. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Vera_Tangari/publication/228496187_Espaos_livres_pblicos_como_e_spaos_museogrificos/links/00b7d525e8d78dd75a000000.pdf

_____. **O papel dos espaços livres públicos na formação da imagem urbana**. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v.6, n. 3, 2000. Disponível em: <http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/836/811>.

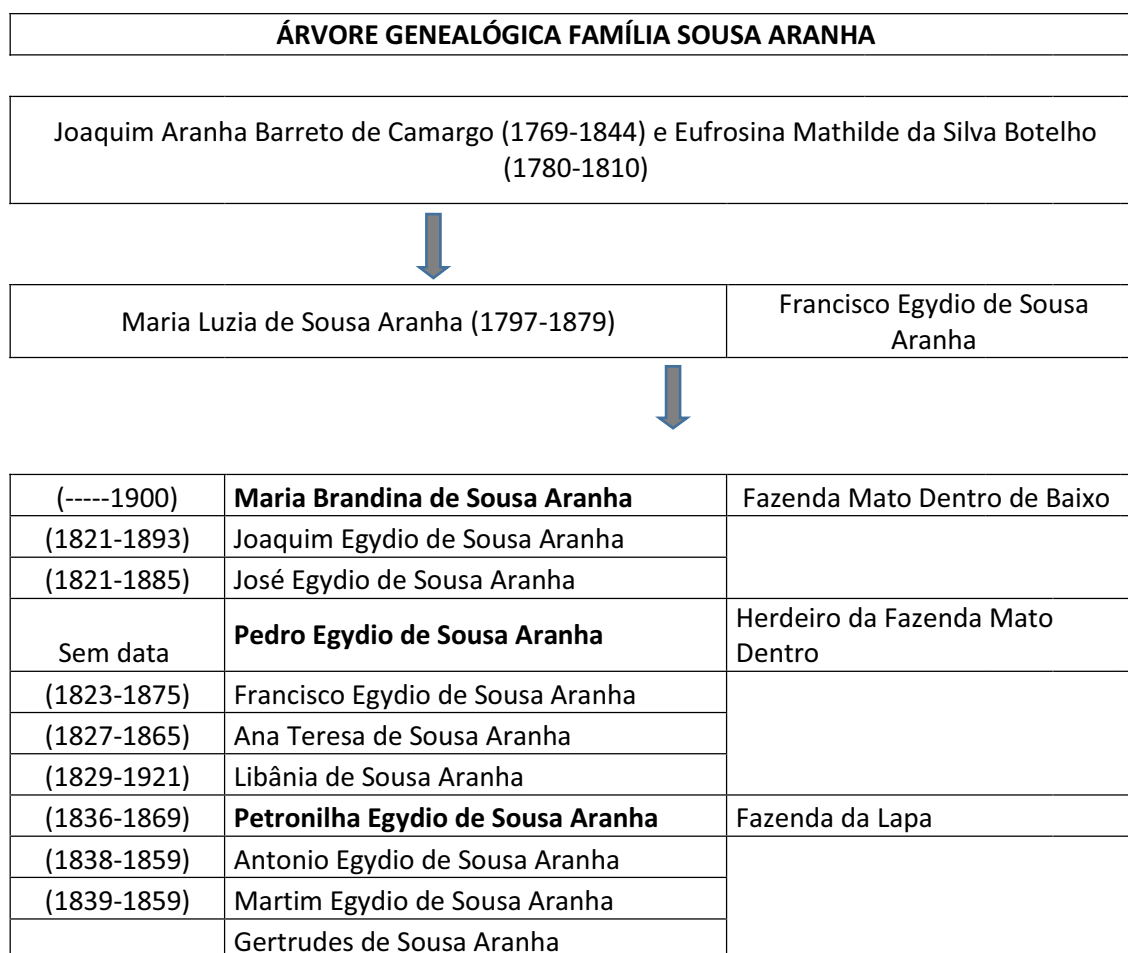
TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: Três Cidades em um Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

WILSON, W.H. **The City Beautiful Movement**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

ANEXOS

ANEXO 01 - Árvore Genealógica da Família Souza Aranha. Fonte: CIPAM, Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim



ANEXO 02 - O TEMPO E A HISTÓRIA. Fonte: CIPAM, Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim

1774 - Mato Dentro, onde vai se estabelecer o engenho de mesmo nome, é mencionado como bairro rural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas.

1806 - O Tenente Coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo estabelece o engenho para o cultivo de cana e a produção de açúcar, chamado Fazenda Mato Dentro (alguns autores mencionam a data de 1816).

1817 - Casamento de Francisco Egydio de Sousa Aranha com sua prima irmã Maria Luzia da Conceição Aranha, futura Viscondessa de Campinas, filha de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, de quem o casal herda o engenho Fazenda Mato Dentro.

1832 - A Fazenda Mato Dentro já produz café, além de cana, algodão, milho e outros cereais necessários à subsistência dos que nela vivem.

1836 - Com o casamento de Maria Brandina, filha de Francisco Egydio e Maria Luzia, a Fazenda sofre seu primeiro desmembramento, que dá origem à Fazenda Mato Dentro de Baixo, mais tarde Vila Brandina.

1846 - Com o casamento de Petronilha, outra filha de Francisco Egydio e Maria Luzia, a Fazenda sofre novo desmembramento, que dá origem à Fazenda Lapa.

1860 - Morre Francisco Egydio de Souza Aranha.

1870 - Criação da “Philarmônica Mato Dentro”, constituída por filhos da família Souza Aranha e por escravos.

1872 - Joaquim Egydio de Souza Aranha, filho de Maria Luzia, Viscondessa de Campinas, é agraciado com o título de Barão de Três Rios.

1874 - O Conde D'Eu, genro do Imperador – em visita a Campinas – é recepcionado na Fazenda Mato Dentro.

1878 - Joaquim Egydio de Souza Aranha, Barão de Três Rios, é eleito Vice-Presidente da Província de São Paulo, cargo que ocupa em três ocasiões, entre 1878 e 1882.

1879 - Morre Maria Luzia de Souza Aranha, Viscondessa de Campinas. Joaquim Egydio, Barão de Três Rios recebe o título de Visconde.

1880 - Joaquim Egydio, então Visconde, recebe o título de Conde de Três Rios.

1884 - Joaquim Egydio, Conde de Três Rios, hospeda, em sua residência na cidade de Campinas, a Princesa Isabel e o Conde D'Eu.

1885 - A Fazenda Mato Dentro passa a ser propriedade de Pedro Egydio de Souza Aranha, filho de Francisco Egydio e Maria Luzia, Viscondessa de Campinas.

1886 - Joaquim Egydio, Conde de Três Rios, hospeda o imperador D. Pedro II e D. Teresa Cristina, em sua residência de Campinas.

1887 - Joaquim Egydio, Conde de Três Rios, recebe o título de Marquês.

1897 - Morre Pedro Egydio de Souza Aranha, ficando a Fazenda Mato Dentro para sua viúva, Ana Joaquina do Prado Aranha.

1900 - Nesse ano a Fazenda Mato Dentro produz cerca de 12 mil arrobas de café.

1909 - Morre Ana Joaquina do Prado Aranha, ficando a Fazenda aos cuidados do marido de sua neta – Maria Emília de Queiroz – João de Lacerda Soares, então administrador da propriedade. São realizados nesta época, alguns melhoramentos na Fazenda como a construção da tulha e anexo, do reservatório e do sistema de adução de água.

1930 - O filho de Lacerda Soares, José Eduardo de Lacerda Soares, vindo de Paris, assume a administração da Fazenda.

1936 - A Fazenda Mato Dentro é vendida a terceiros, deixando de pertencer aos descendentes dos Souza Aranha, sendo adquirida por Arnaldo Ribeiro Pinto.

1937 – A Fazenda Mato Dentro é vendida à Mario Garnero.

1941 - O Governo do Estado adquire a Fazenda Mato Dentro, onde instala a Estação Experimental de Campinas do Instituto Biológico.

1949 - Na casa-sede da Fazenda Mato Dentro é realizada a Primeira Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – em promoção conjunta com a Estação Experimental de Campinas do Instituto Biológico.

1982 - O CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo – tomba o conjunto arquitetônico da sede Fazenda Mato Dentro como patrimônio histórico.

1987 - A área ocupada pela Fazenda Experimental Mato Dentro, dependência do Instituto Biológico de Campinas, da Secretaria da Agricultura, passa a constituir o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

1990 - A Secretaria do Meio Ambiente abre à população o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, a casa-sede da Fazenda Mato Dentro restaurada, é destinada a abrigar o Centro de Percepção Ambiental – CIPAM.

ANEXO 03 – REGISTRO DE VENDA – FAZENDA MATO DENTRO

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO
Alexandre de Azevedo Palmeira Filho
OFICIAL

MAC/Pedido 378043

ALEXANDRE DE AZEVEDO PALMEIRA FILHO, Bacharel em Direito e Primeiro Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, atendendo a pedido da parte interessada, verificou constar a transcrição abaixo relatada por extrato:

1. REGISTRO

1a. TRANSCRIÇÃO: 8428 - LIVRO: 3F - FOLHAS: 249 - DATA: 13/08/1941-----

1b. TÍTULO: Compra e Venda-----

1c. FORMA DO TÍTULO: Escritura de 06 de agosto de 1941, pelo 11º Tab. de São Paulo-----

1d. VALOR: R\$ 18.000\$000-----

1e. CONDIÇÕES DO CONTRATO: Isento de selos em termos do Reg. em vigor-----

1f. TÍTULO ANTERIOR: 3D-83-4.887-----

2. IMÓVEL

2a. CIRCUNSCRIÇÃO: 1 Zona-----

2b. DENOMINAÇÃO OU RUA: Fazenda Mato Dentro-----

2c. IMÓVEL: Uma área com tres alqueires, mais ou menos, composta de terras de pastagens, com a constituição de terras graníticas "massapés", tendo como beneficiarias uma casa de tijolos, pau a pique e um poço, com as seguintes divisas e confrontações: começando na estaca zero, no centro de uma porteira situada numa estrada que vai para a fazenda "Mato Dentro", pertencente ao Instituto Biológico e distante 13 metros e 70 cms de uma outra estrada que bifurca, segue confrontando com os transmitentes, pela estrada com 126 ms e 50 cms com o azimuth SW 89°10' até a estaca 1; aí com a deflexão para a direita 19°08' e com azimuth 38°38' SW, segue pela estrada confrontando com os transmitentes, na extensão de 40 ms e 45 cms até a estaca 2; aí, com a deflexão à direita 13°26' e o azimuth 52°04' SW segue pela mesma estrada com 39 ms e 95 cms até a estaca 3; daí, com a deflexão à direita 28°06', azimuth SW 80°16', segue pela estrada com o mesmo confrontante na distancia de 80 ms e 23 cms, até a estaca 4; aí, com a deflexão esquerda 12°39' azimuth SW 47°31' segue pela mesma estrada na extensão de 91 ms 30 cms com o mesmo confrontante até a estaca 5; aí, com a deflexão à direita, 29°16' e o azimuth NW

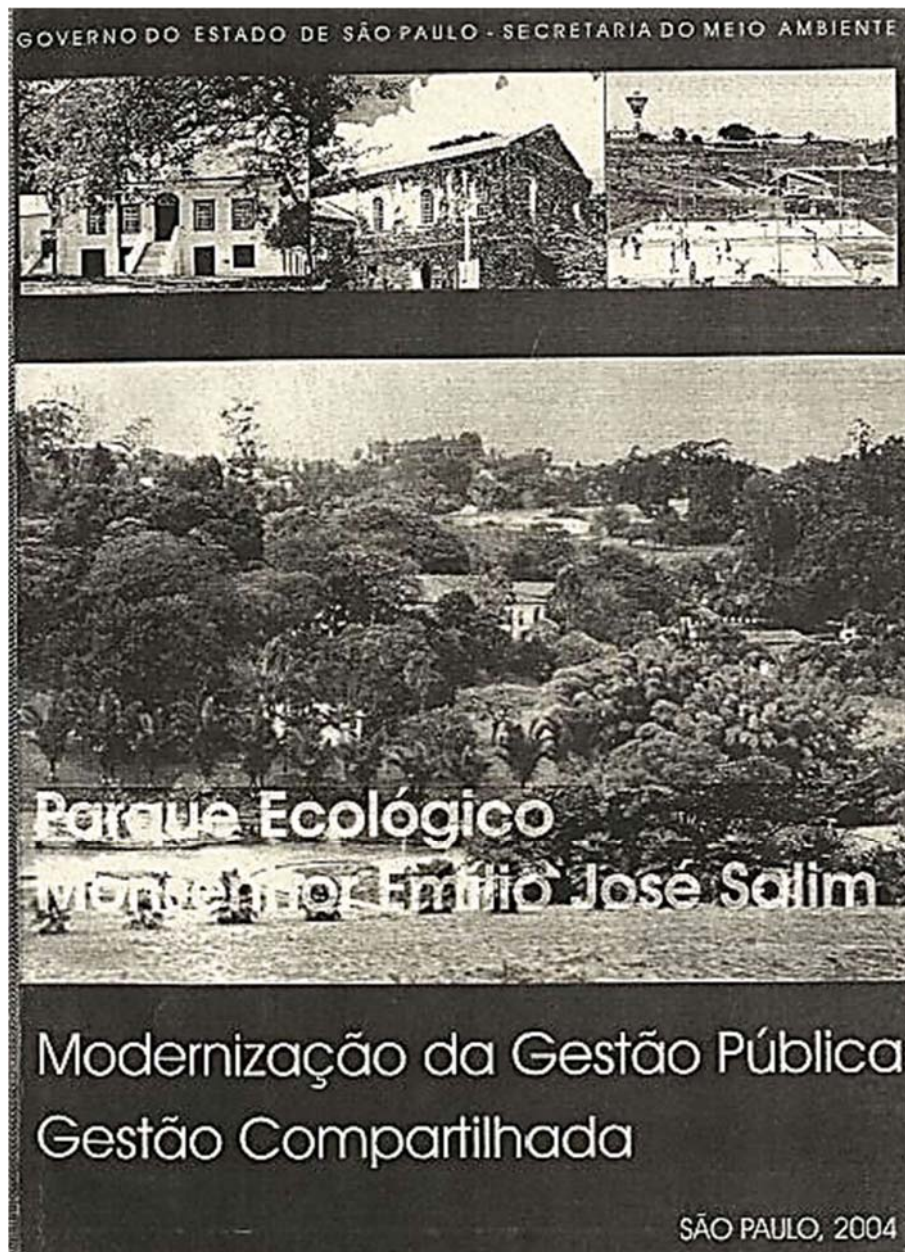
Página 1 de 3

Rua Doutor Maria Ubaldino Correa, 115 - Registro - Campinas/SP - CEP- 13016-911
Fone: (19) 3223-9700 - Fax: (19) 4002-9189 - www.ri.com.br - e-mail: ri@ri.com.br

www.ri.com.br

1º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de Campinas - SP
056110
12280-0-AA

ANEXO 04 – GESTÃO COMPARTILHADA/ REVITALIZAÇÃO DE PARQUES – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria do Meio Ambiente



SOLUÇÃO ADOTADA

O Projeto foi concebido a partir das seguintes metas:

- Projeto de Revitalização/Recuperação
- Concepção e Implantação do Sistema de Gestão Compartilhada
- Formalização de Parcerias

1 PROJETO DE REVITALIZAÇÃO / RECUPERAÇÃO

1.1. DADOS HISTÓRICOS: Graças à cafeicultura, Campinas passou a ser um dos pólos de maior importância econômica do país a partir da metade do século XIX. A área atualmente ocupada pelo Parque abrigou, no início daquele século, a Fazenda Matto Dentro, pertencente ao fidejmu-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, um dos principais assessores de D. Pedro I. Em 1822, Francisco Egidio de Souza Aranha aumentou a produção de açúcar, retomou o plantio e o beneficiamento do café, e se tornou o primeiro exportador de café. Dificuldades decorrentes da crise mundial de 1929, inviabilizaram a manutenção da Fazenda, culminando com sua venda ao Estado para ali se instalar o Instituto Biológico de Campinas.

1.2. LEGISLAÇÃO: A sede da Fazenda Matto Dentro, como um exemplar representativo da arquitetura rural do início do século XIX, foi tombada pelo CONDEPHAAT, por meio da Resolução nº 34, de 10 de maio de 1982. Posteriormente em junho de 1987, por força do Decreto nº 27.071, o Governo do Estado de São Paulo cria o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

1.3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS:

DESCRIÇÃO	POPULAÇÃO	PB/P	PIB per capita (R\$)
MUNICÍPIO DE CAMPINAS	906.560	8.851,2	9.702,3
ESTADO DE SÃO PAULO	2.254.811	18.826,4	7.028,9
BRASIL	33.889.814	298.466,5	7.121,4
	155.527.445	695.138,2	4.204,6

(*) em milhões de US\$

(**) US\$ milhãres

1.4. LOCALIZAÇÃO / CARACTERIZAÇÃO: Situado no Km 3,5 da Rodovia Heitor Penteado, o Parque com uma área de 285 ha, dos quais 110 ha abertos ao público, abriga o projeto paisagístico de autoria de Roberto Burle Marx contemplando espécies da flora brasileira e espécies nativas da Região da Bacia do Rio Paraíba.

1.5. RESTAURO E RECUPERAÇÃO: O projeto de Restauro e Recuperação abrange todo o Complexo Arquitetônico da Fazenda, formado pelo Casarão, Capela, Anexo e Tulha, contemplando luminolândia, desajustização, paisagismo, revitalização da Tulha, viveiro e Escola Técnica.

1.6. PROJETOS EXISTENTES:

- Centro Integrado de Percepção Ambiental – CIPAM, com objetivo de estimular a percepção do meio ambiente, mediante o conhecimento de como as intervenções socioeconômicas e culturais modificam o meio natural.

IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: GESTÃO COMPARTILHADA/ REVITALIZAÇÃO DE PARQUES

NOME: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CATEGORIA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

TEMA: GESTÃO COMPARTILHADA - SOLUÇÕES PARTICIPATIVAS PARA REVITALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM - CAMPINAS

PROBLEMA ENFRENTADO OU OPORTUNIDADE PERCEBIDA

O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, situado no perímetro urbano do município de Campinas, ocupa uma área de aproximadamente 110 ha, remanescente da área ocupada pela Fazenda Experimental Matto Dentro, e posteriormente dependência do Instituto Biológico de Campinas.

Quando da sua criação, almejava-se propiciar a recuperação ambiental, por meio de significativa alteração no cenário natural bem como promover a restauração de edificações históricas, para fruição da população local e regional, como forma de favorecer o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer direcionadas para educação ambiental.

Ao longo dos anos a situação original, por força da permanente escassez de recursos, administração equivocada, aliada à ausência de mecanismos culturais de preservação do patrimônio natural, provocaram um elevado grau de deterioração do Parque, comprometendo significativamente o Índice de visitação pública e consequentemente os projetos de educação ambiental.

Constatada a situação de abandono e considerando que:

- A área é a única remanescente dentro de suas características na zona urbana do município,
- O potencial dos equipamentos existentes devolvem a população a possibilidade de sua utilização,
- As edificações, com destaque para o Casarão, Tulha, Viveiro, Escola Técnica, entre outros, poderiam resgatar a tradição mantida pela história da Fazenda Matto Dentro,
- Os aspectos regionais envolvendo o Parque, notadamente a Região Metropolitana de Campinas, constituída por 2 milhões de habitantes e um parque industrial de alta relevância na geração de empregos e renda e capacidade de investimentos, e finalmente
- Diante as obrigações do Estado figura a preservação legal e do fidei dos nichos, santuários e reservas ecológicas importantes, testemunhos do sítio e ambientes naturais, como forma de minimizar as carências sociais, e Secretaria do Estado do Meio Ambiente DECIDIU elaborar o Projeto de REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO MONSENHOR EMÍLIO JOSÉ SALIM, incorporando-se de forma inédita o SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

- Levantamento dos custos de recuperação, manutenção, manejo e preservação.
- Definição e estabelecimento de Parcelas

2.2. TERMO DE CONVENIO A partir dos resultados obtidos no Protocolo de Intenções, celebrado em 19 de julho de 2003, Estado e Município celebraram em maio de 2004, Termo de Convênio com vistas a execução de atividades voltadas a operacionalização do Parque, a partir de um Sistema de Gestão Compartilhada. A avença contempla ações e procedimentos voltados à execução do Plano de Segurança e do Plano de Manutenção e Conservação, implementação do Centro de Informação e Percepção Ambiental – CIPAM, da implantação de uma Escola Técnica Profissionalizante na área de produção e comercialização de flores e frutos e da execução de atividades que contemplam as áreas de Educação Ambiental, Arte e Cultura, Inclusão e Promoção Social, Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda, Turismo Ecológico e demais temas relacionados à dinâmica do Parque.

2.3. SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA: lastreado por diretrizes claramente definidas compreende:

2.3.1. PLANEJAMENTO OPERACIONAL:

- Elaboração do Regulamento do Parque, instrumento com caráter normativo e indicativo do funcionamento, utilização e desenvolvimento de atividades pelos participantes, diretamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas e com organizações da sociedade civil.
- Fixação da Programação, definição projetos, programas e atividades a serem desenvolvidos dentro do escopo estabelecido pelo Decreto de criação do Parque e das diretrizes fixadas pelo CIPAM,
- Participação de Entidades, públicas ou privadas, mediante a celebração de parcerias, com vistas a compatibilizar as respectivas vocações, observada a legislação vigente,
- Avaliação dos custos relativos a projetos específicos,
- Definição dos Planos de Manutenção, Conservação e Segurança, que visam a preservação do patrimônio existente e garantia a integridade do público.

2.3.2 – INFRA-ESTRUTURA:

- Frota de veículos, laves e pesados, identificando a frota do Estado já existente no Parque e a frota a ser disponibilizada pela Prefeitura,
- Corpo Técnico e Operacional, identificando aqueles já alocados pelo Estado e aqueles a serem alocados pela Prefeitura,

- Programa Parque – Escola, com o objetivo de promover a interação Parque e Escola, visando despertar a consciência ecológica e prática de cidadania que instauram relações mais positivas entre o homem e o ambiente;
- Programa de Desenvolvimento Sustentado, com o objetivo de disseminar os conceitos de compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação de recursos naturais.

1.7. PLANILHAS: O Projeto de Revitalização do Parque contemplará a recuperação das edificações existentes e instalação de novos equipamentos.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
HIDRALICA	54.000,00
ELETRICA	1.717.850,00
PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	43.337,00
CEIFAMENTO	47.625,00
PROTEÇÃO VISUAL	50.315,00
LAGEIS E CASARIAS	414.275,00
PRECISO SAO	212.114,00
CASARAO E MUSEU - 1.920 m²	923.780,00
TELHA E AUDITORIO	389.289,00
RESTAURANTE - 314 m²	143.592,00
LANCHONETE - 486 m²	121.950,00
SANITÁRIOS PÚBLICOS - 283,40 m²	137.725,00
VIVERO DE MUDAS - 965 m²	141.362,00
PORTAON PRINCIPAL - 243 m²	69.780,00
PORTAON SECUNDARIA - 116 m²	43.700,00
ADMINISTRAÇÃO E AUDIATORIO - 155 m²	37.900,00
ANFITEATRO	31.750,00
EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER	145.000,00
EQUIPAMENTOS NOZVE	500.874,00
TRANSPORTE	183.750,00
TOTAL	4.929.202,00

2 CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA

2.1. FORMALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES: O imenso potencial do Parque Ecológico como centro de educação, produção e difusão de informações ambientais, recreação, esporte e lazer para a população local e regional, mobilizou Estado e Município a formalizarem um Protocolo de Intenções com vistas a conjugação de esforços direcionados à formulação de estudos e elaboração do Plano de Recuperação, Manutenção, Manejo e Desenvolvimento do Parque. No âmbito do Protocolo foram abordados os seguintes itens:

- Diagnóstico da real situação do Parque,
- Definição das ações emergenciais de manutenção, reforma e recuperação das edificações, equipamentos e espaços de lazer e educação ambiental,
- Definição das necessidades de restauro de bens tombados.

- a. Equipamentos e Edificações, identificação do acervo existente.
- 2.3.3 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
- a. Observância às normas e procedimentos locais vigentes, devendo os participantes adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das responsabilidades pactuadas no presente instrumento, elaborando sistemas de controle próprios e relatários mensais de prestação de contas;
- b. Viabilização dos Projetos por meio da alocação de recursos próprios dos participantes, doações, patrocínios ou parcerias com terceiros e, ainda, pela cobrança de ingressos e demais receitas, observada a legislação vigente;
- c. Estabelecimento de metas, com vistas a garantir a execução, controle e acompanhamento da Programação aprovada;
- d. Controle de recursos que será efetuado por cada participante, relativamente aos projetos e atividades sob sua responsabilidade e, conjuntamente, pela Comissão Técnico – Administrativa, para os projetos e atividades comuns e os realizados diretamente ou em parceria com terceiros, devendo em todos os casos integrar o relatório Contábil – Financeiro mensal.
- 2.4 DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES: respeitados os respectivos campos de atuação:
- a. Compor equipes de profissionais responsáveis pela concepção e execução dos programas de educação ambiental, cultura, arte, esporte e lazer;
- b. Fornecer o Serviço de Vigilância interna, compreendendo os 110 ha do Parque, incluindo as edificações e a Área do Viveiro, de acordo com o Plano de Segurança;
- c. Promover as licitações necessárias ao atendimento das demandas do Parque, inclusive para a outorga a particulares da exploração dos serviços de lanchonetes e restaurantes bem como ao responsabilizar pela administração dos respectivos contratos;
- d. Integração do Parque, observada sua vocação, aos programas municipais de educação, cultura, esporte e lazer;
- e. Apoio mútuo para obtenção de recursos financeiros e materiais a serem aplicados no Parque, objeto dos termos espicietizados;
- f. Manter as áreas verdes do Parque, Projeto Paisagístico e Área do Viveiro, além das edificações e instalações;
- g. Efetuar o gerenciamento do Programa de Gestão do Parque;
- h. Desenvolver os programas, projetos e realizar eventos em parceria com empresas, instituições de ensino e pesquisa, ONGs e outras instituições públicas ou privadas, priorizando a vocação do Parque como Centro de Educação Ambiental e difusor de informações ambientais, além do público cultural, esportivo e de lazer;
- i. Aplicar os recursos orçamentários descritos no Plano de Trabalho.
- 2.5. ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA
- a. SUPERVISÃO GERAL - a cargo do Estado, responderá pela articulação, gerenciamento, coordenação e fiscalização do instrumento;
- b. COMISSÃO TÉCNICO - ADMINISTRATIVA - composta por um representante do Estado e Prefeitura se reportará ao Supervisor Geral e responderá pela fiel execução das metas constantes do Plano de Trabalho;
- c. CONSELHO DE ORIENTAÇÃO - composto por representantes do Estado, Município e Sociedade Civil, responderá pelo assessoramento das funções normativas e fiscalizadoras atribuídas ao Parque.
- 2.6 RECURSOS ENVOLVIDOS: arribuam-se o valor de R\$ 1.941.000,00, sendo:
- a. Estado: recursos consignados no orçamento, no montante de R\$ 870.000,00.
- b. Prefeitura: recursos próprios no montante de R\$ 1.104.000,00.
- 2.7 PLANO DE TRABALHO
- a. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Operacionalização do Parque, por meio de ações e procedimentos votados à:
- Execução do Plano de Segurança;
 - Execução do Plano de Manutenção e Conservação;
 - Implementação do Centro de Informação e Percepção Ambiental – CIPAM;
 - Implantação de Escola Técnica Profissionalizante nas áreas de produção e comercialização de flores e frutos;
 - Implementação das atividades de Educação Ambiental;
 - Implementação de atividades voltadas ao esporte, lazer e recreação;
 - Implementação de atividades de Arte e Cultura;
 - Programa de Desenvolvimento Sustentável

b. PLANO DE APLICAÇÃO:

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL		MUNICÍPIO	
	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	SMA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	SMA
ADMINISTRAÇÃO E APOIO	694.800	462.000	694.800	462.000
PROJETO SOCIAL E REFEIÇÕES	711.200	250.000	430.000	230.000
UTILIDADE PÚBLICA	73.000	48.000	30.000	20.000
MATERIAL DE CONSUMO	53.000	48.000	10.000	10.000
CULTURA, DESPESAS	60.000	35.000	30.000	20.000
PLANO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	694.000	0	694.000	0
EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	540.000	0	540.000	0
ÁREAS VERDES	540.000	0	540.000	0
PLANO DE SEGURANÇA	430.000	425.000	430.000	425.000
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	430.000	425.000	430.000	425.000
TOTAL GERAL	1.641.800	827.000	1.154.000	617.000

c. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PARÂMETROS	R\$ 1.000,00			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
SMA	200,25	390,25	200,25	200,25
MUNICÍPIO	270,0	270,0	270,0	270,0
TOTAL GERAL	460,25	660,25	470,25	470,25

CARACTERÍSTICAS DA INICIATIVA

RELEVÂNCIA SOCIAL DO TEMA E DO OBJETIVO

O tema em si indica fundamentalmente a intenção concreta do objetivo social buscado. A união e o compartilhamento de esforços, respeitadas as competências legais de cada parte envolvida, possibilitam que as metas definidas sejam concretizadas com maior êxito. Resultado disto é exatamente a certeza de devolver à população, local e regional, uma área preservada ambientalmente, com equipamentos voltados a educação ambiental, lazer, esporte e recreação, população esta composta por vários estratos sociais, uma vez que o entorno do Parque de Campinas abriga desde bairros de classe "A" até habitações populares, funcionando como polo aglutinador de variadas camadas da sociedade.

A temática em apreço demonstra que a expansão e preservação de zonas verdes urbanas surgem com resposta imediata a carência da população, proporcionando um equilíbrio ecológico entre paisagens densamente urbanizadas com a criação de zonas de lazer e recreação, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Porém, não basta recuperar e revitalizar – e nesta abordagem ficou claro a falta de capacidade operacional tanto do Estado quanto da Prefeitura para, de forma isolada, executar a gestão da área. Como resultado desta análise elaborou-se o projeto de GESTÃO COMPARTILHADA, como forma de garantir o funcionamento do Parque após sua revitalização.

CARACTER INOVADOR

A Secretaria do Meio Ambiente destina apenas 0,6% do Orçamento do Estado e o restante é feito somente a criatividade e dinamismo podem substituir ou transformar estes números.

A questão social empregada na análise não deve ser confundida, esquecido ou simplesmente substituído; preservar o meio ambiente é obrigação da humanidade e cabe principalmente aos diferentes realizar esta tarefa, seja com 0,6% do orçamento ou não.

Isto foi feito. Agregando-se o Projeto de Revitalização ao Sistema de Gestão Compartilhada garantiu-se a realização e a continuidade do Projeto. A Revitalização como forma de resgatar a concepção original do Parque e a Gestão Compartilhada garantindo não só o envolvimento de recursos, mas principalmente a execução de projetos por parte do Estado e da Prefeitura nos assuntos que haja conexão com as atribuições do Parque.

Parece um sonho, juntar Revitalização + Projetos do Parque + Gestão Operacional + Recursos em um único Sistema, e isto foi conseguido.

EFEETIVIDADE DOS RESULTADOS

Dentre os resultados esperados destaca-se o retorno da população ao Parque. O grau de abandono traduziu-se em índices muito baixos de visitação pública, edificações destruídas e abandonadas. Hoje o Parque encontra-se totalmente em reforma, incluindo o Projeto Paisagístico Burt Max, revitalização das áreas de lazer, esgrua e cultura.

Desta forma, ao final das obras a expectativa para o Parque passa a ser medida da seguinte forma:

DISCRIMINAÇÃO	VISITAÇÃO				
	1994	2001	2003	2004	2005(1)
VISITANTES ESPONTÂNEOS	600.000	4.000	46.000	60.000	250.000
VISITANTES EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36.500	0	6.350	107	30.000
VISITANTES EM PROJETOS DE CULTURA	8.320	0	26.020	14.700	75.000
PROJETOS DE EDUCAÇÃO TECNICA	0	1.000	0	0	3.000

(1) - 10000 VISITANTES ATE MARÇO

(2) - 10000 VISITANTES ATE MARÇO

(3) - 10000 VISITANTES ATE MARÇO

(4) - 10000 VISITANTES ATE MARÇO

POSSIBILIDADE DE MULTIPLICAÇÃO

A Secretaria do Meio Ambiente administra 102 Unidades de Conservação, incluindo Parque Urbanos e Estabulos, Florestas, Estações Experimentais, entre outras.

RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

A análise percentual da relação custo-benefício, indica que o benefício atingiu 100% pelas seguintes razões:

- O montante de recursos despendidos pelo Estado em nada foi acrescido, sendo aplicados apenas aqueles já constantes do seu orçamento normal, como se pode constatar no plano de aplicação do convênio.
- Foram integrados também, por meio do Convênio, os recursos da participação da Prefeitura de Campinas, com o respectivo detalhamento de sua aplicação, observadas as responsabilidades estabelecidas.
- A somatória destes recursos alcançou o montante necessário para a realização das despesas anuais do Parque, com percentual de utilização (visitação, atividades de educação ambiental, esporte, lazer, etc...) de 100%

RECURSOS ENVOLVIDOS	
ESTADO	R\$ 1.000,00
MUNICÍPIO	2,00
ORÇAMENTO ANUAL VIGENTE	873.000,00
RECURSOS ADICIONAIS	1.104.000,00
CAPACIDADE OPERACIONAL DO PARQUE	100%

Na tabela acima foram indicados apenas os custos de manutenção, conservação e operação do Parque, não foram demonstrados valores investidos no Projeto de Revitalização custeados integralmente pelos patrocinadores.

Nota-se, portanto, que ação conjunta no Projeto, ou seja, Revitalização + Custos Operacionais + Manutenção atingiram o benefício de 100%, efetivado como a total ocupação do Parque.

LIÇÕES APRENDIDAS

A experiência deste projeto nos ensinou a exata dimensão da palavra INTEGRAÇÃO. Ao mesmo tempo em que se trata para o comprometimento dos Parceiros no engajamento do Projeto, se oferece, de forma isenta e características suprapartidárias, um Sistema de Gestão capaz de abrigar a todas as demandas.

Mais importante: Quem se beneficia ? Todos. O Estado, o Município, Parceiros, mas principalmente a população, não só local, mas, a da Região Metropolitana de Campinas, que receberá um Parque totalmente recuperado. Quantas situações dependem de iniciativas com esta? Inúmeras, acreditamos estar tirando o caminho certo.

O conceito do Sistema de Gestão Compartilhada foi elaborado de forma a se tornar um modelo padrão para o Estado no que se refere a administração das Unidades tanto na parceria com os municípios, como com outros órgãos públicos, entidades e representantes da sociedade civil. Acrescenta-se a isto, o fato do Projeto de Revitalização ter sido direcionado ao potencial patrocinador, utilizando-se um mesmo documento, porém contemplando projetos distintos diferenciando assim, opção de escolha pelo interessado. Atualmente, encontra-se em andamento no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, projetos de Revitalização de Parques, com casos de sucesso como o Parque Villa Lobos na Capital. Absorvendo estas lições a próxima etapa será a priorização das Unidades a serem contempladas.

DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS

As parcerias foram ajustadas em consonância com as atores estruturais do Estado e o surgimento de um terceiro setor, intermediário entre o poder público e o mercado, interessado participar mais ativamente dos processos sociais. Atualmente passa-se a reconhecer o papel das empresas privadas que, assumindo a responsabilidade social de sua atividade, contribuem ativamente para o esforço conjunto de tornar a sociedade mais justa e solidária.

Neste contexto as parcerias foram concretizadas por meio de duas linhas:

- Junto ao setor público, envolvendo a Prefeitura Municipal de Campinas cujo resultado final foi a celebração de Convênio para a Gestão Compartilhada do Parque Ecológico, documento este que definiu atribuições, recursos, competências, prazos, etc., de forma inédita. Os originais, sua tramitação encontram-se no processo SMA nº 051/2004
- Junto o setor privado, com o estabelecimento de parcerias com vistas ao desenvolvimento do Projeto de Revitalização do Parque. O projeto, contemplando 20 subprojetos, foi apresentado aos parceiros e todos viabilizados, por meio de parcerias firmadas, junto a SHELL do Brasil, Petrobrás e CPLF, no montante de R\$ 4.000.000,00.

Evidentemente, com a conclusão das obras, novas parcerias serão firmadas visando a operacionalização das atividades do Parque. Registre-se como exemplo o interesse da FATEC na implantação de curso regular na Escola Técnica/Vivoiro do Parque, da Secretaria da Cultura na questão das Oficinas Culturais, da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, com o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer, aliada a possibilidade de transferência dos projetos de Educação Ambiental, Ecoturismo, Esportes sob responsabilidade da Prefeitura de Campinas, para as instalações do Parque.

As parcerias foram efetivadas diretamente junto a SHELL do Brasil e CPLF, por meio de Termo de Doação, objetivando a transferência de recursos ou execução de serviços.

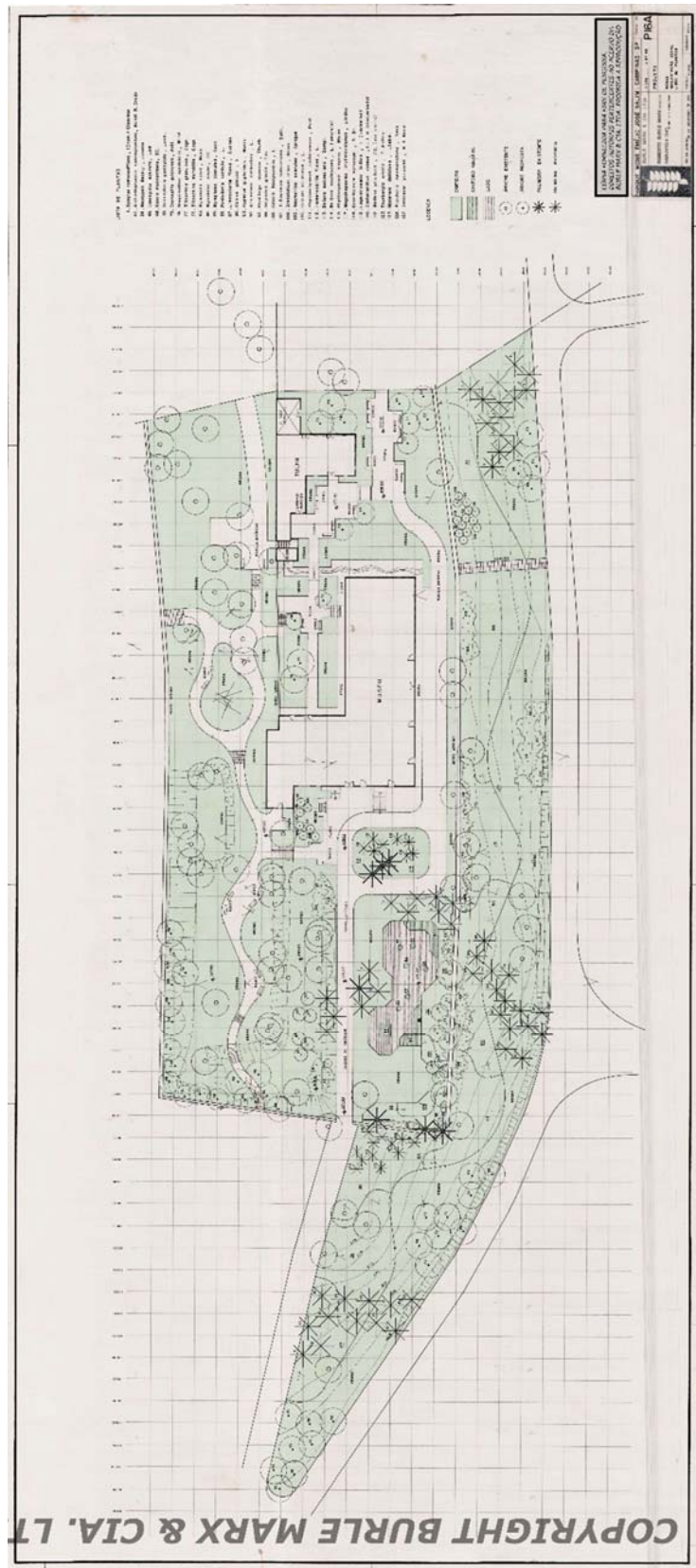
No caso da Petrobrás optou-se pela participação da UNIPAZ – Universidade da Paz para execução dos serviços, utilizando-se igualmente de um Termo de Doação.

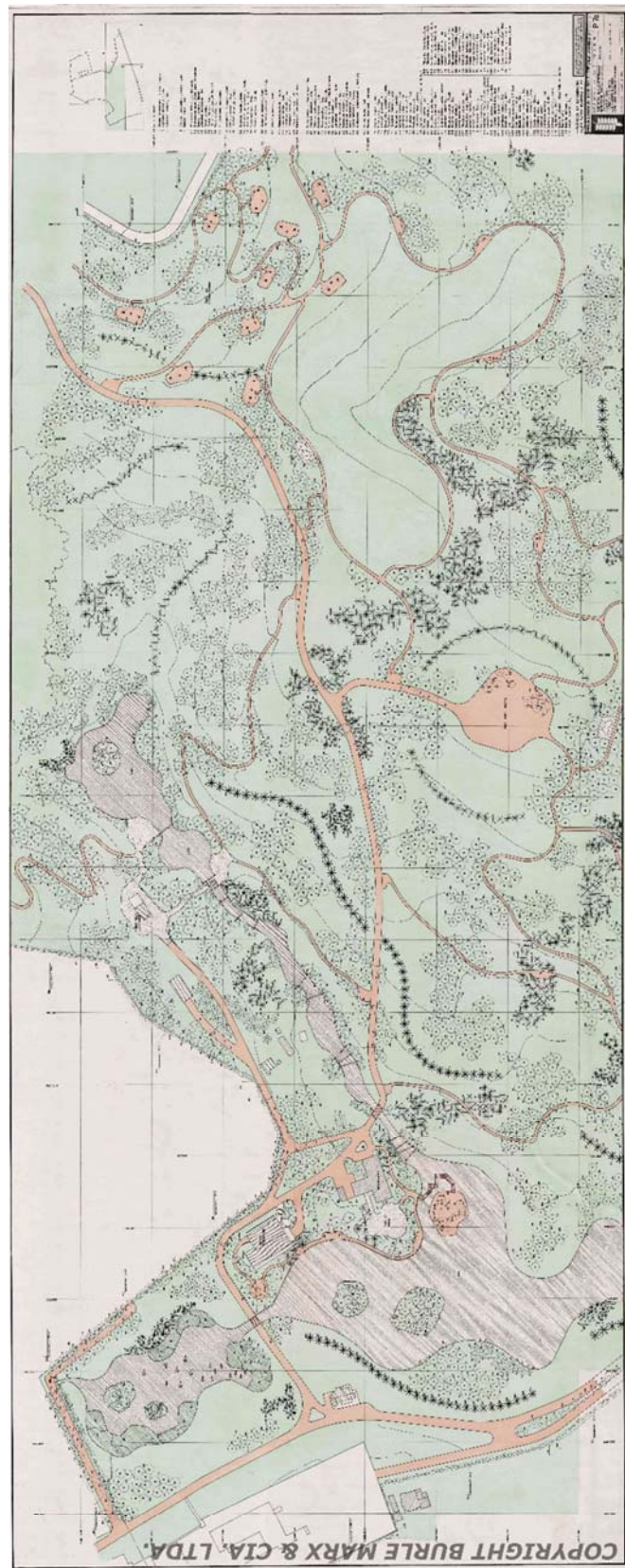
RESUMO DO TRABALHO

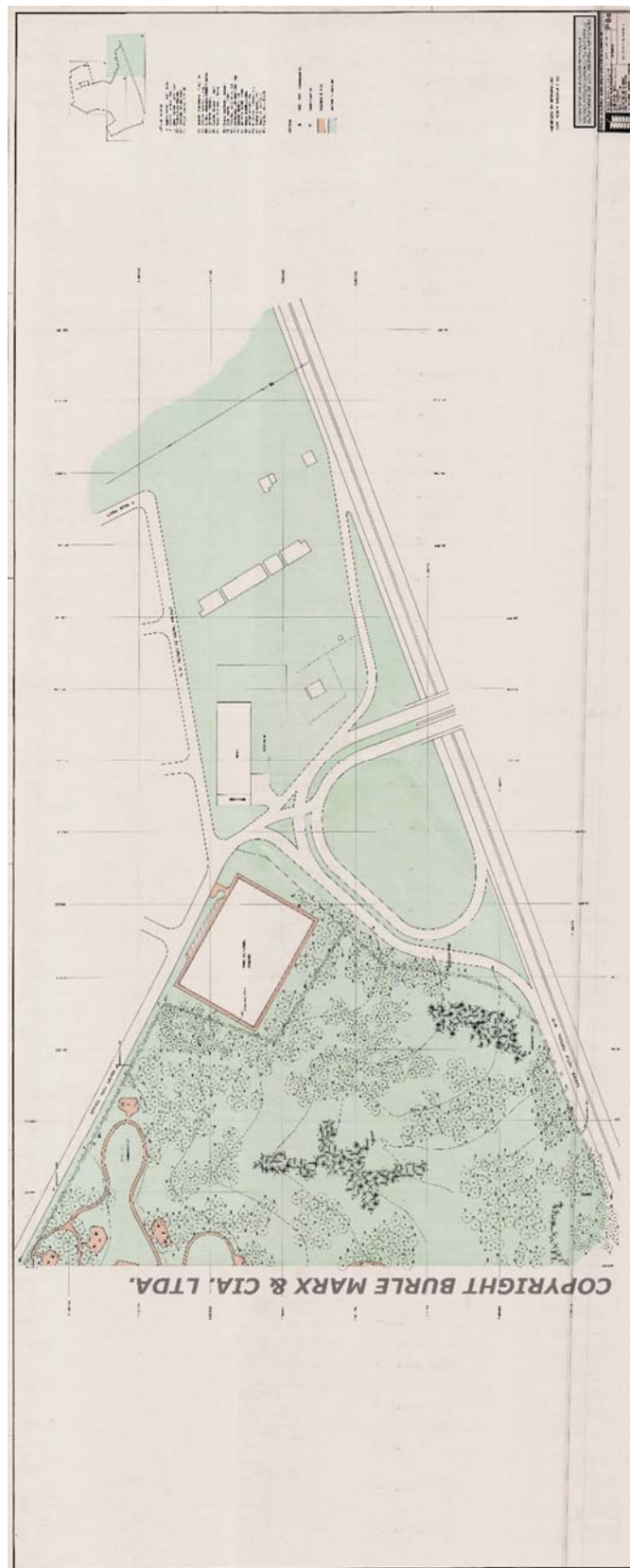
Destaques que merecem reflexão:

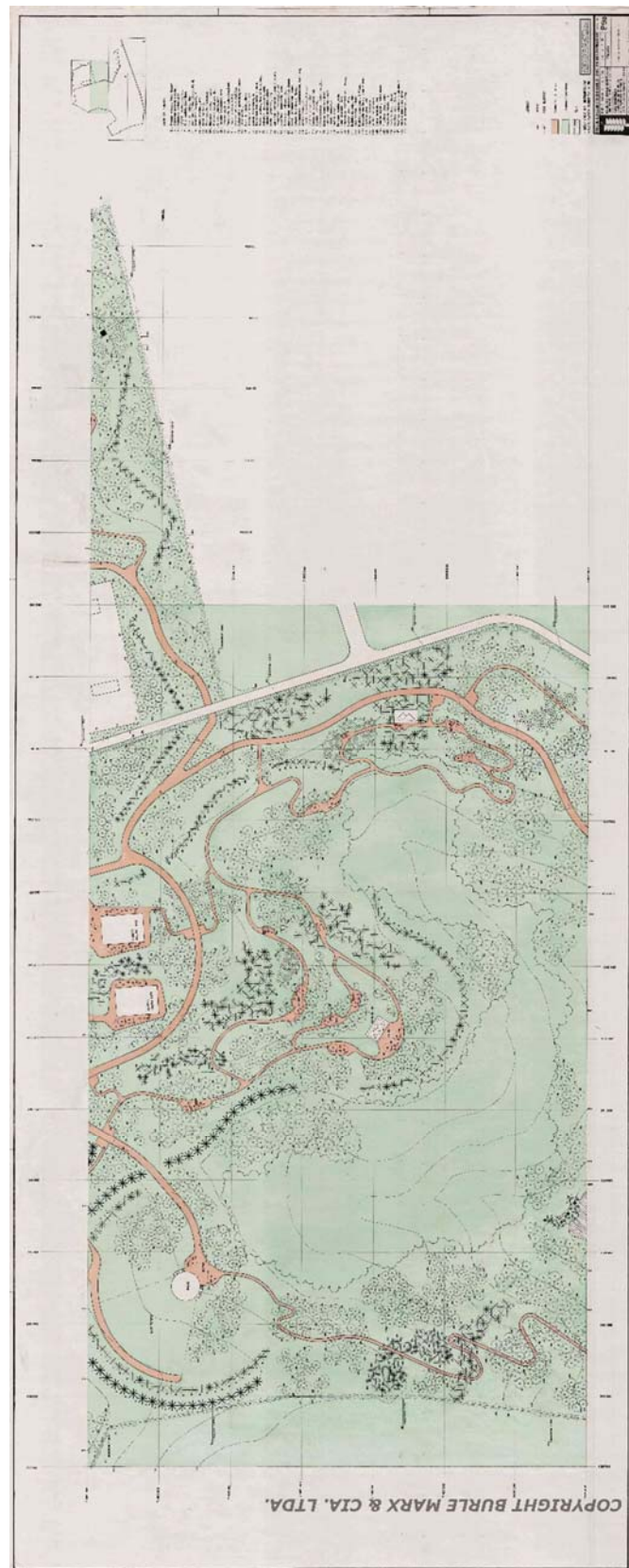
- A situação de abandono registrada no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, registrando um baixo índice de visitação, degradação, descontinuidade,
- Os mecanismos existentes para resgatar a concepção original, motivo de sua criação, atendendo em média uma população de 25.000 pessoas aos finais de semana,
- A adoção do Sistema de Gestão Compartilhada, por meio do Convênio firmado junto a Prefeitura de Campinas, transformando em modelo para o Estado, com ampla possibilidade de multiplicação,
- A certeza do retorno da população ao Parque, fortalecendo o retorno de todos os projetos de esporte, lazer, cultura, educação ambiental, inclusão social, entre outra,
- Ao final, a que custo? Como já demonstrado ZERO.

**ANEXO 05 – PRANCHAS ORIGINAIS DO PROJETO
PAISAGÍSTICO. Fonte: Escritório Burle Marx.**

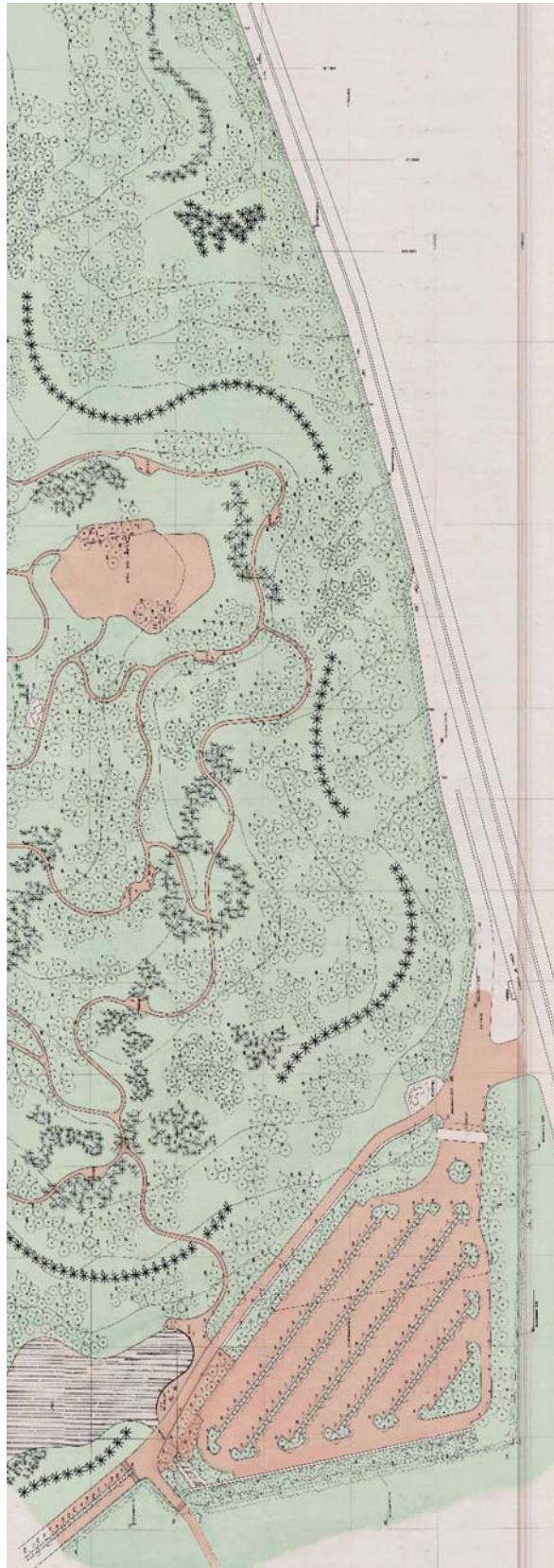






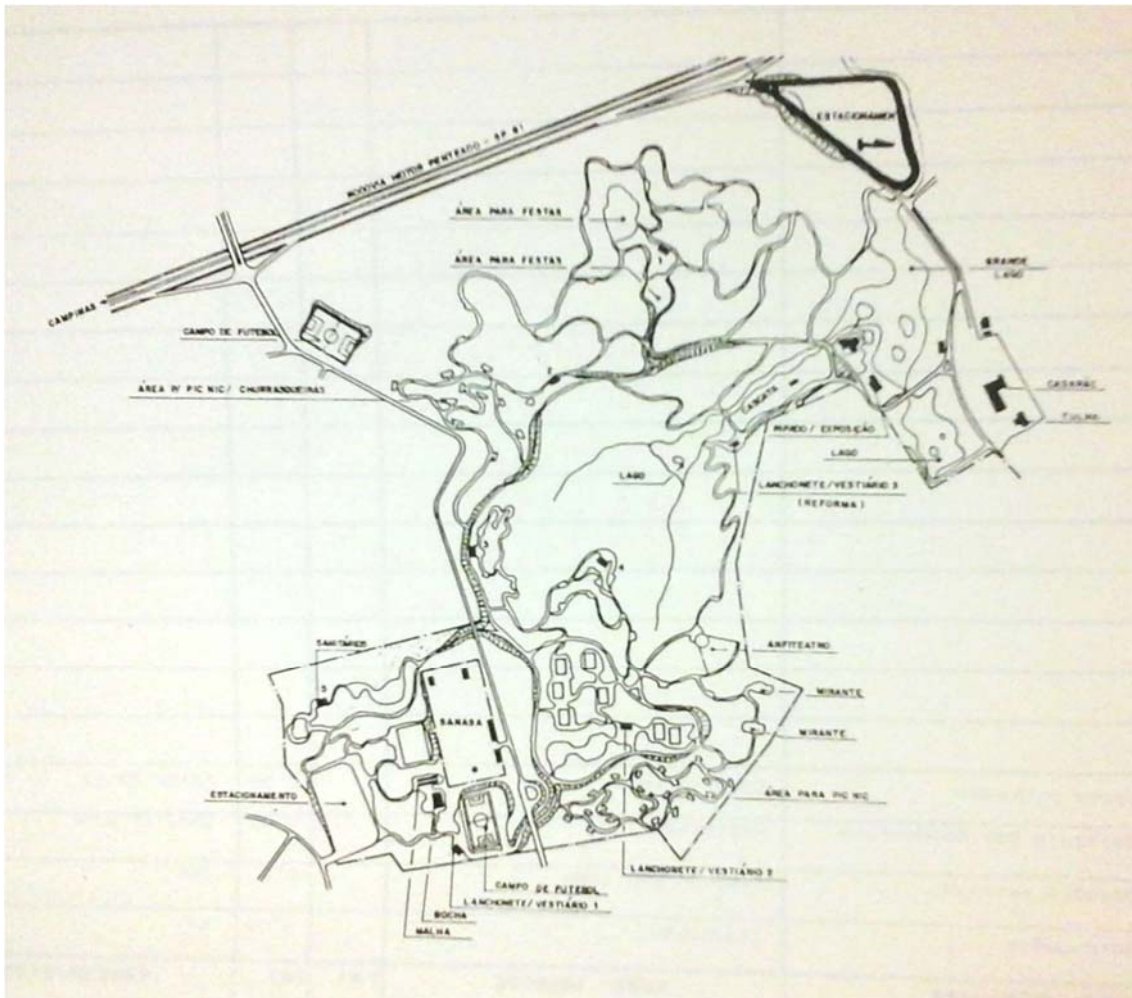






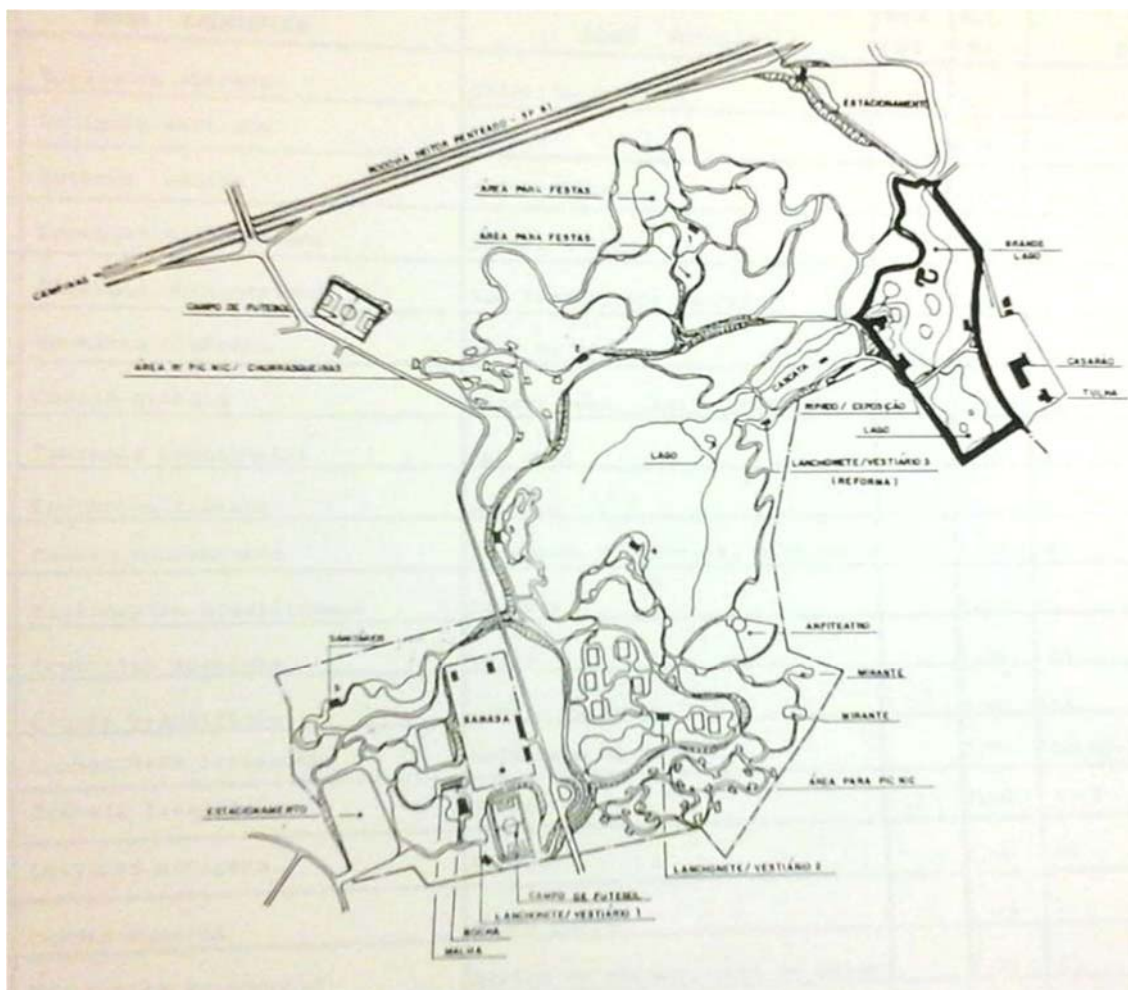
**ANEXO 06 - DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA
PAISAGEM – SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO
AMBIENTE. Projeto Paisagístico- Especificações das
Espécies Vegetais. Fonte: EXPOMUS**

ÁREA 1: QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS – 31.10.89



COD.	QUANT.	NOME CIENTIFICO	NOME POPULAR	ESP. (M)	ALT. (M)
31	49	<i>Delonix regia</i>	flamboyant		2,00
32	145	<i>Pyrostegia venusta</i>	cipô de São João		0,50
33	09	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	sibiruna		2,00
34	151	<i>Bauhinia blakeana</i>	pata de vaca		2,00

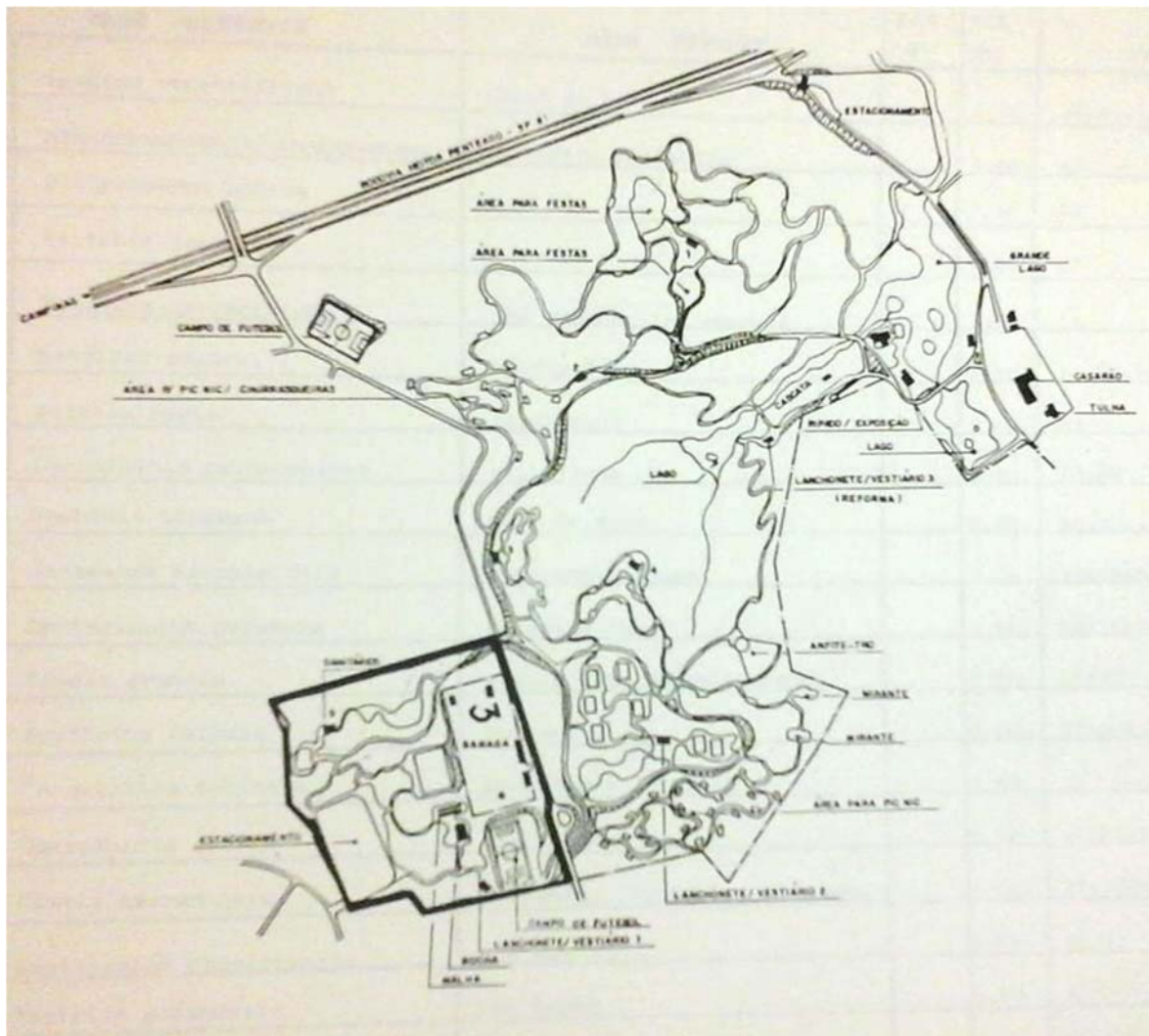
ÁREA 2: QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS – 31.10.89



COD.	QUANT.	NOME CIENTIFICO	NOME POPULAR	ESP. (M)	ALT. (M)	ESPECIFICAÇÃO
03	15	<i>Roystonea oleracea</i>	palmeira imperial		3,00	4+11
05	29	<i>Orbignya martiana</i>	babaçu		2,00	29
09	87	<i>Euterpe edulis</i>	palmito doce		1,50	29+48+10
21	30	<i>Coccothrinas dussiana</i>	palmito leque		1,50	30
28	05	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	ipê tabaco, ipê dourado		2,00	30
34	41	<i>Bauhinia blakeana</i>	pata de vaca		2,00	41
43	23	<i>Cassia grandis</i>	cássia rosa, cássia grande		2,00	23
44	04	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	ipê roxo		2,00	4
45	11	<i>Erythrina falcata</i>	mulungú		2,00	11
48	04	<i>Cassia macranthera</i>	fedegoso, cigarreira, mato pasto		1,50	4

49	03	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	pau rei		2,50	3
55	23	<i>Erythrina speciosa</i>	suinã		1,50	23
56	14	<i>Clusia grandiflora</i>	cebola da mata		2,00	14
60	41	<i>Lophanthera lactescens</i>	Lofântera da Amazônia		2,00	10+10+21
68	29	<i>Cedrela fissilis</i>	cedro		2,50	20+9
71	36	<i>Lecythis urnigera</i>	sapucaia		2,00	36
72	07	<i>Cordia superba</i>	louro pardo		1,50	7
73	13	<i>Couroupita guianensis</i>	abricô de macaco, cuia de macaco		2,00	13
76	02	<i>Bougainvillea spectabilis</i>	primavera		0,50	2
77	29	<i>Tibouchina granulosa</i>	quaresmeira		1,50	23+6
79	06	<i>Tibouchina mutabilis</i>	manacá da serra		1,50	6
PLANTAS AQUÁTICAS						
81	12	<i>Victoria amazonica</i>	vitória regia			2 espécies por recipiente
82	06	<i>Nymphaea capensis</i>	ninféia			2 espécies por recipiente
83	04	<i>Nymphaea rubra</i>	ninféia			2 espécies por recipiente
84	04	<i>Nymphaea ampla</i>	aguapé do grande			2 espécies por recipiente
85	04	<i>Nymphaea coerulea</i>	ninféia			2 espécies por recipiente
86	1650	<i>Pontederia cordata</i>	aguapé, pontedéira	15		
87	1950	<i>Limnocharis flava</i>	aguapé	15		
88	1250	<i>Sagittaria montevidensis</i>	sagitária	10		
89	640	<i>Cyperus prolifer</i>	papiro	04		
90	3800	<i>Canna glauca</i>	cana do brejo	10		
91	2100	<i>Hydrocleys numphoides</i>	nenúfar	15		
92	220	<i>Cyperus giganteus</i>	papiro gigante	01		
93	3500	<i>Ludwigia SPP</i>	cruz de malta	10		
94	840	<i>Nelumbo nucifera</i>	lótus	04		flores branca

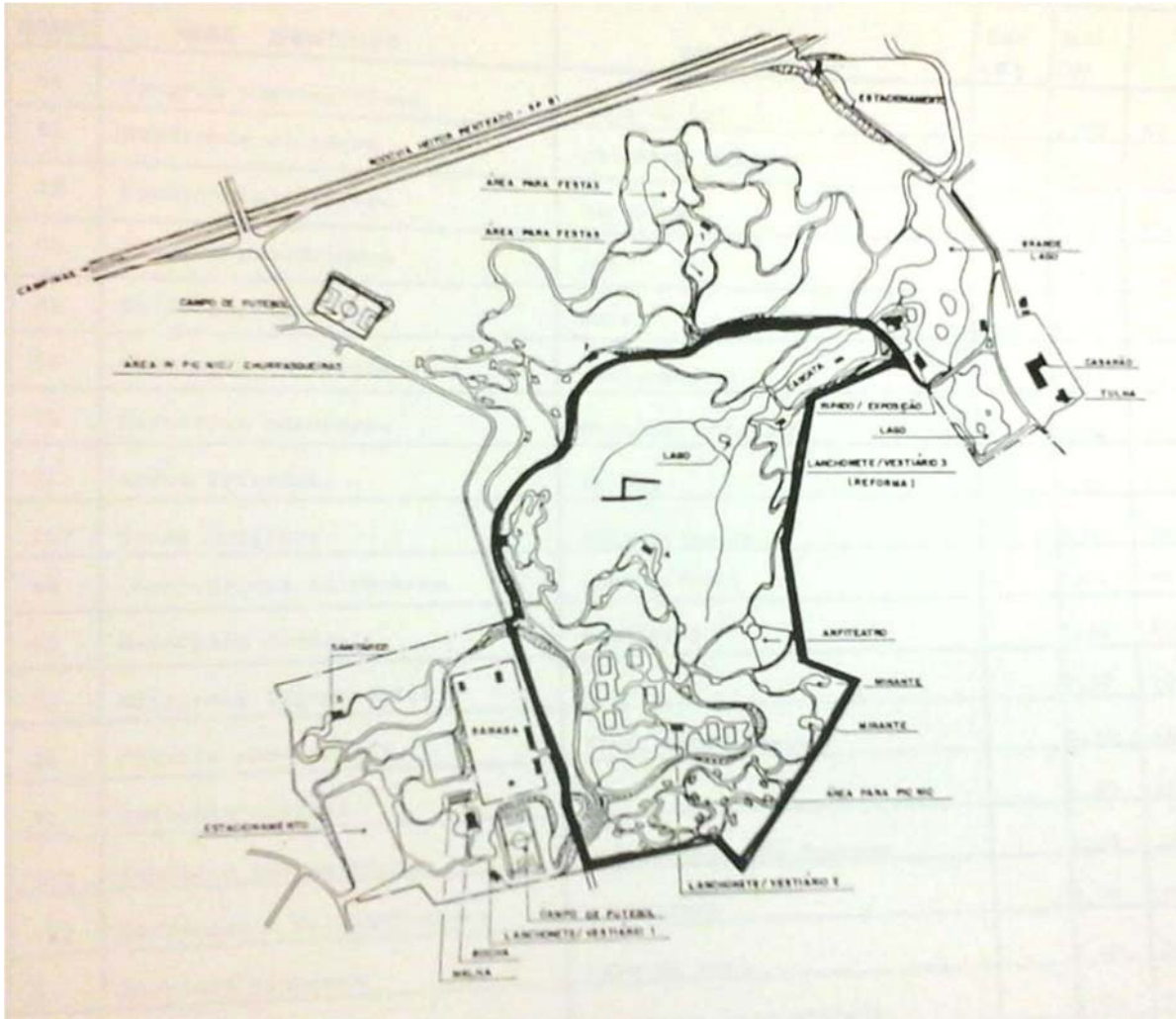
ÁREA 3: QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS – 31.10.89



COD.	QUANT.	NOME CIENTIFICO	NOME POPULAR	ALT. (M)
01	98	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	baba de boi	2,50
10	63	<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>	palmeira seafortia	2,50
12	25	<i>Dictyosperma rubrum</i>		1,50
27	17	<i>Veitchia joannis</i>		1,50
28	14	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	ipê tabaco, ipê amarelo	2,00
24	64	<i>Neodipis deccaryi</i>	neodipsis	1,50
31	49	<i>Delonix regia</i>	flamboyant	2,00
33	55	<i>Caesalpinia pelphoroides</i>	sibipiruna	2,00
34	96	<i>Bauhinia blakeana</i>	pata de vaca	2,00

38	83	<i>Jacaranda mimosaeifolia</i>	jacarandá mimoso	2,00
40	72	<i>Schizolobium parahyba</i>	palmeira rosa	2,50
43	49	<i>Cassia grandis</i>	cássia rosa, cássia grande	2,00
45	85	<i>Erythrina falcata</i>	mulungú	2,00
46	18	<i>Caesalpinia echinata</i>	pau brasil	1,50
47	71	<i>Caesalpinia ferrea</i>	pau ferro	1,50
48	121	<i>Cassia macranthera</i>	fedegoso, cigarreira, mata pasto	1,50
49	38	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	pau rei	2,50
42	32	<i>Tapirira guianensis</i>	pau pombo	1,50
53	27	<i>Astronium graveolens</i>	aroeira, guaritá	1,50
54	38	<i>Tabebuia avellanadae</i>	ipê roxo	1,50
55	44	<i>Erythrina speciosa</i>	suinã	1,50
57	38	<i>Ficus gardneriana</i>	figueira	2,00
67	21	<i>Holocalyx glaziovii</i>	alecrim de Campinas	2,50
70	58	<i>Koelreuteria paniculata</i>	árvore da China	2,00
76	199	<i>Bougainvillea spectabilis</i>	primavera	0,50
78	30	<i>Moquilea tomentosa</i>	oitizeiro	2,00
79	49	<i>Tibouchina mutabilis</i>	manacá da serra	1,50
95	126	<i>Allamanda cathartica</i>	alamanda	1,00
96	104	<i>Plumbago capensis</i>	bela emília	0,25
97	283	<i>Crinum asiaticum</i>	crino	
98	107	<i>Galphimia glauca</i>		0,50
99	277	<i>Rhododendron indicus</i>	azaléa	0,30
100	161	<i>Lantana camara/Asclepias curassayica</i>	cambará/oficial de sala	0,30
101	226	<i>Pandanus sanderii</i>		0,60
102	110	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i>	graxa de estudante	1,00
103	18	<i>Pandanus veitchi</i>		0,60
104	88	<i>Yucca gloriosa</i>	iuca	1,00
105	33	<i>Philodendron bipinnatifidum</i>	filodendro	0,50
75	10	<i>Balfourodendron riedelianum</i>	pau marfim	2,00
142	29	<i>Ficus citrifolia</i>	figueira	

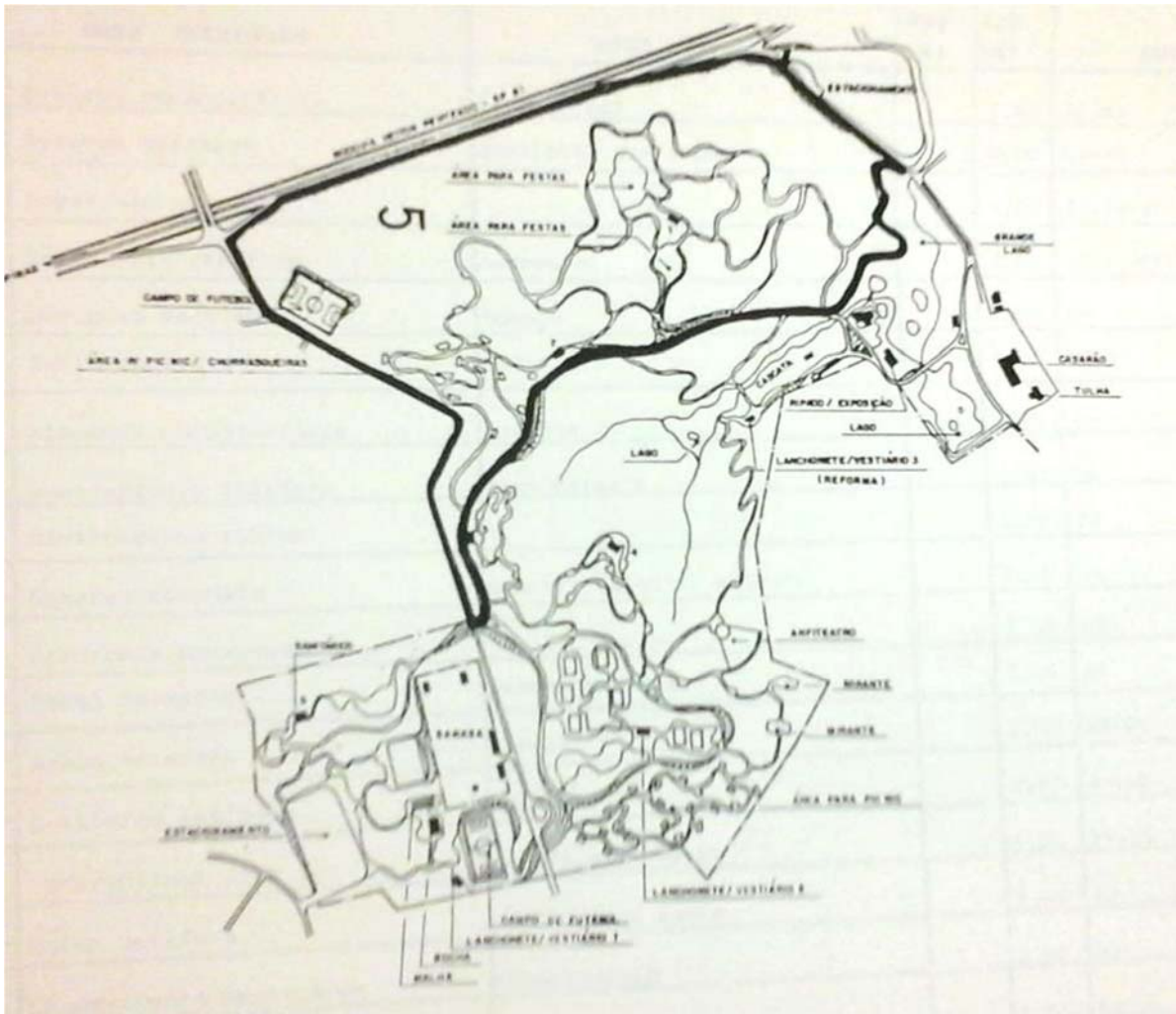
ÁREA 4: QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS – 31.10.89



COD.	QUANT.	NOME CIENTIFICO	NOME POPULAR	ALT. (M)
01	59	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	baba de boi	2,50
03	61	<i>Roystonea oleracea</i>	palmeira imperial	3,00
04	73	<i>Copernicia cerifera</i>	carnaúba	2,00
06	60	<i>Syagrus pseudococos</i>	patí	1,50
07	46	<i>Butia capitata</i>	butiá	1,00
11	53	<i>Washingtonia filifera</i>	washingtonia	1,50
14	71	<i>Acrocomia mokayayba</i>	macaúba, mocaiaíba	2,00
16	71	<i>Areca triandra</i>	ítrecá	1,50
19	103	<i>Cocos mucifera</i>	côco da Bahia	2,00
20	49	<i>Chambeironea macrocarpa</i>	chambeironea	2,00
24	62	<i>Neodipsis decaryi</i>	neodipsis	1,50
25	73	<i>Mascarena lagenicaulis</i>		1,50
26	28	<i>Phoenix canariensis</i>	fênix canariensis	1,50
27	32	<i>Veitchia merilii</i>		1,50
28	125	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	ipê tabaco, ipê dourado	2,00
33	160	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	sibipiruna	2,00
34	24	<i>Bauhinia blakeana</i>	pata de vaca	2,00
35	23	<i>Cassia multijuga</i>	canudo de pito, aleluia	2,00
36	112	<i>Chorisia speciosa</i>	paineira rosa	3,00
38	26	<i>Jacaranda mimosaefolia</i>	jacarandá mimoso	2,00
40	115	<i>Schizolobium parahyba</i>	guapuruvú	2,50
41	138	<i>Acoelorrhaphe wrightii</i>		
42	68	<i>Tapirira guianensis</i>	pau pombo	1,50
43	88	<i>Cassia grandis</i>	cássia rosa, cássia grande	2,00
44	08	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	ipê roxo	2,00
45	45	<i>Erythrina falcata</i>	mulungú	2,00
47	84	<i>Caesalpinia ferrea</i>	pau ferro	1,50
49	21	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	pau rei	2,50
50	24	<i>Aspidosperma peroba</i>	peroba	2,00
52	25	<i>Ocotea pretiosa</i>	canela sassáfraz	1,50
54	132	<i>Tabebuia avellanadae</i>	ipê roxo	1,50
55	13	<i>Erythrina speciosa</i>	suinã	1,50
56	72	<i>Clusia grandiflora</i>	cebola da mata	2,00
57	90	<i>Ficus gardneriana</i>	figueira	2,00
58	142	<i>Cariniana estrellensis</i>	jequitibá	2,00
59	67	<i>Hymenea courbaril</i>	jatobá	2,00
60	41	<i>Lophantera lactescens</i>	lofantera da Amazônia	2,00
61	237	<i>Copaifera langadorfii</i>	pau d'oleo	2,00

63	84	<i>Macherium nictitans</i>	jacarandá ferro	2,00
64	106	<i>Andira anthelminthica</i>	andirá	2,00
65	63	<i>Xylopia brasiliensis</i>	pindaíba	2,00
66	71	<i>Aspidosperma cylindrocarpum</i>	peroba	2,00
68	104	<i>Cedrela fissilis</i>	cedro	2,50
69	122	<i>Roupala brasiliensis</i>	carvalho do Brasil	2,00
71	40	<i>Lecythis urnigera</i>	sapucaia	2,00
73	75	<i>Couropita guianensis</i>	cuia de macaco, abricó de ...	2,00
74	99	<i>Eugenia uniflora</i>	pitanga	1,00
75	57	<i>Balfourodendron riedelianum</i>	pau marfim	2,00
77	84	<i>Tibouchina granulosa</i>	quaresmeira	1,50
78	80	<i>Moquilea tomentosa</i>	oitizeiro	2,00
80	104	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	imbiruçú	2,00
137	157	<i>Sabal causiarum</i>	iará	
138	59	<i>Enterolobium contortisiligum</i>	tamboril	
139	89	<i>Platycauanus regnelii</i>	pau pereira	
140	72	<i>Erythrina glauca</i>	sananduva	
141	75	<i>Erythrina mulungu</i>	mulungú	
142	42	<i>Ficus citrifolia</i>	figueira	
143	93	<i>Erythrina poeppigiana</i>	eritrina	
144	97	<i>Jacaranda acutifolia</i>	jacarandá	
145	53	<i>Erythrina verna</i>	suinã	
146	79	<i>Ficus glabra</i>	figueira vermelha	
147	91	<i>Bauhinia hermesiana</i>	pata de vaca	
09	83	<i>Euterpe edulis</i>	palmito doce	1,50
13	46	<i>Syagrus coronata</i>	urucurí, licurí, ariçuri	1,50
15	14	<i>Sabal palmetto</i>	palmito sabal	1,50
23	32	<i>Elaeis guineensis</i>	dendezeiro	1,50
46	05	<i>Caesalpinia echinata</i>	pau brasil	1,50
70	14	<i>Koelreuteria paniculata</i>	árvore da China	2,00
72	10	<i>Cordia superba</i>	louro pardo	1,50
53	37	<i>Astronium graveolena</i>	aroeira, guaritá	1,50
22	35	<i>Coccothrinax miraguama</i>	palmeira leque	1,00
29	22	<i>Tabebuia ipe</i>	ipê rosa	2,00
62	34	<i>Macherium villosum</i>	jacarandá paulista	2,00

ÁREA 5: QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS – 31.10.89



COD.	QUANT.	NOME CIENTIFICO	NOME POPULAR	ALT. (M)
01	51	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	baba de boi	2,50
02	97	<i>Syagrus oleracea</i>	gariroba, guariroba	2,00
03	74	<i>Roystonea oleracea</i>		3,00
04	438	<i>Copernicia cerifera</i>	carnaúba	2,00
05	25	<i>Orbignya martiana</i>	babaçú	2,00
07	143	<i>Butia capitata</i>	butiá	1,00
08	40	<i>Aiphanes caryotaefolia</i>	aifanes	1,50
11	25	<i>Washingtonia filifera</i>	washingtonia	1,50
12	73	<i>Dictiosperma rubrum</i>		1,50
13	54	<i>Syagrus coronata</i>	urucurí, licurí, aricurí	1,50
14	39	<i>Acrocomia mokayayba</i>		2,00
15	28	<i>Sabal palmetto</i>	palmito sabal	1,50
16	67	<i>Areca triandra</i>	itreca	1,50
17	108	<i>Guilielma gasipaes</i>	pupunha	1,00
18	100	<i>Coccothrinax alta</i>	palmeira leque	1,00
19	82	<i>Cocos nucifera</i>	coqueiro da Bahia	2,00
20	93	<i>Chambeironea macrocarpa</i>	chambeironea	2,00
23	33	<i>Elaeis guineensis</i>	dendezeiro	1,50
28	91	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	ipê tabaco, ipê dourado	2,00
29	72	<i>Tabebuia ipe</i>	ipê	2,00
30	59	<i>Eriotheca candolleana</i>	embiruçu	2,00
31	39	<i>Delonix regia</i>	flamboyant	2,00
33	145	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	sibipiruna	2,00
34	42	<i>Bauhinia blakeana</i>	pata de vaca	2,00
35	66	<i>Cassia multijuga</i>	canudo do pito, aleluia	2,00
36	291	<i>Chorisia speciosa</i>	painera rosa	3,00
37	44	<i>Jacaranda semiserrata</i>	caroba-guaçu	2,00
38	76	<i>Jacaranda mimosaeifolia</i>	jacarndá mimoso	2,00
40	65	<i>Schizolobium parayba</i>	guapuruvú	2,50
41	113	<i>Acoellorhapha wrightii</i>		
42	49	<i>Tapirira guianensis</i>	pau pombo	1,50
43	103	<i>Cassia grandis</i>	cássia rosa, cássia grande	2,00
44	137	<i>Tabebuia heptaphyla</i>	ipê roxo	2,00
45	133	<i>Erythrina falcata</i>	mulungú	2,00
46	42	<i>Caesalpinia echinata</i>	pau brasil	1,50
47	153	<i>Caesalpinia ferrea</i>	pau ferro	1,50
48	81	<i>Cassia macranthera</i>	fedegoso, cigarreira, mata pasto	1,50

49	103	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	pau rei	2,50
50	18	<i>Aspidosperma peroba</i>	peroba	2,00
51	113	<i>Nectandra megapotamica</i>	canela	1,50
53	43	<i>Astronium graveolens</i>	aroeira, guaritá	1,50
57	32	<i>Ficus gardneriana</i>	figueira	2,00
58	31	<i>Cariniana estrellensis</i>	jequitibá	2,00
59	133	<i>Hymenea coubaril</i>	jatobá	2,00
60	68	<i>Lophanthera lactescens</i>	lofântera da Amazônia	2,00
61	129	<i>Copaifera langsdorfii</i>	pau d'óleo	2,00
62	70	<i>Macherium villosum</i>	jacarandá paulista	2,00
63	41	<i>Macherium nictitans</i>	jacarandá ferro	2,00
65	138	<i>Xylopia brasiliensis</i>	pindaíba	2,00
67	176	<i>Holocalyx glaziovii</i>	alecrim de Campinas	2,50
68	86	<i>Cedrela fissilis</i>	cedro	2,50
69	109	<i>Roupala brasiliensis</i>	carvalho do Brasil	2,00
70	192	<i>Koelreuteria paniculata</i>	árvore da China	2,00
71	20	<i>Lecythis urnigera</i>	sapucaia	2,00
72	95	<i>Cordia superba</i>	louro pardo	1,50
73	34	<i>Couropita guianensis</i>	cuia de macaco, abricó de macaco	2,00
137	69	<i>Sabal causiarum</i>	iaráí	
140	15	<i>Erythrina glauca</i>	sananduva	
143	71	<i>Erythrina poeppigiana</i>		
145	79	<i>Erythrina verna</i>	suinã	
146	48	<i>Ficus glabra</i>	figueira vermelha	
147	43	<i>Bauhinia hermesiana</i>	pata de vaca	